



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PPG)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO (PPGE_n)

MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO

KATIÚSCIA LIMA BADARÓ DA SILVA

**PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL : UM ESTUDO DO
LIVRO “SE LIGA NA ARTE - 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL”**

Vitória da Conquista

2023

KATIÚSCIA LIMA BADARÓ DA SILVA

**PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL : UM ESTUDO DO
LIVRO “SE LIGA NA ARTE - 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL”.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino, na área de concentração: Ensino na Educação Básica.

Orientadora: Prof^a Dr^a Mary Weinstein

Vitória da Conquista

2023

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB) PRÓ-
REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PPG) PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO (PPGE_n) MESTRADO ACADÊMICO EM
ENSINO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

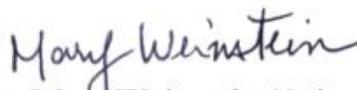
**PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL : UM ESTUDO
DO LIVRO “SE LIGA NA ARTE - 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL”.**

Autora: Katiúscia Lima Badaró da Silva

Orientadora: Profa. Dra. Mary Weinstein

Este exemplar corresponde a redação final da dissertação defendida por Katiúscia Lima Badaró da Silva e aprovada pela Comissão Avaliadora.

COMISSÃO AVALIADORA



Profa. Dra. Mary Weinstein (Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 JOSE JACKSON REIS DOS SANTOS
Data: 29/01/2024 15:11:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. José Jackson Reis dos Santos (UESB)

Documento assinado digitalmente
 RITA DE CASSIA MAIA DA SILVA
Data: 29/01/2024 16:43:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Rita de Cássia Maia da Silva (UFBA)

S578p.

Silva, Katiúscia Lima Badaró da

Patrimônio cultural e educação patrimonial:Um estudo do livro “Se Liga na Arte- 8º ano do ensino fundamental/ Katiúscia Lima Badaró da Silva.2023.

115f.

Orientador (a):Profa.Drª Mary Weinstein

Dissertação (mestrado)- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia,Programa de Pós Graduação em Ensino— PPGEn,Vitória da Conquista,2023.

Referências. F.108-113

1.Livro didático.2.Artes.3.Patrimônio cultural.4Educação.
I.Weinstein,Mary.II.T.

CDD: 370

Catálogo na fonte: Chrystina Nery - CRB 5/810

UESB – Campus Vitória da Conquista-BA

Dedicatória
Ao meu amado esposo e minhas queridas filhas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por essa grande vitória em minha vida; pela luz que sempre ilumina o meu caminho. Agradeço ao meu esposo Itamar e às minhas filhas Ana Beatriz, Maria Clara e Sofia, que tanto me incentivaram a estudar e a concluir mais um sonho.

Aos meus irmãos Patrick, Heber e Keilla, por estarem sempre ao meu lado, pelo carinho e pelas orações feitas durante toda essa trajetória da minha vida. Em especial, à minha mãe Nelcides, você é um exemplo de luta e determinação. Obrigada por tudo, família!

A todos os professores do PPGEn, pelos conhecimentos apreendidos durante esses dois anos, e, em especial, à professora Mary, pela sua paciência, dedicação e compreensão para comigo. Aos meus colegas inseparáveis, Andressa, Daniela, Sileide, Rita de Cássia, Tânia, Siméia e Rogério. Obrigada pelos momentos comigo nesses dois anos de muito conhecimento, aprendi muito com vocês.

Obrigada a todos vocês e àqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

SILVA, Katiúscia Lima Badaró da. Patrimônio cultural e educação patrimonial: um estudo do livro “Se liga na arte – 8º ano do ensino fundamental” . 115 pg. 2023. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Sudoestada Bahia (UESB) - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG) e Programa de Pós- Graduação em Ensino (PPGEEn)

RESUMO

Esta é uma análise sobre o lugar do patrimônio cultural no livro de Artes do ensino público. Tem como objetivo analisar o livro didático de artes da escola municipal, com foco na presença de uma abordagem sobre o patrimônio cultural se atendo à relação entre arte e educação patrimonial. A pesquisa tem sustentação teórica em autores como Paulo Freire (1996) e Ana Mae Barbosa (2003), que defendem a importância da arte e da educação contextualizada na formação dos estudantes do ensino básico. Esta dissertação tem como principal amostra a análise da abordagem do patrimônio cultural no livro didático Se Liga na Arte, fornecido pelo Ministério da Educação (MEC) e utilizado no 8º Ano do Ensino Fundamental, com o intuito de compreender como esse recurso pedagógico contribui para a construção do entendimento dos estudantes sobre o próprio patrimônio cultural, que pode estar perto dele. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, observando e analisando o conteúdo do livro, com foco nas questões do patrimônio cultural e no desenvolvimento de uma referência possível, que conduza o processo formativo à inclusão da educação patrimonial no cotidiano formativo. A pesquisa conclui que o livro didático deve apresentar uma abordagem sobre o patrimônio cultural e sobre a relação entre arte e educação patrimonial, valorizando a diversidade cultural e estimulando uma reflexão crítica também sobre a inclusão do patrimônio local.

Palavras-chave: Livro Didático. Arte. Patrimônio Cultural. Educação.

SILVA, Katiúscia Lima Badaró da. Patrimônio cultural e educação patrimonial: um estudo do livro “Se liga na arte – 8º ano do ensino fundamental” . 115 pg. 2023. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Sudoestada Bahia (UESB) - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG) e Programa de Pós- Graduação em Ensino (PPGE)

ABSTRACT

This is an analysis of the place of cultural heritage in the public school Arts book. Its objective is to analyze the arts textbook of the municipal school, focusing on the presence of an approach to cultural heritage, addressing the relationship between art and heritage education. The research is theoretically supported by authors such as Paulo Freire (1996) and Ana Mae Barbosa (2003), who advocate the importance of art and contextualized education in the formation of elementary school students. This dissertation primarily examines the approach to cultural heritage in the Se Liga na Arte textbook, provided by the Ministry of Education (MEC) and used in the 8th grade of Elementary School, aiming to understand how this pedagogical resource contributes to students' understanding of their own cultural heritage, which may be close to them. The research adopts a qualitative approach, observing and analyzing the content of the book, focusing on issues of cultural heritage and the development of a possible reference that guides the formative process towards the inclusion of heritage education in everyday education. The research concludes that the textbook should present an approach to cultural heritage and the relationship between art and heritage education, valuing cultural diversity and encouraging critical reflection on the inclusion of local heritage..

Keywords: Art textbook; heritage education; cultural heritage.

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CNLD	Comissão Nacional do Livro Didático
DCN	Diretrizes Curriculares Nacional da Educação
FNDE	Fundo Nacional da Educação
GLD	Guia de Livro Didático
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LD	Livro Didático
MEC	Ministério da Educação
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fachada atual da escola.....	77
Figura 2 - Entrada da Escola Municipal Fidelcina Carvalho Santos.....	78
Figura 3 - Capa do livro “Se liga na arte”, 8º ano.....	88
Figura 4 - Imagem disponível na página 21 do livro “Se liga na Arte do 8º ano.....	89
Figura 5 - Interior da Basílica de São Pedro, no Vaticano, com destaque para o baldaquino em bronze criado por Bernini no século XVII, imagem presente na página 26 do “Se liga na Arte”, 8º ano.....	90
Figura 6 - Santuário do Bom Jesus de Mastosinhos, em Congonhas/MG, imagem presente na página 36 do “Se liga na Arte”, 8º ano.....	91
Figura 7 - Formas antigas de registro musical, imagem presente na página 59 do “Se liga na Arte”, 8ºano.....	92
Figura 8 - Arte e mitologia, imagem presente na página 79 do “Se liga na Arte”, 8º ano.....	92
Figura 9 - Danças de tradição e danças cênicas, imagem presente na página 97 do “Se liga na Arte”, 8º ano.....	93
Figura 10 - Narrativas de memória e invenção de novos mundos, imagem presente na página 115 do “Se liga na Arte”, 8º ano.....	93
Figura 11 - Figuras mascaradas, imagem presente na página 131 do “Se liga na Arte”, 8º ano.....	94
Figura 12 - Elementos estéticos e aspectos imateriais, imagem presente na página 145 do “Se liga naArte”, 8º ano.....	94
Figura 13 - Atividade da página 35 do livro “Se liga na Arte” do 8º ano.....	97
Figura 14 - Jornal “Fidel News”.....	101
Figura 15 - Fotográfica na Escola Municipal Fidelcina Carvalho Santos.....	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quantitativo das Coleções de Artes inscritas e aprovadas.....	58
Quadro 2 - Síntese das Coleções de Livros Didáticos aprovadas para a disciplina de Artes.....	61
Quadro 3 - Análise de dados conforme Bardin.....	72
Quadro 4 - Seções de organização dos capítulos da Coleção “Se Liga na Arte”.....	82
Quadro 5 - Organização geral da Coleção “Se Liga na Arte”.....	84

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	19
1. PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: PONTOS PARA REFLETIR E AGIR	19
1.1 Patrimônio cultural na teoria e na prática	19
1.2 O enfoque da educação patrimonial na formação de estudantes	31
1.3 A Educação Patrimonial na disciplina de Artes	38
CAPÍTULO II	46
2. O LIVRO E SUAS HISTÓRIAS	46
2.1 O que é o livro didático?	46
2.2 O livro didático de artes	49
2.3 O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)	53
2.4 A inclusão do livro didático de Artes no PNLD	58
2.5 Histórico das coleções aprovadas	60
2.6 BNCC – Componente Curricular de Artes	65
CAPÍTULO III	69
3. O LIVRO DIDÁTICO NO COTIDIANO	69
3.1 Técnicas de investigação	70
3.2 Interpretação dos dados	71
3.3 Os livros disponíveis – uma (re)visão	72
3.4 A articulação entre o local e o livro	76
3.4.1 A Articulação entre Livro e uma Escola no Interior da Bahia: A Escola Municipal Professora Fidelcina Carvalho Santos, em Vitória Da Conquista	76
3.5 Coleção “Se liga na Arte”, editora Moderna	81
3.5.1 Abordagem Triangular da Coleção “Se Liga na Arte” e o patrimônio cultural no livro do 8º ano	87
3.5.2 O Que O Livro Ensina, E O Que O Local Pode Ver	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	109

INTRODUÇÃO

O processo de ensino e aprendizagem poderia ser baseado na realidade dos estudantes, envolvendo a problematização, o debate e a reflexão sobre os conteúdos e situações do cotidiano em que vivem. Os ensinamentos de Paulo Freire se tornam um alicerce para aqueles que aspiram a fomentar em si um pensamento reflexivo, crítico e libertador, a fim de se tornarem agentes transformadores da realidade e do mundo. Os alunos precisam ser capacitados a dar voz às próprias ideias, e a escola precisa proporcionar um ambiente acolhedor para que possam expressar sua cultura, opiniões e para que sejam protagonistas na construção do saber. A partir disso, são proporcionadas as condições de “dizer a palavra, em um sentido verdadeiro e exercer o direito de expressar-se e expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir, de optar” (Freire, 1981, p. 40). A cultura local é referência nos processos de ensino-aprendizagem, e a escola é o espaço em que experiências são criadas, orientando o indivíduo ao longo de sua jornada e desempenhando um papel crucial em sua formação.

A arte na educação, por muito tempo, foi vista como uma disciplina de entretenimento, ou menos importante que as demais. “O ensino da arte pela comunidade escolar se pauta na ideia de arte não ser importante, de ela ser vista como adereço na escola” (Araújo, 2007, p. 12). A arte pode ser expressa de diversas formas num ambiente escolar, principalmente nas atividades que podem ser realizadas a partir de uma metodologia apropriada e associada às expressões comumente conhecidas, tais como a música, o desenho, a dança, a poesia, podendo incluir, ainda, o patrimônio cultural, a percepção da cultura que se produz e que se constitui mediante processos específicos de reconhecimento (Fava; Martins; Lara, 2017).

Nesse contexto, esta dissertação tem como proposta a discussão sobre a relação entre o ensino e aprendizagem da arte na escola com a incontornável inclusão do patrimônio cultural. Observamos este entendimento a partir de uma análise do livro didático de arte. Esta pesquisa é fruto de inquietações desta pesquisadora e surge com a vontade de realçar a questão, incentivando e contribuindo com este estudo sobre o livro didático e seu papel na preservação do patrimônio cultural.

A educação patrimonial se relaciona com o desenvolvimento da capacidade que o sujeito adquire em se relacionar com os bens culturais materiais e imateriais em qualquer território, entrando em contato permanente com sua memória, ancestralidade e vivências. “A educação patrimonial possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está

inserido” (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 41). É importante reconhecer o patrimônio cultural local, tendo em vista que “ele precisa ser preservado devido à sua grande importância científica e cultural, pois representa a riqueza cultural de um povo tanto para a comunidade quanto para a humanidade” (Pontes, 2021, p. 1).

Este trabalho se concentra na análise do livro didático, examinando possíveis vínculos com a preservação do patrimônio cultural e sua influência e participação nas experiências diárias dos alunos. Essas vivências ocorrem no ambiente em que eles vivem, englobando as problematizações relacionadas a suas residências, escolas, bairros e cidades; essa abordagem é parte da formação de sujeitos. Inspirar-se nas concepções de Freire (1987) e Ana Mae Barbosa (2003), requer que seja considerada uma educação enraizada no diálogo e na abordagem problematizadora, na qual jamais se silenciem os professores e estudantes. Ana Mae Barbosa (2003) e Paulo Freire (1987) são dois renomados educadores brasileiros que fizeram contribuições significativas em suas respectivas áreas de atuação: a arte e a educação. Paulo Freire (1968) é emblemático no campo da educação, reconhecido internacionalmente por sua teoria da educação crítica e popular. Freire (1968), em seu livro *Pedagogia do Oprimido*, propõe uma abordagem educacional que visa à libertação dos oprimidos, enfatizando a importância da conscientização, da problematização e da participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem. Ele também destaca a importância do diálogo como meio de promover a compreensão e a colaboração entre educadores e alunos, considerando o diálogo cultural como forma de superar barreiras culturais na educação. Além disso, não se pode deixar de falar do trabalho na promoção da alfabetização de adultos que, por meio de abordagens críticas, os capacitam a entender o mundo à sua volta e a agir de forma mais consciente.

Já Ana Mae Barbosa (2003), que dispõe de diversos ensinamentos os quais estão presentes nesta dissertação, é conhecida por seu trabalho inovador no campo da educação artística e pela promoção da compreensão da arte como uma parte fundamental da educação. Alguns pontos notáveis sobre Ana Mae Barbosa (2002, 2008, 2011) incluem uma concepção ampliada de arte, em que ela defende uma abordagem que vai além das práticas conservadoras de ensino dessa disciplina, enfatizando a importância da experimentação, da expressão pessoal e da apreciação da diversidade artística. Ela defende, também, que a educação artística teria que ser interdisciplinar, integrando-se a outras áreas do currículo, a fim de enriquecer a experiência educacional dos alunos. Ana Mae Barbosa (2011) valoriza a experiência individual e a criatividade dos estudantes, incentivando-os a explorar e expressar suas ideias por meio da arte. Tanto Ana Mae Barbosa (2003) quanto Paulo Freire (1996) têm impacto duradouro na educação no Brasil e em todo o mundo. Cada um em sua área de especialização, suas ideias têm inspirado

educadores a repensar e aperfeiçoar suas práticas de ensino, promovendo uma educação mais inclusiva, crítica e participativa.

Corroborando com as ideias defendidas por Freire e Barbosa, considera-se importante analisar o patrimônio cultural inserido no livro didático de Arte. Sendo assim, este estudo aborda o livro *Se liga na arte*, utilizado no 8º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Professora Fidelcina Carvalho Santos, situada na cidade de Vitória da Conquista, Bahia. Este livro foi selecionado dentre o elenco elaborado pelo MEC. Assim, a pesquisa engloba uma questão relevante e atual no campo da educação, da arte e da preservação do patrimônio cultural brasileiro. Intenta-se examinar, portanto, como o ensino de arte e a utilização de livros didáticos podem contribuir para o desenvolvimento do senso de proteção e preservação do patrimônio cultural brasileiro, apresentando as implicações diretas para a preservação da rica herança cultural do nosso país. A análise do impacto de um livro didático específico na promoção do patrimônio cultural pode oferecer informações para educadores, para as escolas e para os formuladores de políticas educacionais, ajudando-os a elaborar práticas pedagógicas e currículos mais sensíveis à questão. É fundamental considerar a diversidade cultural brasileira, destacando a importância de valorizar e preservar diferentes aspectos do patrimônio cultural, contribuindo para uma compreensão mais abrangente. Ademais, os resultados desta pesquisa podem auxiliar nas escolhas de materiais didáticos e na abordagem pedagógica em sala de aula, bem como na promoção e proteção do patrimônio cultural.

Aborda-se, também, neste estudo, como a educação artística pode contribuir para um entendimento sobre a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Então, com a observação do contexto da educação, da arte e do patrimônio, tem-se a possibilidade de redirecionar influências sobre a forma como a educação é conduzida nessa área e, conseqüentemente, causar efeitos positivos e remificadores na sociedade. Assim, pensamos no livro didático como um material essencial para o processo de ensino e aprendizagem, mesmo diante de tantas mudanças na esfera educacional.

Para nortear este estudo, fizemos uma série de problematizações, inclusive, a fim de responder ao seguinte questionamento: o livro didático da coleção *Se Liga na Arte* é um recurso eficaz e suficiente para incentivar o despertar do educando para a importância do patrimônio cultural? Tem-se como objetivo analisar o conteúdo e a abordagem deste livro especificamente no que diz respeito à inclusão também do patrimônio cultural local na base da educação básica. Pretende-se descrever e compreender, historicamente, o livro didático e suas relações com o processo de ensino e aprendizagem das artes; associar a adequação do livro às diretrizes do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC);

sintetizar os resultados da pesquisa identificando como o livro didático atende às expectativas em relação ao ensino do patrimônio cultural local e à educação patrimonial, destacando eventuais recomendações para aprimorar essa abordagem.

Seguindo as reflexões de Freire (1987), é possível perceber a educação como uma necessidade ontológica, uma busca incessante pelo aprimoramento do ser, não no sentido de superar os outros, mas sim de aperfeiçoar-se como ser humano em contínua evolução. Isso significa que a educação é essencial e inerente à existência humana. Essa abordagem ressalta a relevância de uma educação que vá além do mero acúmulo de conhecimento, incentivando a reflexão crítica, o diálogo e a transformação pessoal. A educação, nesse sentido, é vista como um caminho para o constante entendimento pessoal e coletivo acerca de questões que afetam o sujeito e seu contexto social.

Durante conversas realizadas com a professora Mary Weinstein – orientadora desta dissertação e que possui conhecimento e experiência no campo da arte, cultura e, mais especificamente, no contexto do patrimônio –, foi possível refletir sobre o fato de que a cultura precisa ser considerada como parte intrínseca e inseparável da formação do indivíduo, especialmente no cotidiano vivido pelos jovens na Educação Básica. Além disso, as experiências das autoras e pesquisadoras deste estudo, em contextos escolares, demonstraram que os conteúdos relacionados ao patrimônio, apresentados em aula, eram praticamente restritos ao livro didático e ao calendário oficial de comemorações, sem considerar as particularidades culturais da realidade local. Esses conteúdos eram isolados e distanciados da vivência interiorana da Bahia, desconsiderando seus costumes e práticas culturais. Como resultado, o aprendizado não tinha significado pessoal, visto que não era interessante aprender algo tão desconectado da própria realidade dos alunos.

Naquela época, a cultura do Estado e do Município não era valorizada, não era integrada ao ensino e raramente era mencionada, mesmo que a cidade possuísse peculiaridades marcantes e fosse rica em valores e memórias. A partir disso, compreende-se que é necessário observar, também, se as produções desenvolvidas pelas editoras auxiliam no aprendizado sobre o patrimônio cultural, respeitando a pluralidade cultural, bem como as abordagens nacionais, regionais e locais.

O ensino de arte pode contribuir significativamente para o desenvolvimento de variadas condições necessárias ao processo formativo, como foco, concentração, disciplina, imaginação, senso crítico, criatividade, resiliência e aumento do repertório cultural e histórico dos estudantes. É importante observar que essa é uma afirmação geralmente aceita na área da educação artística, e que a pesquisa específica pode variar em termos de autores, abordagens e

metodologias. Estudos na área da educação artística, como o de Ana Mae Barbosa (2003), mostram que o envolvimento em atividades artísticas, como desenho, pintura, música ou dança, requer foco e concentração, contribuindo para o desenvolvimento dessas habilidades. Pesquisas de autores como Eisner (1995) e Gardner (1983), também, exploraram esses aspectos. Eisner (1995), por exemplo, escreveu extensivamente sobre a "alfabetização visual" e sua importância no desenvolvimento cognitivo.

A relação entre ensino de arte, imaginação e criatividade também tem sido objeto de pesquisa há décadas. Autores como Barbosa (2003), Robinson (2015) e Amabile (1983), entre outros, discutem a importância das artes no estímulo à criatividade e à imaginação. A análise crítica de obras de arte e a discussão de sua significância cultural são aspectos comuns do ensino de arte. Estudos sobre pedagogia crítica, como os de Freire (1996), podem ser relacionados a essa dimensão do ensino de arte. A pesquisa do professor James Catterall (2009), da Universidade da Califórnia, analisou os efeitos positivos das artes na vida dos estudantes. Ele afirma que as “artes devem ter lugar garantido no currículo porque têm relação com praticamente tudo o que queremos dos nossos filhos na escola” (Catterall, 2009, p. 26). A complexidade desse tópico é inegável, e a pesquisa na área da educação artística continua evoluindo.

O livro didático de Arte pode desempenhar um papel importante nesse processo ao apresentar conteúdos relacionados de forma contextualizada e estimular a reflexão crítica dos alunos sobre a relevância desses bens na vida deles e da comunidade. Acredita-se que o livro didático de Arte discuta o patrimônio cultural de maneira abrangente, considerando a diversidade cultural e promovendo considerações sobre o valor de salvuardá-lo. O livro didático é um material que provém da escola e consiste numa rede comum aos alunos de uma determinada instituição, alcançando, assim, um patamar praticamente inquestionável de credibilidade. Por isso, para além do que já foi pontuado, o livro didático é visto como a base para o ensino e tem influência direta no planejamento e na execução das aulas, influenciando o processo de aprendizagem.

Com a análise de conteúdo do livro didático, conforme aborda Bardin (1977), busca-se explorar e interpretar os dados textuais coletados, com a finalidade de identificar padrões, temas e significados relacionados ao ensino de arte e educação patrimonial, utilizando o livro didático como material central. Seguindo as etapas de Bardin (1977), realiza-se a pré-análise para estabelecer os objetivos da pesquisa e definir as unidades de análise pertinentes ao estudo. Em seguida, há a exploração e a categorização dos dados textuais, codificando-os em categorias relevantes que surgiram durante o processo. A partir disso, com base nas categorias identificadas, tem-se a análise, por meio da interpretação dos dados coletados e a busca pela

compreensão deles dentro do contexto em que o livro é inserido.

Esta pesquisa está ancorada nas obras de Paulo Freire (1967, 1981, 1987, 1989, 1996). Guiados pelos temas geradores de Freire (1987), discute-se, aqui, temas como educação e a importância de levar os alunos a questionarem a realidade para realizar uma efetiva mudança social e de se tornarem sujeitos ativos no processo de aprendizagem. Quanto à arte, esta pesquisa recorre a Barbosa (2003) e Zilli (2017). Com relação ao patrimônio cultural e educação patrimonial, considera-se as concepções de Choay (2011), Weinstein (2018), em publicações disponíveis no site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como o manual de educação patrimonial de Florêncio et al. (2016) e o manual de atividades práticas em educação patrimonial de Grunberg (2007), além do Guia para Educação Patrimonial de Horta, Grunberg e Monteiro (1999) e outros autores. Utilizamos, também, pesquisas de conteúdos relacionadas a este projeto nas plataformas Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online – SCIELO .

Este estudo está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo trata sobre o ensino de arte e da educação patrimonial. Com uma abordagem teórico-prática, desenvolve-se, inicialmente, uma base teórica, discutindo conceitos, teorias e princípios relacionados ao ensino de arte e à educação patrimonial, incluindo explorações sobre os objetivos educacionais, a importância do patrimônio cultural e teorias pedagógicas relevantes. Em seguida, a abordagem teórico-prática se traduz em práticas concretas e orientações para a implementação desses conceitos na sala de aula ou em contextos educacionais. Essa abordagem visa equilibrar a compreensão teórica do tópico com a aplicação prática no ambiente educacional, proporcionando aos leitores uma base sólida para a implementação eficaz das ideias discutidas no capítulo – trata-se de uma maneira de conectar a teoria à prática, o que é fundamental no campo da educação. O estudo se estende pelos caminhos da educação patrimonial nas artes, no Ensino Fundamental, com o objetivo de apresentar um entendimento do patrimônio cultural, suas influências e confluências, bem como a importância de sua proteção e preservação.

No segundo capítulo, aborda-se o estudo sobre o livro didático e suas histórias, visando estabelecer uma reflexão sobre o material didático exercer função fundamental para construção do ensino e do conhecimento do sujeito. Também é feita uma análise do Patrimônio Cultural na Legislação da Educação Brasileira, no Programa Nacional do Livro Didático, na Base Nacional Curricular e a inclusão do Livro Didático na disciplina de Artes, estabelecendo uma conexão entre educação, políticas públicas e arte.

O terceiro capítulo apresenta reflexões acerca do livro didático “Se liga na Arte”, do 8º ano do Ensino Fundamental, adotado na Escola Municipal Professora Fidelcina Carvalho

Santos, da cidade de Vitória da Conquista. Esse capítulo detalha o livro didático relacionado pelo Ministério da Educação, descrevendo os critérios e indicadores usados para viabilizar a análise sobre a abordagem feita nele, em relação à educação patrimonial e à arte. São apresentados exemplos de como os livros abordam esses temas e os resultados da análise e das descobertas, destacando os pontos fortes e as limitações dos livros em relação à promoção da educação patrimonial e da reflexão sobre a cultura brasileira.

Por fim, são sintetizadas as principais conclusões desta pesquisa e destacada sua importância na promoção da educação patrimonial e na valorização da cultura brasileira, fazendo, também, recomendações e sugestões para futuras pesquisas, refletindo a relevância deste estudo no contexto educacional e artístico.

CAPÍTULO I

1. PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: PONTOS PARA REFLETIR E AGIR

Neste capítulo, examina-se o patrimônio cultural brasileiro relacionando-o aos diferentes níveis de ensino, bem como a sua relação com a disciplina de Artes. Além disso, analisa-se os desafios e as possibilidades de sua efetivação nas práticas educacionais, considerando as especificidades de cada região e comunidade. Ao compreender o patrimônio e algumas relações com a educação, bem como refletir sobre sua aplicação nas salas de aula, busca-se contribuir para uma formação mais abrangente e significativa dos estudantes, promovendo a valorização, a proteção e a conservação do patrimônio cultural.

Este é um capítulo concentrado na discussão da educação patrimonial, nas suas origens e sua evolução, considerando sua importância na valorização da cultura brasileira. Explora-se, aqui, conceitos, teorias e práticas relacionadas à educação patrimonial, destacando sua relevância no contexto educacional e apresentando os entendimentos de vários autores.

1.1 Abordagens pedagógicas no ensino de Artes e patrimônio cultural: fundamentação teórica

No Brasil, o reconhecimento e a proteção do patrimônio são temas muito discutidos, apesar da legislação existente para sua proteção. Para Castro (2003), a Educação Patrimonial consiste em realizar ações educativas de apropriação, valorização e preservação do patrimônio cultural, que é, também, o legado que se recebe do passado, os bens de natureza material e imaterial, incluindo as manifestações, por múltiplas formas, do modo de viver, pensar e agir de uma sociedade. A Constituição Federal de 1988 dispõe sobre o Patrimônio Cultural:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I- as formas de expressão;
- II- os modos de criar, fazer e viver;
- III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas- culturais;
- V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e

protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (Brasil, CF, 1988).

Compreender o patrimônio cultural permite a existência de diversidade nas formas de pensar e precisa ocupar um espaço no processo formativo, especialmente no Ensino Básico. Levando em consideração que o estudo do patrimônio cultural promove a valorização e a consagração daquilo que é comum a determinado grupo social no tempo e no espaço, Choay (2001) salienta:

Patrimônio histórico. A expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos (Choay, 2001, p. 11).

Essa abrangente definição realça a importância de reconhecer e de celebrar a multiplicidade cultural e histórica intrínseca às diversas expressões humanas. Se o patrimônio histórico é entendido como um bem global, acumulado ao longo do tempo e abrangendo diversas formas culturais, outros pontos podem ser debatidos como: o equilíbrio da universalidade com a preservação das identidades locais, os critérios de seleção e representatividade na inclusão no patrimônio, a integração de elementos contemporâneos, os desafios da apropriação cultural e, até mesmo, a busca por um equilíbrio entre preservação e acesso público. Essas questões visam promover uma reflexão mais concisa sobre as complexidades inerentes à preservação do patrimônio histórico em escala global.

O patrimônio cultural não se limita apenas a construções ou objetos isolados, mas abrange um espectro mais amplo que engloba a expressão artística, o conhecimento acumulado e os produtos gerados ao longo do tempo (Inventários participativos do IPHAN, 2016). Ao compreender o patrimônio dessa forma, é possível perceber sua relevância como um modo de preservar e transmitir a memória coletiva de uma comunidade. A memória coletiva é um conceito que se refere à forma como grupos de pessoas compartilham e preservam informações, experiências e tradições ao longo do tempo. Halbwachs (1925), em sua obra "A Memória Coletiva", explorou como as sociedades constroem e mantêm a memória coletiva por meio de interações sociais e culturais. Assmann (1992), em seu livro "A Memória Cultural" (1992), desenvolveu a ideia de uma memória cultural compartilhada, que é transmitida de geração em geração e molda a identidade de um grupo. Nora (1984), em "Entre Memória e História: A

Questão dos Lugares”, discutiu como os lugares e os espaços físicos estão ligados à memória coletiva.

Além disso, outros autores e teóricos da preservação do patrimônio e da arquitetura argumentam que o patrimônio cultural e os lugares históricos proporcionam um conforto psicológico associado à permanência, estabilidade, afeto e emoção, levando à compreensão de que o patrimônio cultural e os locais históricos não são apenas objetos físicos, mas também desempenham um papel crucial na experiência humana, proporcionando conforto psicológico através da conexão com o passado, da estabilidade e do afeto associados a esses lugares.

O arquiteto Pallasmaa (1996, 2005, 2009) escreveu extensivamente sobre a importância da arquitetura e do patrimônio na experiência humana. Ele argumenta que a arquitetura, quando bem projetada, pode criar um senso de pertencimento, conforto e conexão com o passado, proporcionando uma sensação de continuidade e estabilidade nas vidas das pessoas. Lynch, em seu livro “A Imagem da Cidade” (1960), explorou como as pessoas percebem e se relacionam com o ambiente construído, destacando a importância dos lugares familiares e identificáveis na criação de uma sensação de pertencimento e conforto psicológico. Lowenthal (1996) argumentou que o patrimônio cultural e os locais históricos desempenham papel fundamental na formação da identidade pessoal e coletiva, enfatizando como a conexão com o passado, muitas vezes mediada pelo patrimônio, pode oferecer conforto e segurança emocional. Yi-Fu Tuan (1980) também investigou a relação entre as pessoas e os lugares, examinando como os locais familiares e os locais carregados de significado histórico podem oferecer uma sensação de estabilidade emocional e de continuidade. Assim, pode-se afirmar que o patrimônio é capaz de criar elos que conectam o passado ao presente, fornecendo uma compreensão mais ampla da própria cultura, das tradições e dos valores desenvolvidos nas sociedades.

A compreensão sobre o termo patrimônio cultural está ligada às representações, isto é, à ideia que se tem dos objetos e fazeres que foram sendo criados e reproduzidos socialmente ao longo do tempo, considerando-se, também, os locais em que esse conjunto de fatores se reproduz. Nesse sentido, é possível exemplificar esses momentos ao se remeter a usos e costumes relacionados às cidades, heranças familiares, valores pessoais e familiares, aquisições de bens materiais, entre outros, como explicam Funari (2009) e Pellegrini (2009).

Funari e Pellegrini (2009, p. 8) relembram como as pessoas sempre se recordam dos bens que foram transmitidos aos seus herdeiros, e que esses bens podem ser materiais, como uma casa ou uma joia, com valor monetário determinado pelo mercado. Assim:

Esses bens não necessariamente precisam ser de alto valor, podendo se apresentar como materiais com pouco valor comercial, mas de grande significado emocional. Em geral, denominamos de Patrimônio Cultural o conjunto de valores e bens herdados da nossa família e vivências diárias. As heranças de nossos antepassados que são transmitidas de geração em geração, se constituem como um legado que os que nos antecederam deixaram para nós e que daremos continuidade, reconhecidas como nossas referências identitárias (Funari; Pellegrini, 2009, p. 8).

Na vida pessoal, aquilo a que se atribui valor se torna um bem – algo que se busca manter e preservar. “Ao falarmos do nosso patrimônio cultural, nos referimos ao conjunto de bens que constituem a nossa cultura, algo que nos enriquece enquanto povo” (Fascículo 1 da obra Educação Patrimonial no Programa Mais Educação do IPHAN, 2011, p. 10). No entanto, também é necessário compreender que o significado de patrimônio cultural é muito mais extenso do que se imagina, e seria extremamente simplório resumí-lo às referências identitárias pessoais de cada um. O tema pode se conectar a outros tópicos e ser estendido, com a possibilidade de produzir ainda mais sentidos e conhecimentos.

O Patrimônio Cultural se associa à arte, mas também à memória, arquitetura, meio ambiente, cidades, comunicação, dentre outros. É importante citar, também, as imaterialidades, visto que estas estão interligadas às individualidades, sejam de um grupo ou de um povo. Pode-se falar, ainda, sobre os modos de fazer, criar, viver e manifestações culturais em geral, conceitos que são frequentemente explorados por estudiosos da antropologia, etnologia, sociologia e da preservação do patrimônio cultural. Diversos autores e teóricos abordam a importância dessas dimensões culturais, bem como a interligação delas com as individualidades de grupos e povos.

O antropólogo Geertz (1973) é conhecido por sua abordagem interpretativa da cultura, que enfatiza a importância da interpretação simbólica e dos significados culturais nas manifestações imateriais e rituais das sociedades. Hall (2006) examinou como as identidades culturais são construídas e negociadas em contextos sociais e culturais, considerando as expressões culturais imateriais como elementos-chave desse processo. Eco (2009) explorou a natureza da cultura definindo-a como um sistema de signos e símbolos, destacando como as expressões culturais imateriais são componentes significativos desse sistema. Todos esses autores reconhecem que a cultura vai além do material e inclui as maneiras pelas quais as pessoas criam significado, expressam-se e vivem suas vidas.

De acordo com Funari e Pellegrini (2009, p. 8), a utilização do termo “patrimônio” tomou força na França Revolucionária, entre 1789 e 1799, quando os estudiosos e o povo passaram a apresentar dimensões sociais, de modo que o objetivo de se constituir um

patrimônio estava conectado à “proteção dos monumentos que representavam a incipiente Revolução Francesa e sua cultura”. A partir desse momento, iniciaram as movimentações para a preservação dos exemplares patrimoniais, considerados como heranças artísticas e monumentais associadas aos viveres da elite francesa, como modo também de conservar a memória do período. Ademais, o termo também:

[...] se estendeu para os bens que tivessem importância para nação francesa, os quais passaram a ser designados como Patrimônio Histórico. Assim, os estudos do Patrimônio e da Memória continuaram a se desenvolver sendo fortalecidos pelas legislações a nível mundial e local (Funari; Pellegrini, 2009, p. 9).

A preservação dos bens patrimoniais busca proteger a memória, reconhecendo a importância do contexto e das relações sociais presentes em qualquer ambiente. É impossível resguardar a memória de um povo sem, conseqüentemente, proteger os espaços que ele utiliza e as ocorrências diárias de sua vivência. Proteger é impedir que as intempéries e o próprio homem contribuam para o perecimento do que é história, memória e beleza. O interesse pela preservação do patrimônio também precisa fazer parte da cultura e, se não brota espontaneamente, dependerá da educação (Souza, 2011).

Infelizmente, é predominante na sociedade contemporânea desprezar as construções antigas, considerando-as obsoletas e ultrapassadas, defendendo a demolição em prol de edifícios modernos e ousados que supostamente contribuiriam para o desenvolvimento da cidade – realidade, esta, vista todos os dias nos noticiários. Esse tipo de mentalidade entra em conflito direto com a ideia de preservação e de valorização do patrimônio como uma herança histórica a ser protegida. Observa-se, muitas vezes, que, por motivos meramente comerciais, prefere-se demolir o velho por considerá-lo impróprio, substituindo-o pelo novo, pelo mais contemporâneo e atual, para adequar-se às necessidades da vida moderna. Sobre isso, Fonseca (1997) argumenta que é importante:

Objetivar não apenas a proteção de bens, mas abarcar todo o universo que constitui a preservação patrimonial, incluindo-se os critérios de seleção de bens, as razões que justifiquem a proteção e os diversos atores envolvidos, tais como a sociedade e os representantes do Estado: [...] uma política de preservação do patrimônio abrange necessariamente um âmbito maior que o de um conjunto de atividades visando à proteção de bens. É imprescindível ir além e questionar o processo de produção desse universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu trabalho; definir a posição do Estado relativamente a essa prática social e investigar o grau de envolvimento da sociedade. Trata-se de

uma dimensão menos visível, mas nem por isso menos significativa (Fonseca, 1997, p. 36).

No âmbito nacional, é possível observar que o Brasil reconhece a magnitude do patrimônio cultural e histórico em sua legislação, as quais serão apresentadas nos próximos tópicos, evidenciando a necessidade de sua proteção e valorização. No entanto, apesar dos esforços, há desafios a serem enfrentados no fortalecimento da relação entre a educação e o patrimônio no país, inclusive no que se refere ao que já foi oficialmente classificado. Muitas vezes, mesmo com a proteção legal, parte significativa do patrimônio cultural brasileiro acaba sendo perdida. A tendência de substituir o antigo pelo novo, especialmente em termos de desenvolvimento urbano e imobiliário, é uma característica comum em muitos países, não apenas no Brasil. No entanto, no contexto brasileiro, esse fenômeno pode ser observado por várias razões, e isso pode ter implicações negativas para o patrimônio histórico e cultural.

Em muitas cidades brasileiras, o crescimento urbano ocorreu de forma desordenada e rápida, muitas vezes resultando na demolição de edifícios históricos para dar lugar a novos empreendimentos, e tendo a falta de planejamento urbano adequado contribuindo para essa situação. O Brasil passou por um rápido processo de urbanização nas últimas décadas, com uma crescente demanda por habitação, infraestrutura e espaços comerciais, gerando uma pressão significativa para a criação de novos espaços, muitas vezes à custa de áreas históricas.

A especulação imobiliária é um fenômeno comum em muitas cidades brasileiras, Campos (2001, p. 48) define especulação imobiliária, em termos gerais, como uma “forma pela qual os proprietários de terra recebem uma renda transferida dos outros setores produtivos da economia, especialmente através de investimentos públicos na infraestrutura e serviços urbanos”. Essa prática se resume em investir em bens imóveis, como casas, edifícios, salas comerciais ou terrenos, esperando obter lucros acima da média dos demais investimentos por meio de venda ou locação, em um momento futuro. Isso pode ser feito de duas principais formas: a espera pela valorização ou a realização de investimentos que estimulem essa valorização.

O lucro obtido com a especulação imobiliária não é decorrente de investimentos feitos pelo proprietário em seu imóvel ou do uso que lhe é dado, mas, sim, de um aumento nos preços do solo urbano. A prática da especulação imobiliária pode gerar problemas como a segregação socioespacial ou urbana, tornando as áreas mais centrais inacessíveis em termos de imóveis, aluguéis, impostos e outros. Logo, a valorização da terra e a busca por lucros podem resultar a demolição de edifícios antigos para construção novos empreendimentos mais lucrativos.

Há situações no Brasil e na Bahia em que o patrimônio histórico foi ameaçado ou

destruído em prol da especulação imobiliária, evidenciando a necessidade de proteção e valorização do patrimônio cultural. Em 2018, por exemplo, houve uma grande polêmica em São Paulo, quando um edifício histórico referente à Casa da Marquesa de Santos foi demolido para dar lugar a um empreendimento imobiliário. A demolição desencadeou protestos e debates sobre a preservação do patrimônio cultural. O Edifício São Vito, um icônico prédio no centro de São Paulo, foi demolido em 2011, após anos de abandono. A especulação imobiliária na região levou à decisão de demolir o edifício, que havia se tornado um símbolo de degradação urbana. O Hotel Quitandinha, em Petrópolis, um exemplo de arquitetura art déco¹, foi vendido e passou por diferentes proprietários e funções. Houve preocupações sobre sua conservação e uso futuro, uma vez que estava em risco de deterioração devido à falta de manutenção.

Na Bahia, a Vila dos Pescadores, localizada no bairro da Ribeira, em Salvador, a partir de 2008, enfrentou desafios de preservação devido ao desenvolvimento imobiliário; houve muita preocupação relacionada à gentrificação da área e à possível perda do caráter histórico e cultural da vila. O Pelourinho é um dos bairros históricos mais conhecidos de Salvador, e é conhecido por suas ruas de paralelepípedos também conhecidos como “pé-de-moleque”, devido à semelhança da disposição das pedras com os amendoins colocados sobre o doce, ou mesmo de “cabeça de nêgo”, e pelos edifícios coloniais bem preservados. O Pelourinho tem enfrentado momentos difíceis em sua preservação, inclusive com demolições e incêndios. A chamada revitalização começou com o Programa de Recuperação do Centro Histórico em 1992, mas também trouxe preocupações sobre a gentrificação e posterior retorno ao abandono. Em Salvador, muitos casarões e edifícios antigos estão em situação de abandono em decorrência da falta de recursos para a restauração. Isso os torna vulneráveis à especulação imobiliária. Esses são apenas alguns exemplos que ilustram os desafios enfrentados para a preservação do patrimônio histórico no Brasil e as diversas situações em que o interesse da especulação imobiliária entrou em conflito com a conservação do patrimônio cultural.

A proteção do patrimônio histórico e cultural é uma questão importante e contínua que envolve a conscientização pública, legislação adequada e esforços para equilibrar o desenvolvimento urbano com a preservação da história. As formas de patrimônio cultural, sejam materiais – como monumentos, artefatos e objetos diversos –, sejam manifestações intangíveis – como tradições, música ou outros tipos de saber fazer –, têm algo em comum: o fato de as pessoas lhes darem sentido. Todavia:

¹ O que é Art Déco? Art Decó é um estilo artístico que surgiu na Europa nos anos 20 e influenciou as artes, moda, cinema, arquitetura, design de interiores, entre outras áreas. Entre as suas características estão o uso de formas geométricas, ornamentos e design abstrato. Para saber mais: <https://www.vivadecora.com.br/pro/art-deco/>.

O patrimônio não é uma entidade estática, é constituído por múltiplas camadas de seleção, preservação e construção de restos do passado no presente, visando ao futuro, num processo de atribuição de sentido por produtores, curadores, educadores e comunidades, muitas vezes justificando identidades, assim, o significado do património muda, por isso, com o tempo e os lugares (Pinto, 2021, p. 7).

A Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, fixou o entendimento de que o patrimônio é um conteúdo dinâmico, vivo e popular, de essencial importância para a cidadania. Em seu artigo 216, definiu o patrimônio cultural como “um conjunto de formas de expressão, modos de criar, criações científicas, artísticas e tecnológicas, obras, objetos, documentos, prédios e demais espaços destinados a manifestações artísticas, culturais, além de conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagísticos, artísticos, arqueológicos e científicos” (Brasil, 1988). Choay (2011) também explicou que o patrimônio pode ser as edificações antigas e as belezas, bem como os produtos e saberes de uma comunidade. Comumente, quando se fala em patrimônio, logo se pensa em museus e coisas antigas, embora seja muito mais que antiguidades e espaços museais. Fica evidente a relevância de o patrimônio cultural ser preservado, protegido e conservado. Para isso, esse patrimônio precisa ser apresentado e transmitido para as próximas gerações com explicações sobre sua importância e, conseqüentemente, trazendo um reconhecimento dessa individualidade. A partir daí, a cultura e os costumes de determinados grupos podem permanecer vivos, preservando suas memórias e enriquecendo a diversidade cultural do país e dos diversos povos. Nesse rumo, os institutos de proteção têm um papel fundamental, às vezes, até nem exercido plenamente. A nível federal, é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) o responsável pela proteção do patrimônio cultural. Esse instituto afirma que o patrimônio sob sua responsabilidade “é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas” (Brasil, IPHAN, 2020, p. 1).

Bens imateriais ou intangíveis são os conhecimentos enraizados em uma comunidade, tais como a culinária e os métodos de se preparar um alimento, os materiais com maior uso em uma comunidade, manifestações musicais, rituais, festas e artes cênicas que marcam a vivência coletiva, bem como os locais onde se concentram e reproduzem práticas culturais. A consciência histórica pode envolver, igualmente, a habilidade dos alunos de estabelecerem conexões entre o conhecimento histórico e sua aplicação na vida cotidiana, assim como com as representações da memória coletiva presentes em instituições como museus e na interpretação

do patrimônio (Lowenthal, 1996), filmes ou jogos. Deste modo, é possível perceber que a aprendizagem e a preservação da memória podem, por exemplo, ocorrer de forma enriquecedora através das visitas aos museus:

Com o museu real, aquele que não é apenas virtual, aqueles que desejarem interagir como foi originalmente concebida a relação, precisarão se dirigir ao local onde ele está. Nem fotografias, nem as possibilidades da comunicação digital, podem substituir a experiência dessa jornada até o museu (Weinstein, 2013, p. 3).

Canclini (2019) ressalta que, para além da escola receber os educandos e transmitir conteúdos, ou mesmo proporcionar visitas aos museus, é imprescindível que ela se comprometa em despertar a sensibilidade dos estudantes para que estes conheçam a si mesmos, as suas histórias e as de seus familiares. Nesse sentido, a experiência real e presencial do museu pode desempenhar um papel significativo no enriquecimento dessas conexões pessoais e culturais.

Segundo Choay (2001), o patrimônio se relaciona com os vínculos e estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, presente no espaço e no tempo. A autora revisita o significado e o uso contemporâneo da palavra, que anteriormente era restrita e se referia ao âmbito material e privado:

A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias constituindo pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos, que se congregam por seu passado comum: obras e obras primas de belas artes e das artes aplicadas, e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos (Choay, 2011, p. 11).

Já Funari e Pelegrini (2009), também discutindo as correlações do patrimônio, apresentam uma reflexão sobre alteridade citando o episódio da criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), na conferência de Atenas, no final da Segunda Guerra Mundial. Nesse momento, foi defendida a salvaguarda do patrimônio cultural da humanidade na qual se desenvolveram abordagens amplas e menos restritivas de cultura. Dessa forma, é importante pensar que os sujeitos precisam compreender de onde os seus costumes e valores vieram, pois, a partir de um entendimento de seu passado, podem preservar a memória, possibilitando o desenvolvimento de sua cultura e fortalecendo seus processos e atributos. Nora (1993) entende que os lugares de memória são constituídos de experiências, saberes e conhecimentos que são propícios a interferências. Assim, são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente e em graus diversos.

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. Os três aspectos coexistem sempre (Nora, 1993, p. 21).

A escola é um lugar de memória, visto que serve para realização dos estudos ao mesmo tempo em que é um lugar de vivências. Para que a escola seja esse lugar de memória, Nora (1993) destaca que é imprescindível que se constitua como um lugar material simbólico e funcional simultaneamente. Outrossim, trazendo a discussão para o âmbito do patrimônio cultural e para o lugar de memória, é necessário compreender que, desde criança, os indivíduos precisam aprender sobre e reconhecer a própria cidade, bairro, rua, escola e outros locais como lugar de memória.

Franco (2019, p. 5) explica que a educação patrimonial tem como objetivo que os estudantes vejam o patrimônio cultural em sua rua, seu bairro, sua cidade e sua região. Para que a memória seja construída, é imprescindível que haja uma conexão com o lugar de origem, ao qual são pertencentes e ao qual as pessoas se identificam, reconhecendo a necessidade de laços sociais com seus pares.

Em suma, a conexão com o lugar de onde vieram e com sua própria comunidade desempenha um papel fundamental na construção da identidade dos sujeitos, na preservação da memória cultural e na promoção do seu bem-estar emocional; essas conexões oferecem apoio emocional, amizades significativas e uma rede de segurança em tempos de necessidade. Participar, por exemplo, de eventos culturais, festivais, celebrações e interações sociais locais pode ser gratificante e proporcionar um senso de significado e propósito. Esses laços sociais e culturais ajudam a entender quem somos e nos proporcionam um senso de pertencimento e significado na vida. Nessa perspectiva, “compreender o local em que vivemos nos conduz a conhecer a história do lugar e, assim, a procurar compreender os eventos que ali ocorrem” (Callai, 2005, p. 236). Ter consciência da própria história é uma parte essencial para a compreensão de si mesmo. “A memória une espaço e tempo, sendo construída a partir de experiências vividas em um lugar específico. Ela é produzida através da identificação com o local” (Carlos, 2007, p. 47).

De acordo com Nora (1993, p. 9), “a memória surge de um grupo que a une, ou seja, como Halbwachs afirmou, há tantas memórias quantos grupos existem. Por natureza, a

memória é múltipla, desacelerada, coletiva, plural e individualizada”. Essa multiplicidade de perspectivas enriquece o entendimento do passado, as similaridades e individualidades, refletindo a complexidade das experiências humanas.

A Memória é a vida sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (Nora, 1993, p. 9).

Não existe uma fórmula perfeita para a manutenção da memória, mas é importante entender que existe um caminho a percorrer, explorar, apresentar, registrar, preservar e passá-las adiante. Em prosseguimento, mesmo após migrar de um lugar para outro, as lembranças do local de origem persistem de maneira latente na memória das pessoas, o que demonstra que a memória é um fenômeno complexo e essencial para a experiência humana. Ela se refere à capacidade de armazenar, recuperar e reconstruir informações, experiências e conhecimento adquiridos ao longo do tempo.

A memória desempenha um papel fundamental na formação da identidade pessoal e coletiva, na compreensão do passado e na orientação do presente e do futuro. Halbwachs (1968) fez contribuições significativas para o entendimento da memória, especialmente no contexto da memória coletiva, argumentando que a memória não é um processo individual e isolado, mas, sim, um fenômeno social compartilhado. Ele destacou que a memória de uma pessoa é moldada e influenciada pelas interações sociais e pelo contexto cultural em que ela vive.

Os principais conceitos e ideias de Halbwachs (1968) incluem o termo “memória coletiva” para descrever a maneira como as sociedades constroem e mantêm a memória compartilhada de eventos e experiências do passado, baseado no entendimento de que a memória de um indivíduo é inseparável da memória de seu grupo social ou cultural. Quanto à relevância de preservar a memória coletiva, a qual também configura o patrimônio cultural da cidade, Halbwachs (1968) ressalta:

Não há memória coletiva que não se envolva num quadro espacial. O espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo caso, nossa imaginação, ou nosso pensamento é em cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar para que reapareça esta ou aquela

categoria de lembrança (Halbwachs, 1968, p. 143).

Halbwachs (1968) também enfatizou a importância do “quadro social” ou do contexto social no qual a memória é construída, afirmando que as lembranças individuais são moldadas e limitadas pelo grupo social ao qual uma pessoa pertence e pelo ambiente cultural em que ela vive. Consequentemente, essa discussão também levou a explicar a influência dos grupos sociais, considerando que as pessoas lembram de eventos e experiências de maneira seletiva, com base em sua relação com grupos sociais específicos. Por esse motivo, esses grupos ajudam a moldar a perspectiva e o significado dos eventos passados. Ademais, de acordo com Halbwachs (1968), a memória não é uma simples reprodução do passado, mas, sim, uma reconstrução ativa que reflete as necessidades e perspectivas do presente; por isso, as lembranças são constantemente reinterpretadas e atualizadas de acordo com o contexto atual. O conceito de memória de Halbwachs (1968) destaca a interconexão entre indivíduos e grupos sociais na construção e manutenção da memória, isso implica dizer que a memória coletiva é dinâmica e sujeita a mudanças ao longo do tempo, à medida que as sociedades evoluem e os valores culturais se transformam. Essa compreensão da memória é de grande importância para a compreensão da cultura, da identidade e da preservação do patrimônio histórico e cultural.

Mesmo que existam legislações e instrumentos que determinem a manutenção e preservação do patrimônio histórico e cultural, é de grande importância a manutenção de uma memória e uma identidade de forma igualitária, protegendo todos os grupos sociais que fazem parte de um território. Não se pode preservar a memória de um grupo específico em detrimento da memória de um outro grupo.

Isso leva à reflexão, novamente, acerca da preservação do patrimônio histórico como uma escolha que ocorre com as diferentes vivências e experiências de uma sociedade, revelando muito sobre sua essência naquele momento específico. Assim, ao se questionar sobre as memórias que se deseja preservar, reconhece-se que a construção da identidade cultural está intrinsecamente ligada à seleção de elementos do passado que são valorizados e perpetuados – e isso é um reflexo das experiências, valores, narrativas e visões de mundo presentes em uma determinada sociedade. Em tempos de necropolítica (Mbembe, 2021), a preservação do patrimônio histórico é quase um heroísmo, porque requer que se protejam o que os massificadores pretendem que seja destruído. Diante de algumas reflexões desenvolvidas por Mbembe (2021), percebe-se que a escola tem um papel essencial para conscientizar alunos que, futuramente, podem se tornar preservadores do patrimônio cultural devido ao conhecimento adquirido. Logo, essa é uma reflexão fundamental para que se compreenda as narrativas que

movimentam a percepção dos indivíduos, resultantes do passado e do presente. Tais reflexões podem (e devem) ser levadas para a sala de aula, em especial, para a sensibilização acerca do patrimônio e sua importância, tendo em vista que é um caminho para que as pessoas se reconheçam, preservem os seus valores, hábitos e costumes.

1.2 O enfoque da educação patrimonial na formação de estudantes

Chegar a uma compreensão e valorização das expressões culturais em geral, por meio de ações educativas centradas no patrimônio cultural, é um processo que envolve diversos fatores e etapas. A educação, nesse contexto, desempenha um papel crucial para promover a valorização das expressões culturais. Programas educacionais que ensinam sobre a história, a cultura e as tradições de uma sociedade ajudam as pessoas a reconhecer e compreender sua própria herança cultural. A conscientização sobre a importância da cultura e do patrimônio cultural é o primeiro passo para a valorização, e, para isso, as campanhas de conscientização, os eventos culturais e as atividades educacionais podem sensibilizar as pessoas sobre a riqueza das expressões culturais.

Promover a inclusão e a diversidade também é fundamental para valorizar todas as expressões culturais dentro de uma sociedade. Isso significa reconhecer e respeitar as diferentes culturas e tradições que coexistem em uma comunidade. Ademais, tornar o patrimônio cultural acessível a todos é essencial, o que envolve a criação de espaços culturais, museus, bibliotecas e atividades culturais que estejam disponíveis para todas as camadas da sociedade. Em suma, a valorização das expressões culturais envolve a educação, a conscientização, a inclusão, a participação comunitária, políticas públicas eficazes e o reconhecimento da importância da cultura em todos os aspectos da vida cotidiana. É um processo contínuo que requer o compromisso de indivíduos, comunidades e governos, a fim de garantir que a riqueza do patrimônio cultural seja preservada e apreciada por gerações futuras. Para o reconhecimento do patrimônio cultural integrado ao cotidiano dos estudantes da educação básica, não basta que os museus estejam abertos e com entrada gratuita, mas que promovam ações difusoras em todas as camadas da sociedade, para que as pessoas se sintam parte da cultura local (Canclini, 2019).

Na década de 1920 e 1930, a educação popular estava orientando as práticas políticas dos anarquistas no Brasil, para as quais o foco era uma educação que valorizava a cultura popular. Com isso, tornou evidente “a necessidade de os indivíduos criarem um sentimento de pertencimento a partir das manifestações culturais existentes” (Fonseca, 1997, p. 23). Nos dias atuais, a educação popular trabalha a realidade de uma comunidade usando os seus

conhecimentos cotidianos, como materiais e discussões para o ensino, propiciando uma maior identificação entre os alunos e a sua história. Da mesma forma, Paulo Freire trouxe uma abordagem centrada no diálogo e na participação ativa dos alunos. No processo educacional, ele se tornou referência em todo o mundo, e inspirou muitos educadores a repensar sua prática pedagógica (Fuks, 2021, p. 3).

Para Freire (1996), o ensino não deve ser visto apenas como um processo de transmissão de conhecimentos, mas como uma relação de compartilhamento entre professor e aluno, em que ambos aprendem e ensinam. A visão de Paulo Freire para o ensino tem uma grande notoriedade, pois destaca a educação como instrumento de transformação social, permitindo que os indivíduos desenvolvam sua capacidade de pensar criticamente e de agir de forma consciente em suas comunidades. Seu legado lembra a necessidade de uma educação crítica e emancipatória, que possibilite a formação de cidadãos conscientes, comprometidos e capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Fuks, 2021).

Nenhuma formação docente verdadeira pode fazer-se alheada, de um lado, do exercício da criticidade que implica a promoção da curiosidade ingênua e do outro lado, sem o reconhecimento do valor das emoções, da sensibilidade, da afetividade, da intuição ou adivinhação (Freire, 1996, p. 45).

Para que o patrimônio se faça presente no contexto de sala de aula, o próprio educador precisa se reconhecer partícipe (Freire, 1967). Os educadores necessitam abordar o patrimônio e a história com enfoques a nível local, nacional e global, sem esquecer a atenção ao contexto de cada aluno. Pinto (2022) salienta que é fundamental que o processo de formação inicial dos alunos coloque as diversas culturas em evidência, conforme o possível, promovendo, também as minorias e diferentes perspectivas, a partir do passado e do contexto regional da própria comunidade.

Nessa perspectiva, a educação precisaria ser um processo dialógico, no qual o educador e o educando se envolvam em uma partilha de saberes, em que a palavra e a ação estão intimamente ligadas. Conforme Freire (1996), a estratégia de ensino deve incentivar que o conhecimento parta do próprio indivíduo, no sentido de que ele sinta-se à vontade e seguro o suficiente para participar ativamente do processo de ensino-aprendizagem, estimulando-o a transformar a sociedade em que está inserido.

Ademais, “a inclusão é necessária para que a educação seja capaz de promover a reconciliação e a construção de pontes entre diferentes comunidades” (Guyver, 2016, p. 16). Esses atributos críticos funcionam como um caminho para o desenvolvimento de uma

consciência histórica sofisticada, a qual as pessoas, sobretudo os jovens, possam utilizar como ferramenta para interpretar e compreender o seu mundo no presente (Pinto, 2022, p. 12). Esse processo acontece através da partilha realizada entre a comunidade e a escola, que propagam as noções da história e dos benefícios culturais encontrados na sociedade, disseminando os princípios da educação patrimonial. Segundo Ferraz (2009) e Fusari (2009), a escola:

É um espaço onde os alunos têm a oportunidade de estabelecer vínculos entre os conhecimentos sociais e culturais. Por isso é também o lugar e o momento em que se pode verificar e estudar os modos de produções e difusão da arte na própria comunidade, região, país, ou na sociedade em geral (Ferraz; Fusari, 2009, p. 19)

O ambiente escolar constitui um espaço vital para debates, reflexões e análises da realidade, assegurando direitos essenciais. Conforme Hall (2019, p. 11), no dia a dia escolar, os jovens forjam suas identidades e seus modos de ser, existir e pensar, com base nos grupos com os quais convivem. Por outro lado, em casa, com familiares, ou no bairro e no trabalho, esses mesmos indivíduos podem adotar outras identidades.

É crucial compreender que a ideia de uma “identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (Hall, 2019, p. 11). Na realidade, a identidade é multifacetada, fluida e suscetível a transformações ao longo do tempo, refletindo a complexidade e a dinâmica das experiências individuais e sociais. O ambiente escolar desempenha papel essencial no apoio ao desenvolvimento e à construção dessas identidades em evolução, permitindo que os estudantes se conheçam, se expressem e sejam aceitos em sua diversidade. Os nossos e os não nossos coabitam, o que os jovens necessitam compreender sobre a identidade não é uma questão de pureza de sangue ou de espírito, mas, sim, de heterogeneidade e multiplicidade (Seixas, 2014). Nessas condições, só uma compreensão da flexibilidade e da mudança, ao longo do tempo, poderá ser adequada para a construção da solidariedade sobre uma plataforma mais global e mais local do que a nação do século XIX (Pinto, 2022).

Por isso, a educação tem o poder transformar a prática educativa atual, e, se necessário, também poderá aderir novos métodos que sejam relevantes para a formação de sujeitos construtores do futuro. Para isso, é essencial que o indivíduo consiga compreender a realidade do seu entorno, que ele seja levado a compreender as culturas existentes, observando, também, as situações históricas e temporais da sociedade; e a solução para essa situação é a educação patrimonial. Para Horta, Grunberg e Monteiro (1999):

A educação patrimonial é um instrumento de alfabetização cultural que

possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o a compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (Horta; Grumberg; Monteiro, 1999, p. 4).

Já Faria e Woortmann (2009, p. 24) esclarecem que a Educação Patrimonial é uma “ação educativa sobre os valores coletivos existentes em um determinado grupo, consistindo na transmissão de informações sobre os saberes e fazeres de indivíduos antepassados para as gerações atuais”. Na atualidade, tudo está intrinsecamente ligado à vivência do aluno, carregando consigo sua própria história e a daqueles com quem se relaciona. Nessa interação, consciente ou não, elementos são incorporados, tornando-se essencial contribuir para despertar a sensibilidade do sujeito em formação. Dessa forma, ele poderá se perceber melhor e compreender as situações ao seu redor, incluindo seu ambiente próximo e seu contexto social. Ao fazer isso, os saberes relacionados ao patrimônio local se tornam parte integral e formadora de sua própria realidade. Nessa lógica, entende-se que a educação patrimonial na escola busca estimular um reconhecimento do que é o patrimônio, visando valorizá-lo como um referencial individual e coletivo.

Explorar a Educação Patrimonial no currículo implica estudar diversos espaços além da escola, realizando uma análise constante entre a realidade e os temas transversais propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais² (PCNs) e pela Base Nacional Comum Curricular (2017). No entanto, muitos professores reduzem sua importância ou deixam de considerá-la no processo educacional, argumentando, muitas vezes, a falta de recursos para seu desenvolvimento, esquecendo que existem alternativas viáveis – pois a diversidade de movimentos e manifestações culturais regionais e locais oferece uma multiplicidade de abordagens para explorar esses temas. Assim, a falta de investimentos adequados, a escassez de recursos financeiros, falta de compreensão social sobre a importância da cultura e a deficiência de políticas públicas efetivas de proteção contribuem para a fragilidade na preservação e na difusão do patrimônio cultural, muitas vezes, servindo apenas de pretexto para que a educação não se efetive. O patrimônio, até, mesmo, em ruínas, precisa ser estudado. Além disso, a fragilidade da abordagem efetiva da Educação Patrimonial nas escolas, que aborde a valorização e a compreensão do patrimônio como parte da identidade e da história do país, também compromete a sua conservação. Para resolver esse problema, é essencial que a

² No Brasil, os PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais são diretrizes elaboradas pelo Governo Federal com o objetivo principal de orientar os educadores por meio da normatização de alguns fatores fundamentais concernentes a cada disciplina. Esses parâmetros abrangem tanto a rede pública, como a rede privada de ensino, conforme o nível de escolaridade dos alunos.

Educação Patrimonial desempenhe um papel importante no currículo e seja um dos objetivos principais na formação do indivíduo. Ao fortalecer a relação entre educação e o patrimônio no Brasil, promove-se a conscientização sobre a importância do patrimônio cultural desde os primeiros anos de escolaridade, por meio de programas educativos e atividades práticas de reflexão.

Conforme Brandão (1981), embora tenha ficado patente que o processo educacional é mais amplo que a escolarização, inserindo-se em contextos culturais nos quais a instituição escolar não é o único agente educativo, não se pode prescindir do envolvimento de estabelecimentos de ensino e pesquisa, a partir de programas de colaboração técnica e de convênios. Não se trata, portanto, de limitar as vivências simbólicas e educativas a um único contexto cultural específico; não se trata de cair em um “localismo esterilizante” no qual todos os processos de aprendizagem se realizam em seus limites e com seus exemplos (Brandão, 1981). Trata-se de evidenciar e propor o reconhecimento de referências culturais locais, para que seja possível “acessar processos sociais e culturais mais amplos e abrangentes, em um registro no qual cada sujeito, a partir de seu repertório de referências, possa compreender e refletir, tanto sobre contextos inclusivos quanto sobre a diversidade cultural que o cerca” (Florência *et al.*, 2012, p. 67) .

Nesse sentido, o Governo Federal, atualmente, apesar de não tomar medidas suficientemente efetivas para proteção integral do patrimônio cultural, destaca a importância da educação patrimonial. Assim, o MEC propõe:

A educação patrimonial é uma ação que articula os saberes diferenciados no programa Mais Educação criado pelo Ministério da Educação e Cultura. Diante disso, as ações na escola unem o conhecimento oferecido pelo programa curricular com o conhecimento tradicional nas comunidades. Proposta que pode ser trabalhada nos diferentes níveis de ensino e dentro da interdisciplinaridade centrando as ações nos espaços de vida representados pelos territórios educativos. A proposta da educação patrimonial na escola é envolver a comunidade escolar no reconhecimento e valorização dos bens culturais e das pessoas que formam o patrimônio cultural, e que estão ao nosso lado (Brasil, 2020).

Na mesma lógica, o Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional (IPHAN) afirma que:

A educação patrimonial pode ser integrada aos processos educativos formais e informais, tendo em vista que o patrimônio cultural foi apropriado socialmente como um recurso para a compreensão sócio-histórica para além da escola, através das referências culturais em todas as suas manifestações e locais, colaborando assim para o seu reconhecimento, valorização e

preservação (IPHAN, 2014, p. 5).

Logo, se o patrimônio cultural deve ser preservado, defendido e protegido, este é um assunto que deve ser tratado e aprendido desde a educação infantil do aluno, fazendo-se presente no currículo escolar. Tendo isso em vista, o trabalho com as noções de patrimônio cultural deve ser incorporado aos conteúdos escolares – uma vez que, diante do caráter abrangente que define o próprio termo “Patrimônio”, a Educação Patrimonial também assume esse papel de abrangência. Ainda discutindo a Educação Patrimonial, o IPHAN entende que:

[...] os processos educativos formais e não-formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriando socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, com o objetivo de colocar para o seu reconhecimento, valorização e preservação. [...] os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais onde convivem diversas noções de patrimônio cultural [...] (IPHAN, p. 5, 2012).

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Educação Patrimonial abrange todos os processos educativos que se concentram no patrimônio cultural, tanto de forma formal quanto não formal, buscando a apropriação social desse patrimônio como recurso para a compreensão das referências culturais. Além disso, enfatiza a importância da construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo entre agentes culturais e sociais, e destaca a participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais. Esses processos educativos visam integrar as ações educativas às práticas cotidianas das comunidades, permitindo uma abordagem mais ampla e inclusiva da preservação e valorização do patrimônio cultural.

Em busca da concretização da proposta de conscientização popular para a preservação do patrimônio cultural pelo MEC e também pelo IPHAN, Florência (2012) aponta que uma grande variedade de ações e projetos com concepções, métodos, práticas e objetos pedagógicos distintos foi realizada por todo o país:

Desde a sua criação, em 1937, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN manifestou em documentos, iniciativas e projetos, a importância da realização de ações educativas como estratégia de proteção e preservação do patrimônio sob sua responsabilidade, instaurando um campo de discussões teóricas, e conceituais e metodologias de atuação que se encontram na base das atuais políticas de Estado na área. Já no anteprojeto para a criação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, Mário de Andrade apontava para a relevância do caráter pedagógico

estratégico dos museos e das imagens (Florência, 2012, p. 5).

Assim, é preciso considerar o patrimônio cultural como tema transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, um ato essencial ao processo educativo, potencializando o uso dos espaços públicos e comunitários. A educação se associa à preservação do patrimônio cultural e abarca diversos conceitos. Para Freire:

É cultura o boneco de barro feito pelos artistas, seus irmãos do povo, como cultura também é a obra de um grande escultor, de um grande místico, ou de um pensador. Que cultura é poesia dos poetas letrados de seu País, como também a poesia de seu cancionista popular. Que cultura é toda criação humana (Freire, 1967, p. 17).

A proposta de incluir o patrimônio cultural como assunto no processo formativo, de forma crítica e como base do entendimento proporcionado pelo que está posto como currículo, é consonante à base de entendimento de Freire (1987). Ele vê a educação e a cultura como fundamentais no processo de formação e, desse modo, sua teoria ancorada na dimensão cultural corrobora com a compreensão de que o conhecimento é uma construção mediada dialogicamente e uma interação dialética entre experiência da vida prática com a sistematização crítica.

Com essas reflexões, podemos compreender que a Educação Patrimonial, se preocupa também, em transmitir conhecimentos para além da sala de aula. O patrimônio cultural de uma cidade deve estar intrinsecamente ligado à sua história e à cultura, assim como às memórias dos moradores, construindo-se nas táticas e práticas do cotidiano (De Certeau, 1998). A escola desempenha papel significativo na construção de relações sociais e de reconhecimento de si mesmo, especialmente em cidades do interior, onde a cultura se manifesta de forma singular e é diversa em cada contexto. É necessário despertar a sensibilidade do sujeito em formação para que ele perceba a si mesmo como um agente construtor e transformador de sua realidade. Isso é importante para que o indivíduo possa se reconhecer como agente ativo na construção de uma sociedade que reconhece a diversidade cultural e o patrimônio ao seu redor.

Isso implica em uma abordagem educacional que promova a construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo entre agentes culturais e sociais, e destaque a participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais. “Trata-se de que as escolas assumam seu papel de ressignificar as relações entre os educandos, enquanto cidadãos, e a cidade, a sua memória, a sua história, o seu passado e o seu presente” (Arroyo, 2005, p. 33). Essa abordagem deve partir do que as comunidades têm em suas localidades – como objetos, celebrações, formas de expressão e saberes – e valorizar as referências identitárias locais para

fortalecer a autoconfiança, a subjetividade e os laços sociais. A educação patrimonial é uma das formas de promover processos educativos formais e não formais, que tem como foco o patrimônio cultural como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação. Maltez (2010) em seu estudo *O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural*, afirma que:

As várias formas de mediação da Educação Patrimonial possibilitam um conhecimento maior, por parte tanto dos educadores quanto dos alunos, sobre os bens culturais, contribuindo para a incorporação do senso de respeito e responsabilidade na valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural, bem como para o conhecimento da diversidade cultural que se faz presente na constituição dos elementos que o compõem (Maltez, 2010, p. 46).

A disciplina de artes desempenha um papel vital ao explorar e celebrar as diversas expressões culturais, permitindo que os estudantes se conectem com diferentes tipos de patrimônio busquem atuar de algum modo na preservação e promoção dessas heranças.

1.3 A Educação Patrimonial na disciplina de Artes

O ensino de artes no Brasil passou por várias transformações ao longo da história, refletindo mudanças na educação e na sociedade em geral. Durante o período colonial, a educação era voltada principalmente para a catequese e para a formação de mão de obra. As artes eram ensinadas nas escolas religiosas, com ênfase na arte sacra, como a pintura e a escultura, usadas na decoração de igrejas e capelas.

Com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, em 1808, houve um aumento na influência europeia nas artes e na educação. Nesse período, foi fundada a Academia Imperial de Belas Artes (AIBA), em 1826, que teve um papel fundamental no desenvolvimento das artes plásticas no Brasil. No início da República, houve uma modernização do ensino de artes, com a influência de movimentos artísticos europeus, como o modernismo. Artistas como Tarsila do Amaral e Anita Malfatti foram essenciais para o desenvolvimento de uma abordagem mais contemporânea nas artes visuais, desvinculando-se de um padrão artístico eurocêntrico que até hoje é tão valorizado. Durante a Ditadura Militar (1964-1985), houve muitas repressões à liberdade artística e ao ensino crítico das artes; no entanto, isso desencadeou, também, uma arte de resistência que desenvolveu formas de expressão artística que desafiavam o regime. Com o fim da Ditadura Militar e a redemocratização do Brasil, na década de 1980, percebe-se o

renascimento das artes e da educação artística; em 1988, a Constituição Federal estabeleceu o direito à cultura e à educação artística no Brasil. Nas últimas décadas, houve esforços para reformar os currículos escolares, incluindo o ensino de artes. As Diretrizes Nacionais de Educação (2001) estabeleceram a importância da educação artística nas escolas, abrangendo disciplinas como artes visuais, música, dança e teatro.

Atualmente, a arte nas escolas busca ser abordada de modo interdisciplinar devido às regras impostas pela Base Nacional Comum Curricular; assim, ela está integrada a outras áreas do conhecimento e também se aproveita do uso da tecnologia e das novas mídias, permitindo que os estudantes explorem formas de expressão digital e multimídia. Conforme Caldas (2017):

[...] considerando-se a Arte como um campo de conhecimento específico, mas não isolado, notamos que, ao ser relacionada com outras disciplinas do currículo escolar, pode ampliar o conhecimento dos alunos. Assim sendo, o ensino interdisciplinar proporciona a oportunidade de desenvolver capacidades artísticas e estéticas relacionadas com outras áreas do conhecimento (Caldas; Hozier; Popi, 2017, p. 3).

Nesse sentido, os autores ratificam como a arte é dinâmica e está conectada a várias áreas do conhecimento, funcionando como uma expressão que espelha as dinâmicas sociais, e a escola deve ser capaz de abordar essa perspectiva com os alunos como uma produção integrada. Isso implica considerar que, por ser uma expressão social, a arte é influenciada pelo contexto e pelo tempo em que o artista desenvolve sua obra. Essa abordagem exige uma reavaliação da prática pedagógica, incorporando à sala de aula a sensibilidade e um estudo da arte dentro de um contexto participativo e integrado, de modo a motivar os alunos para a aprendizagem na disciplina (Caldas; Hozier; Popi, 2017, p. 6).

Ao pensar na arte e em sua natureza interdisciplinar, é fundamental reconhecer as diferentes linguagens artísticas, as quais o processo criativo envolve, tanto em teorias quanto em práticas. O ensino de artes no Brasil é um campo de estudo para a compreensão das práticas pedagógicas em artes visuais, Soares (2022) foi um dos estudiosos que se debruçou sobre os estudos sobre a formação de professores de Arte, a relação entre arte e cultura e sobre a importância da educação artística na escola. Pignatari (1981) também abordou questões relacionadas à arte e à linguagem, contribuindo para a reflexão sobre a linguagem visual nas artes e na educação.

O ensino da arte só terá sentido se o aluno conseguir se apropriar de conceitos e ter a capacidade de olhar a produção artística de modo que sua reflexão seja real (Ostrower, 2003). Para alcançar esse objetivo, torna-se essencial substituir a concepção tradicional de Arte e

Educação que por muito tempo permeou as escolas, por um ensino contextualizado. Esse novo enfoque valoriza a construção do conhecimento estético e artístico do aluno, estimulando o desenvolvimento do senso crítico. É crucial estabelecer um ambiente propício à apreciação da arte, em sua totalidade e diversidade de significados. Esse espaço pode ser concebido de maneira interdisciplinar, inserido em uma abordagem de ensino contextualizada e participativa (Stabile, 1989). A presença da Educação Patrimonial nas escolas é uma garantia de acesso a esses conhecimentos produzidos durante a própria história da humanidade, e isso deve ser parte do processo formativo que também é uma orientação que pode levar à atitude de preservação desses valores culturais. Zilli (2017) explica:

A arte não consegue enquadrar-se nos pormenores da legislação patrimonial sem antes ser devidamente legitimada por uma instituição ou mecanismo que a formalize enquanto tal, em seu próprio campo de atuação. Assim é necessário que ela seja compreendida e aceita primeiramente no meio artístico, para posteriormente figurar no rol de patrimônio cultural, a fim de não gerar dúvidas quanto a sua autenticidade (2017, p. 5).

No entanto, essa é uma visão que precisa ser debatida, pois o ensino da arte contribui para a valorização e preservação do patrimônio cultural, ao incentivar o conhecimento e a apreciação do patrimônio local e nacional, bem como o entendimento da história e das tradições que constituem uma sociedade. Cabe salientar, que arte e patrimônio cultural são conceitos distintos, embora possam estar interligados em certos contextos. A arte refere-se à expressão criativa e estética que pode assumir diversas formas, como pintura, escultura, música, dança, entre outras. Trata-se de uma manifestação da criatividade humana que busca transmitir emoções, ideias ou conceitos, muitas vezes com o propósito de proporcionar uma experiência estética. Conforme Lima (2005), a Arte é:

Parte integrante da cultura, sua utilização apresenta-se de forma relevante e com amplas possibilidades de integração, divulgação e desenvolvimento da cultura popular no contexto escolar em relação com os diversos conteúdos e disciplinas (Lima, 2005, p. 02).

Por outro lado, o patrimônio cultural abrange um conjunto mais amplo de elementos que são herdados do passado e valorizados por sua importância histórica, cultural, arqueológica, arquitetônica ou social. Isso inclui não apenas obras de arte, mas também edifícios históricos, sítios arqueológicos, tradições orais, práticas culturais e outros bens que são considerados parte integrante da herança de uma sociedade. Assim, enquanto a arte é uma expressão criativa que pode ser parte do patrimônio cultural, o patrimônio cultural transcende a arte e engloba uma

gama mais ampla de elementos, que são significativos para a identidade e a memória de uma comunidade ou sociedade.

A relação entre o patrimônio cultural e o ensino de arte pode reforçar a visão da Artes como área de conhecimento, pois quando se tem a possibilidade de conhecer o próprio patrimônio, quando alguém se torna mais próximo da própria história, tem-se maior consciência de sua identidade e do cuidado que se deve ter com a preservação dos bens naturais, materiais e imateriais que constituem este mesmo patrimônio. A arte é uma forma de transformação social e não deveria ser vista como uma atividade isolada, mas, sim, como parte integrante da vida cotidiana, e o papel da educação deveria ser um apoio à formação de indivíduos críticos e criativos. No mesmo sentido, Ferraz e Fusari (2009) ressaltam a importância da arte no processo de conhecimento:

É fundamental entender que a arte se constitui de modos específicos de manifestação da atividade criativa dos seres humanos, ao interagirem como mundo em que vivem, ao se reconhecerem, e ao conhecê-lo. Em outras palavras, o valor da arte está em ser um meio pelo qual as pessoas expressam, representam e comunicam conhecimentos e experiências. A atividade de desenhar para as crianças, por exemplo, é muito importante, pois favorece a sua expressão e representação do mundo (Ferraz; Fusari, 2009, p. 18).

A arte-educação, conceito difundido por Barbosa (2003), busca criar um impacto sobre a educação através da arte, que amplia o alcance da educação para um olhar além das formas, aliando o equilíbrio entre ética e estética, buscando contextualizar e valorizar o ensino da Arte. Barbosa (2003, p. 3) defende a ideia do “vínculo entre arte e educação, pois, a arte na educação é um instrumento para a identificação cultural e o seu desenvolvimento, a partir da expressão individual e cultural”.

Barbosa (2003) explica que a Arte-Educação, entendida como disciplina, valoriza a construção e a elaboração como procedimento artístico, enfatiza a cognição em relação a emoção e procura acrescentar a dimensão do fazer artístico à possibilidade de acesso e compreensão da humanidade. No entanto, é imprescindível buscar transformação e adotar caminhos de uma escola libertadora, na qual os educadores se engajem em uma formação continuada. Isso permitirá aperfeiçoar a formação do professor responsável pela disciplina de Artes, reconhecendo que esta não é apenas uma disciplina para atrair atenção ou elaborar conhecimentos, mas, sim, um sistema de conhecimento do mundo que visa à humanização. Nessa abordagem, a disciplina de Artes não se limita a um conjunto de conhecimentos sistematizados ou produtivistas, mas visa ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Para a autora, as artes possibilitam o desenvolvimento da percepção e da imaginação,

bem como o aprendizado acerca da realidade percebida e a capacidade de analisá-la de forma crítica, tendo em vista a sua transformação. Por meio da arte, os alunos são encorajados a se desenvolverem integralmente e a explorarem sua individualidade, conectando-se com a expressão artística e o entendimento do mundo ao seu redor. As autoras Ferraz e Fusari (2009) disseram que:

Ao fazer e perceber a arte com autonomia e criticidade, ao desenvolvimento do senso estético e à interação dos indivíduos no ambiente social/tecnológico/ cultural, preparando-os para um mundo em transformação e para serem sujeitos no processo histórico (Ferraz; Fusari, 2009, p. 57).

Compreende-se, assim, que a arte desempenha papel fundamental no processo de aquisição do conhecimento, sendo uma ferramenta essencial para a formação integral da criança, desde o início de sua trajetória escolar até os níveis mais avançados de sua educação. Barbosa (2003) elaborou, ainda, uma proposta triangular do ensino de arte que consiste em três abordagens para se construir conhecimentos em arte: apreciação artística (saber ler uma obra de arte); contextualização histórica (conhecer a sua contextualização histórica) e fazer artístico (fazer arte). A proposta de Barbosa (1982) oferece subsídios relevantes para os educadores atuarem no ensino da arte nas escolas brasileiras contemporâneas, valorizando a transdisciplinaridade da arte e buscando conscientizar os alunos e demais envolvidos na área educacional sobre a extrema importância da arte na formação humana. A proposta, segundo a própria autora, era a formação de “um currículo que interligasse o fazer artístico, a História da Arte e a análise da obra de arte” (Barbosa, 2005, p. 35), pois “o conhecimento em Artes se dá na interseção da experimentação, da decodificação e da informação” (Barbosa, 2005, p. 32).

Na concepção de Barbosa (2003):

A Arte na Educação como expressão pessoal e como cultura é um importante instrumento para a identificação cultural e o desenvolvimento individual. Por meio da Arte é possível desenvolver a percepção e a imaginação, apreender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo ao indivíduo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada (2003, p. 18).

Por esse motivo, a arte é fundamental para a formação do sujeito, ela não pode ser vista como algo prescindível, mas como uma disciplina legítima e independente das outras. Segundo Barbosa (2002, p. 11), “a disciplina Educação Artística, apesar da Reforma Educacional de 1971, nunca conseguiu afirmar-se como uma disciplina plena sem a necessidade de ficar atrelada a outra, para assim se impor com a devida importância a que ela merece”. A autora completa o seu pensamento fazendo referência ao tratamento dispensado a Arte nos dias de

hoje, e explica que não é diferente do dispensado naquela época, alegando que:

[...] no século XIX, especialmente a década de 70, foi o período da história da Educação Brasileira em que a preocupação com o ensino da Arte (concebida como desenho) se nos apresenta como mais extensa e mais profunda. Um dos pressupostos difundidos na época, a ideia de identificação do ensino da Arte com o ensino do Desenho Geométrico, compatível com as concepções liberais e positivas dominantes naquele período, ainda encontra eco cem anos depois em nossas salas de aula e na maioria dos compêndios de Educação Artística, editados mesmo depois da Reforma Educacional de 1971 (Barbosa, 2002, p. 11-12).

Obviamente, Arte é uma disciplina nova entre as disciplinas escolares do Brasil, segundo Rossi (2014, p. 91), talvez seja a que tem a mais peculiar trajetória de inserção na educação formal, pois é “apenas na década de 70 que aconteceu a inclusão obrigatória no currículo escolar; porém como mera atividade, não como disciplina, como as demais”. As escolas precisam entender a Arte como parte essencial do currículo educacional, permitindo que os alunos tenham acesso a um conhecimento que pode influenciar positivamente em sua formação pessoal e cidadã. Por isso, Barbosa (1982, p. 121) afirma que a ignorância e a indiferença “pelas necessidades reais e pelo estágio cultural do povo, junto com o desrespeito e desinteresse pelas experiências estéticas anteriores tidos e trazidos pelos próprios estudantes, desde o século XIX”, pode ser considerado o principal fator causador da ineficiência no ensino dessa disciplina nas escolas públicas do país.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte (PCN) (1997, p. 11) também expõem uma compreensão do significado da arte na educação, explicitando conteúdos, objetivos e especificidades, tanto no que se refere ao ensino e à aprendizagem, quanto no que se refere à arte como manifestação humana. Entre os objetivos gerais presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) para o Ensino Fundamental, podemos citar: o conhecimento e a valorização da pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, posicionando-se contra qualquer tipo de discriminação; a contribuição para a melhoria do meio ambiente e a percepção como ser integrante, dependente e agente transformador desse meio. Ademais, os PCN propõem “o desenvolvimento do conhecimento de si mesmo, buscando a inserção pessoal e o exercício da cidadania; a utilização das diferentes linguagens – verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal – como meio para produção, expressão e comunicação de ideias na interpretação e fruição dos diferentes produtos culturais” (1997, p. 12).

Assim, como parte fundamental desse processo, temos os professores de Artes, que são agentes sociais, culturais e políticos os quais promovem aos indivíduos a oportunidade de

ampliar o entendimento para garantir a efetivação de uma cidadania ativa e participante, envolvendo as práticas artísticas e, por isso, precisam abordar seus conteúdos e práticas de forma a levar seus alunos a refletirem na atualidade. Vygotsky (2003, p. 79) afirma que o professor desempenha um papel ativo no processo de educação, modelando, cortando, dividindo e entalhando os elementos do meio, para que eles realizem o objetivo buscado”. A partir disso, será possível estimular a criatividade natural do aluno, na qual a produção artística o leve a questionar, a desenvolver seu espírito crítico, gerando novas experiências com diferentes situações e, além disso, reconhecer as origens do povo brasileiro e sua cultura. “A educação pressupõe uma docência como ato criativo, o que envolve a capacidade humana de (re)inventar, cotidianamente, saberes, práticas e fazeres no campo educacional” (Santos; Castro; Araújo, 2020, p. 5).

A educação e a docência libertadora envolvem assegurar a participação ativa e crítica dos sujeitos, assim como o ato de ensinar-aprender. Portanto, estudar patrimônio cultural, através da Educação Patrimonial, por meio do ensino de arte, é imprescindível e traz subsídios para uma reflexão sobre a importância de se conhecer e preservar o patrimônio, para a construção de uma consciência cidadã no aluno, além do fortalecimento de seus laços sociais e de pertencimento. No contexto histórico e na metodologia de Ana Mae Barbosa (2003), a relação entre patrimônio e artes ganha relevância na medida em que ela propõe uma abordagem que valoriza o fazer artístico, a leitura de imagens e a história da arte. A abordagem triangular de Ana Mae Barbosa (2010), inspirada no método *Discipline Based in Art Education (DBAE)*, reconhece que a experiência artística é fundamental para o entendimento das obras de arte.

No âmbito do patrimônio, essa abordagem sugere que as reproduções de obras de arte podem servir como referências para a construção social desse patrimônio. Ao contextualizar as reproduções no ambiente escolar, Barbosa (2010) propõe um diálogo dinâmico entre o fazer artístico, a leitura de imagem e a história da arte. Essa interação contribui para a ressignificação do patrimônio, promovendo uma compreensão mais profunda das obras e incentivando a apropriação cultural. A metodologia de Ana Mae Barbosa (2003), ao integrar a produção artística, a leitura de imagem e a contextualização histórica, contribui com um ambiente propício para a construção social do patrimônio. Ela destaca, ainda, a importância da exposição como forma de socialização, permitindo que as interpretações e ressignificações das obras de arte aconteçam de maneira pública, contribuindo para o enriquecimento do conhecimento e das reconhecimentos das manifestações culturais locais.

CAPÍTULO II

2. O LIVRO E SUAS HISTÓRIAS

Neste capítulo, são exploradas as histórias por trás do livro didático, analisando seu desenvolvimento, impacto e desafios enfrentados ao longo do tempo, em especial na disciplina de Artes. Busca-se, aqui, descrever e compreender, historicamente, o livro didático e suas relações com o processo ensino-aprendizagem das artes. Também será abordada a relação entre arte, educação patrimonial e livros didáticos, analisando como os livros didáticos podem ser usados como ferramentas para promover a conscientização sobre o patrimônio cultural e a diversidade cultural brasileira. A metodologia inclui a análise de livros didáticos e a avaliação de como esses livros abordam esses temas.

2.1 O que é o livro didático?

O livro didático é fundamental no âmbito educacional, desempenhando papel central no processo de ensino e aprendizagem, e pode ser compreendido como um “instrumento que favoreça a aprendizagem do aluno, no sentido do domínio do conhecimento e no sentido da reflexão na direção do uso dos conhecimentos escolares para ampliar sua compreensão da realidade” (Rojo; Batista, 2003, p. 44). O livro didático também pode ser entendido como um veiculador de conhecimentos sistematizados e o produto cultural de maior divulgação entre os brasileiros que têm acesso à educação. Assim, é possível observar que o significado do livro didático vai além de um veículo de popularização do conhecimento; é uma “transposição didática do saber acadêmico para o saber escolar. No processo de explicitação curricular, o livro didático também é portador de um sistema de valores, de uma ideologia e de uma cultura” (Adelino; Fonseca, 2007, p. 101).

O livro didático possui uma história rica e complexa, refletindo as diferentes concepções pedagógicas, as transformações sociais e culturais, bem como as demandas contemporâneas da educação. Compreender as próprias histórias permite aos indivíduos refletirem sobre seu papel na sala de aula e explorar maneiras de torná-lo uma ferramenta ainda mais eficaz e relevante para o processo educacional. No entanto, apesar de se apresentar como elo importante na vida das pessoas, o livro didático também enfrenta desafios e críticas. Algumas questões levantadas incluem a padronização excessiva, a falta de representatividade e diversidade, a desatualização dos conteúdos em um mundo em constante mudança, entre outros aspectos. Esses desafios

levam a reflexões contínuas sobre como melhorar e repensar o papel do livro didático na educação.

Ao longo dos anos, o livro didático passou por transformações e evoluções, refletindo as mudanças sociais, culturais e pedagógicas que ocorreram ao redor do mundo. Sua origem está diretamente ligada à cultura escolar, mas foi apenas com a invenção da imprensa, no final do século XV, que os livros “tornaram-se os primeiros produtos feitos em série, e a concepção do livro como fiel depositário das verdades científicas universais foi se concretizando” (Júnior, 2004, p. 36). A popularização do livro didático remonta ao início da educação formal, quando manuais e compêndios eram utilizados como material de referência para os professores e alunos. No entanto, foi a partir do século XIX que o livro didático ganhou destaque como um instrumento padronizado e acessível, utilizado em larga escala nas salas de aula. Inicialmente, o livro didático era marcado por uma abordagem expositiva, transmitindo conhecimentos de forma linear e em uma única direção.

Com o tempo, surgiram movimentos pedagógicos que questionaram essa abordagem, buscando uma maior interação entre o livro, o professor e o aluno. O construtivismo³ e a pedagogia crítica influenciaram a concepção e o conteúdo dos livros didáticos, enfatizando a participação ativa do aluno no processo de aprendizagem e a reflexão crítica sobre sua realidade. No Brasil, a partir de 1930, a educação recebeu maior atenção devido aos movimentos dos educadores, de acordo com Guy de Holanda (1957, p. 105 *apud* Freitag; Costa, Motta, 1997), “o livro didático é um resultado da Revolução de 30, juntamente com a desvalorização da nossa moeda e o aumento dos livros importados”; do mesmo modo, observou-se, que as reformas educacionais que aconteceram no Brasil, nessa época, refletiram as ideias que dos grupos dominantes (Lombardi; Saviani; Sanfelice, 2008).

A crise no setor exportador do café, agravada pela crise da Bolsa de Nova York de 1929, acarretou um período tenso de transição do modelo econômico, que se desdobra em todos os outros setores da sociedade civil e tem sua influência também no ensino, de forma que este passa a ser encarado como ponto de inserção social. Assim, a educação inicia sua ocupação de espaço no debate organizacional do país. O Movimento da Escola Nova, conforme Lombardi, Saviani e Sanfelice (2008, p. 136) influenciou e se constituiu no Manifesto dos Pioneiros da Educação. Esse movimento, em defesa da escola pública, laica, gratuita e obrigatória,

³Construtivismo é uma teoria sobre a origem do conhecimento que considera que a criança passa por estágios para adquirir e construir o conhecimento. Tem como objeto de estudo da alfabetização a língua escrita (Nunes, 1990). NUNES, Therezinha. Construtivismo e alfabetização: um balanço crítico. Educ. Revista, Belo Horizonte, 1990. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0102-46981990000200004&script=sci_arttext.

impulsionou a promulgação da Constituição de 1934, em que se estabelecia a necessidade de um Plano Nacional de Educação e a proposição de inúmeras reformas educacionais no período (Lombardi; Saviani; Sanfelice, 2008, p. 136). Em 1938, foi criada a legislação do livro didático pelo Decreto-Lei nº 1006 de 30 de dezembro de 1938, demonstrando, também, uma preocupação do âmbito governamental com a educação e trazendo definições sobre o livro didático em seu art. 2º:

Art. 2º Para os efeitos da presente lei, são considerados livros didáticos os compêndios e os livros de leitura de classe.

§1º Compêndios são os livros que exponham, total ou parcialmente, a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares.

§ 2º Livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula (Brasil, 1938).

O decreto teve um impacto significativo no sistema educacional brasileiro, pois regulamentou a utilização do livro didático como recurso fundamental no processo de ensino-aprendizagem, pois “o livro, nesse contexto, era visto como uma ferramenta da educação política e ideológica” (Romanatto, 2009, p. 38). “No entanto, esse decreto tinha mais a função de controle político-ideológico do que uma finalidade didática” (Freitag *et al.*, 1989). Ao longo dos anos, o livro didático passou por transformações e evoluções, refletindo as mudanças sociais, culturais e pedagógicas que ocorreram ao redor do mundo.

Na década de 1970 e 1980, o livro didático era visto “como uma tecnologia pouco adequada a processos efetivos de aprendizado; como resultado de interesses econômicos envolvidos em sua produção e comercialização, e identificado aos efeitos de controle que exerce sobre a ação docente e sobre o currículo” (Rojo; Batista, 2003, p. 45). Após esse período, o livro didático continuou a receber diversos conceitos e foi analisado tanto como instrumento didático quanto mercadológico. Forquin (1993), por exemplo, entendia o livro didático como “um conjunto de conteúdos cognitivos e simbólicos que, selecionados, organizados, normatizados, rotinizados, sob o efeito dos imperativos de didatização, constituem habitualmente o objeto de transmissão deliberada no contexto das escolas” (Forquin, 1993, p. 167). Assim, na perspectiva da didatização, ocorre a simplificação de alguns saberes, bem como a seleção, em que conteúdos são escolhidos e outros são preteridos, de acordo com a opção de quem esteja envolvido no processo de escolha (Pereira; Pina, 2021).

A partir disso, entende-se que, com o passar do tempo, o livro didático acabou se tornando um aliado valioso para o professor, pois oferece uma estrutura organizada de conteúdos e atividades que podem ser utilizados para aprofundar o aprendizado dos

estudantes. Nesse sentido, Silva (1996) destaca:

O livro didático é uma tradição tão forte dentro da educação brasileira que seu acolhimento independe da vontade e da decisão dos professores. Sustentam essa tradição o olhar saudosista dos pais, a organização escolar como um todo, o marketing das editoras e o próprio imaginário que orienta as decisões pedagógicas do educador. Não é à toa que a imagem estilizada do professor o apresenta com um livro nas mãos, dando a entender que o ensino, o livro e o conhecimento são elementos inseparáveis, indicotomizáveis. E aprender, dentro das fronteiras do contexto escolar, significa atender às liturgias dos livros, dentre as quais se destaca aquela do livro “didático”: comprar na livraria no início de cada ano letivo, usar ao ritmo do professor, fazer as lições, chegar à metade ou aos três quartos dos conteúdos ali inscritos e dizer amém, pois é assim mesmo (e somente assim) que se aprende (Silva, 1996, p. 08)

Alguns termos dados ao livro didático demonstram sua classificação como instrumento de aprendizado, dentre eles estão: Manual Escolar, Manual de Texto, Material Didático, Livro Escolar ou Obras de Referências. Os manuais recebem esse termo na medida em que “apresentam a proposta de, a um só tempo, introduzir um tema e sumará-lo” (Bufrem, Schmidt; Garcia, 2006, p. 124).

Auxiliado pela adoção, em paralelo, de todo um conjunto de artefatos comunicacionais que outrora não era evidenciado no ambiente escolar: jornais, revistas, quadrinhos, rótulos, quadros e tabelas, placas, cartazes e peças publicitárias (Coutinho e Freire, 2006, p. 125).

Essa diversidade de materiais oferece suporte e complementa o processo de ensino-aprendizagem, fornecendo diferentes formas de linguagem e conteúdo para enriquecer a experiência educacional dos alunos. O livro didático também auxilia os professores no desenvolvimento de conhecimentos, fornecendo informações, atividades e exercícios que ajudam os alunos a desenvolver habilidades e competências, desempenhando um papel essencial no enriquecimento do processo educacional, proporcionando uma base sólida para a aprendizagem.

2.2 O livro didático de Artes

“A arte é um poderoso meio de acesso ao conhecimento, permitindo a interação entre sujeito, cultura e sociedade” (Barbosa, 2002, p. 12). Com a experiência estética proporcionada pela arte, a autora diz que é possível vivenciar e explorar, inclusive, manifestações culturais, ressaltando a diversidade cultural que caracteriza o Brasil. O livro didático relacionado à disciplina de Artes pode ser utilizado de forma complementar a outras estratégias pedagógicas,

como junto a visitas a museus, exposições e outras atividades, de modo individual ou em trabalhos em grupo, para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem em artes.

O livro didático de artes complementa estratégias pedagógicas ao oferecer uma visão abrangente e estruturada da disciplina. Pode ser integrado a atividades práticas, como projetos de artes, e serve como preparação para visitas a museus, contextualizando e aprofundando o entendimento dos alunos sobre estilos e movimentos artísticos. Ao proporcionar informações teóricas e visuais, o livro enriquece o processo de ensino-aprendizagem em Artes, promovendo tanto a aprendizagem independente quanto a experiência prática. Para a disciplina de Artes, o livro didático desempenha papel fundamental na formação dos estudantes, proporcionando acesso a conhecimentos teóricos e práticos, estimulando a reflexão crítica e fomentando o desenvolvimento das habilidades artísticas.

Na concepção de Pereira e Pina (2021), o livro didático é visto como:

Um elemento da cultura escolar, como produto cultural, pois, além dos conteúdos escolares, eles expressam hábitos, posturas pedagógicas e valores, e por serem produzidos e consumidos de determinados modos, por pessoas específicas (Pereira; Pina, 2021, p. 47).

De acordo com Pina (2021, p. 48), o livro didático é o resultado de uma complexa teia de relações que envolvem a escrita, o papel, o autor, a edição, os editores e o leitor, caracterizando-se como um intrincado processo permeado por relações de poder. Nessa perspectiva, o ensino da arte também se configura como uma forma de conduzir culturas que têm suas raízes no passado, manifestando-se no presente e que perdurarão no futuro. Halbwachs (1968, p. 143) assegura que “não há nenhum grupo ou atividade coletiva que não tenha alguma relação com um lugar”; portanto, o conhecimento do lugar de onde vivemos é de vital importância. Como salienta Carlos (2007, p. 20), busca-se, nesse sentido, um caminho para análise do cotidiano, “onde o local e o mundial se entrelaçam, tecido pelas maneiras de ser, conjunto de afetos e as modalidades do vivido, próprios de cada habitante, gerando uma multiplicidade de sentidos”. Nesse contexto, compreender o cotidiano é essencial para a apreensão e valorização das diversas perspectivas e experiências que remontam individualidade cultural social de um lugar, permitindo enxergar o entrelaçamento entre o global e o local. Por meio do livro didático, por exemplo, os professores podem oferecer aos estudantes uma ampla gama de recursos e conteúdos relacionados à arte e o patrimônio cultural, contribuindo para uma educação mais voltada ao desenvolvimento integral dos alunos. Zilli (2017) faz uma crítica ao fato das pessoas não saberem diferenciar arte e patrimônio, o que nos leva a pensar a arte de modo romantizado e eurocêntrico:

Quando associamos a arte ao patrimônio, não raro nos remetemos a uma visão romântica de obra de arte e de artista, tão bem cunhada ao longo dos séculos. Não por acaso nos vem à mente pinturas icônicas como “O grito” (1893) de Edvard Munch (1863-1944), ou ainda esculturas emblemáticas como o Pensador (1904), de Auguste Rodin (1840-1917), estudadas na História da Arte (Zilli, 2017, p. 3).

Porém, a partir da utilização de um livro didático de qualidade, é possível contribuir com a desmistificação do padrão eurocêntrico de arte, permitindo ao aluno diferenciar a arte de patrimônio, reconhecendo as artes locais e oportunizando uma valorização do patrimônio cultural brasileiro. A crítica de Zilli (2017) sobre a dificuldade das pessoas em diferenciar arte e patrimônio levanta uma questão fundamental sobre como é concebida e valorizada a arte, muitas vezes influenciadas por uma perspectiva romântica e eurocêntrica. A associação automática de obras de arte icônicas, como “O grito” de Edvard Munch ou “O Pensador” de Auguste Rodin, reflete essa visão consolidada ao longo dos séculos. Ao vincular a arte ao patrimônio, Zilli (2017) destaca como isso pode perpetuar uma visão limitada e estereotipada da arte, comumente concentrada em obras europeias renomadas. Essa perspectiva pode obscurecer as ricas tradições artísticas locais e contribuir para a desvalorização do patrimônio cultural diversificado de outras regiões, como é o brasileiro.

A proposta de Zilli (2017) de utilizar um livro didático de qualidade para desmistificar o padrão eurocêntrico de arte é significativa. Esses materiais podem oferecer uma abordagem mais inclusiva, apresentando aos alunos uma gama mais ampla de expressões artísticas que vão além dos cânones tradicionais. Isso pode incluir o reconhecimento e a valorização das artes locais, indígenas, afro-brasileiras e de outras culturas presentes no contexto nacional. Ao diferenciar arte e patrimônio, os alunos podem desenvolver uma compreensão mais sofisticada e contextualizada da diversidade cultural, reconhecendo a importância de preservar e valorizar as expressões artísticas que fazem parte do patrimônio cultural brasileiro. Essa abordagem também pode contribuir para a construção de identidades culturais mais inclusivas e respeitadas.

É importante, também, o desenvolvimento de atividades práticas que estimulem a criatividade, a expressão e a reflexão dos estudantes sobre as obras de arte estudadas. Por meio de propostas de criação, experimentação e análise, os alunos podem desenvolver habilidades artísticas, como a habilidade de observação, análise crítica, experimentação, síntese e expressão pessoal, que são essenciais para a formação artística e cultural dos estudantes, como, inclusive, é proposto na legislação brasileira pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Programa Nacional do Livro

Didático (PNLD).

Há um problema relevante na área da educação artística no Brasil que é a falta de conhecimento sobre o passado e a busca excessiva pelo novo apontado por Ana Mae Barboda (2003). Existe uma tendência dos arte-educadores em adotar novidades de forma entusiasmada, muitas vezes sem um entendimento sólido das bases teóricas e históricas das práticas artísticas. Primeiramente, é importante reconhecer a importância da inovação e da evolução no campo das artes; novas técnicas, tecnologias e abordagens podem enriquecer o ensino e a prática artística. No entanto, a busca pelo novo pode levar à adoção de métodos conservadores disfarçados de modernos, devido à falta de conhecimento sólido sobre as raízes históricas e teóricas das artes. A falta de conhecimento teórico e histórico pode ser prejudicial não apenas para o desenvolvimento dos arte-educadores, mas também para a qualidade do ensino de arte em si. De acordo Barbosa (1982):

A falta de conhecimento sobre o passado está levando os arte-educadores brasileiros a valorizarem excessivamente o novo. Tudo o que é considerado novidade é adotado entusiasmadamente [...] os professores de arte, escravizados pelo novo, estão aceitando métodos conservadores mistificados por máscaras modernas, devido à falta de conhecimento sobre o passado e à ignorância teórica. Além da falta de conhecimento teórico que dificulta a ação e a avaliação da prática, a falta de conhecimento histórico é responsável pela ansiedade do novo que domina grande parte dos melhores professores de arte no Brasil (Barbosa, 1982, p. 10)

Ressaltamos a importância de estabelecer um equilíbrio entre a valorização da inovação e o respeito pelo conhecimento e pela tradição artística. Professores devem buscar um entendimento sólido das bases teóricas e históricas da arte, ao mesmo tempo em que exploram novas ideias e técnicas. Essa abordagem pode enriquecer a educação artística e garantir uma apreciação mais profunda e significativa da arte em todas as suas formas.

Pela própria natureza do campo, é fundamental que o professor utilize, também, os mais diversos recursos para despertar a curiosidade e o interesse; existem opções como materiais concretos, obras de arte originais, visitas a museus e exposições, atividades práticas e reflexivas, que ainda podem estimular a própria produção artística dos estudantes. Segundo Barbosa (1982, p. 121) estamos “perdendo a oportunidade de transformar a arte no meio de humanizar a escola e de ajudar na formação de uma identidade cultural”.

Portanto, ao explorar as histórias por trás do livro didático, mergulhamos em um panorama abrangente, examinando sua evolução, impacto nas práticas educacionais e alguns dos desafios enfrentados pela disciplina de Arte. A compreensão dessas histórias nos ajudará a contextualizar o papel do livro didático no presente e a vislumbrar possibilidades futuras para

seu aprimoramento e utilização como recurso pedagógico efetivo.

Ainda não houve a implementação de livros didáticos digitais no Brasil, incluindo na área de artes e provavelmente será realizada em processo gradual. O avanço da tecnologia e a disponibilidade de recursos digitais têm influenciado a educação, e a transição para livros didáticos digitais é parte desse movimento. Os livros didáticos digitais oferecem vantagens, como interatividade, recursos multimídia, atualizações mais rápidas e acessibilidade a partir de dispositivos eletrônicos. No entanto, a adoção dessas ferramentas pode variar de acordo com a infraestrutura tecnológica das escolas, a formação dos professores e políticas educacionais específicas de cada região. Na área de artes, a introdução de livros digitais pode proporcionar experiências mais dinâmicas e enriquecedoras, incorporando vídeos, imagens interativas, áudio e outros recursos que podem ampliar o entendimento dos estudantes sobre conceitos artísticos.

2.3 O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

A princípio, cabe situar o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) como uma das políticas públicas do governo brasileiro ligada ao Ministério da Educação, que distribui gratuitamente livros didáticos às escolas públicas brasileiras, mediante seleção pública realizada “por uma comissão especializada e pela escolha de professores e equipes pedagógicas para das escolas beneficiadas” (Schlichta; Romanelli; Teuber, 2018, p. 8).

O Programa Nacional do Livro Didático é o mais antigo dos programas voltados à distribuição de obras didáticas aos estudantes da Rede pública de ensino brasileira e iniciou-se com a denominação de Instituto Nacional do Livro (INL), em 1937. Posteriormente, ocorreram importantes mudanças na configuração do programa, especialmente por ele passar a determinar, a partir de 1995, a extinção de livros consumíveis⁴. Ao longo desses mais de 80 anos, o programa foi aperfeiçoado e teve diferentes nomes e formas de execução. Assim, a nova nomenclatura Programa Nacional do Livro Didático:

Representou a ampliação e apoio ao ensino público, ao também possibilitar a inclusão de outros materiais de apoio: obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, de formação e destinados à gestão escolar, entre outros (Brasil, 2017).

⁴ Entende-se por livro consumível “aquele que permanece, em caráter permanente, com o estudante, sendo desnecessária sua devolução à escola após o fim do período letivo correspondente” (Brasil, edital PNLD 2017, pg. 2. Ver subitem 4.1.8.1.)

Em 1938, instituiu-se o Decreto Lei nº 1006/98 (Brasil, 1938), que estabeleceu as condições de produção, importação e utilização do livro didático. O Decreto-lei determinava uma autorização prévia para todos os livros didáticos que fossem adotados nas escolas brasileiras e, para tal, instituiu a Comissão Nacional do Livro Didático – CNLD (Daher, 2014, p. 410). Nessa legislação específica sobre o livro didático, é possível observar uma preocupação de controle dos materiais que seriam utilizados pelas escolas brasileiras, “já que não se tratava de uma seleção de obras a serem adquiridas pelo governo, como é o caso do atual Programa Nacional do Livro didático, mas de uma censura imposta aos livros que eram utilizados em quaisquer escolas do país” (Daher, 2014, p. 413). Logo, compreende-se que antes mesmo do PNLD ser criado, o governo apresentava interesse na organização da política dos livros didáticos, direcionando os conteúdos que eles deveriam abordar, criando instituições com o papel de “padronizar uma política nacional baseada em programas de ensino oficiais, com os quais os autores deveriam seguir para estruturar os seus livros e que simultaneamente fundamentassem a avaliação dos manuais de ensino” (Gabrelon, 2016, p. 6).

Segundo Cassiano (2007, p. 59) o PNLD vem a se tornar um “aglutinador do currículo nacional”. No entanto, segundo Daher e Sant’anna (2016, p. 103), a partir de 2010, com o Decreto Federal nº 7.084, o Programa ganha status de programa de Estado, deixando de estar “submetido às vicissitudes dos diferentes governos”.

[...] políticas de governo são aquelas que o Executivo decide num processo elementar de formulação e implementação de determinadas medidas e programas, visando responder às demandas da agenda política interna, ainda que envolvam escolhas complexas. Já as políticas de Estado são aquelas que envolvem mais de uma agência do Estado, passando em geral pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, resultando em mudanças de outras normas ou disposições preexistentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade (Oliveira, 2011 *apud* Daher; Sant’anna, 2016, p. 15-16).

Assim a política pública permitiu que o livro didático assumisse certa importância dentro da prática de ensino brasileira nestes últimos anos. Isso é perceptível, principalmente, em países em que “a precaríssima situação educacional faz com que o Livro Didático acabe determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, pois, de forma decisiva, o que se ensina e como se ensina o que se ensina” (Lajolo, 1996, p. 35). Com vistas à padronização do ensino e à ampliação do acesso dos alunos ao conhecimento, o Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático, definindo que:

Art. 1º O Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD, executado no âmbito do Ministério da Educação, será destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público (Brasil, 2017).

Para Cassiano (2007), o PNLD é a:

Política adotada pelo Estado, em relação ao livro didático, na redemocratização do país, que centraliza, no governo federal, planejamento, avaliação, compra e distribuição gratuita do livro escolar para a maioria dos alunos da educação básica do Brasil (Cassiano, 2007, p. 1).

Além disso, o mesmo Decreto também explica que o PNLD abrange a avaliação e a disponibilização de obras didáticas e literárias, acervos para bibliotecas, obras pedagógicas, *softwares* e jogos educacionais, entre outros materiais de apoio à prática educativa. O PNLD deve obedecer às etapas e aos procedimentos seguintes: inscrição, avaliação pedagógica, habilitação, escolha, negociação, aquisição, distribuição, monitoramento e avaliação. Como observado, especificamente, é atribuída ao PNLD a competência da escolha do material ao professor e a distribuição gratuita de livro didático aos alunos dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. A adoção desse tipo de política pública para o livro didático, segundo a autora, “revolucionou o mercado de livros no Brasil, culminando na distribuição gratuita sem precedentes desses manuais na história do país” (Cassiano, 2007, p. 21).

No entanto, vale ressaltar que a quantidade e distribuição do material é feita com base em projeções do censo escolar do biênio anterior, o que pode criar uma distorção entre o número de cópias disponíveis e a quantidade de alunos matriculados. O problema dessa situação, especialmente nas escolas públicas do país, é que compromete a qualidade do ensino. Quando há uma falta de livros didáticos suficientes para atender todos os estudantes, limita-se o acesso igualitário ao conteúdo educacional. Os alunos podem ser prejudicados por não terem acesso ao material necessário para acompanhar as aulas, para realizar atividades e para se aprofundar nos temas abordados.

Além disso, a falta de material didático adequado pode afetar a dinâmica da sala de aula, uma vez que os professores precisam adaptar suas estratégias de ensino para lidar com a escassez de recursos, isso acarreta um esforço maior dos educadores para buscar alternativas, como a reprodução de cópias, o compartilhamento de livros entre os alunos ou o uso de

materiais complementares. Por esse motivo, é fundamental que as políticas públicas estejam atentas a essa questão, visando assegurar condições igualitárias de aprendizado e o pleno acesso ao conhecimento para todos os estudantes.

Na educação brasileira, os segmentos são as diferentes etapas ou níveis de ensino que compõem o sistema educacional. Eles são divididos de acordo com faixas etárias, currículos e objetivos específicos de aprendizagem. Nesse contexto, as principais etapas são a Educação Infantil, o Ensino Fundamental (obrigatório e se destina a crianças e a adolescentes na faixa etária dos 6 aos 14 anos, dividido em nove anos, do 1º ao 9º ano), há também o Ensino Médio e a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além dessas etapas e modalidades, existem também outros níveis de ensino, a Educação Superior (graduação e pós-graduação), Educação Profissional e Tecnológica, e Educação Especial, que atende a pessoas com necessidades educacionais especiais.

No Brasil, os ciclos educacionais são uma abordagem pedagógica que propõem a organização do ensino em etapas mais flexíveis e integradas, visando à superação da repetência e da reprovação, bem como à promoção de uma aprendizagem mais significativa para os estudantes. A proposta é agrupar os alunos em ciclos de aprendizagem, nos quais são trabalhados conteúdos e habilidades específicas, levando-se em consideração o desenvolvimento e o progresso individual de cada estudante. Assim, a cada quatro anos, um dos segmentos pode escolher, dentre o material didático elaborado disponível, o que mais considerar adequado para o próprio trabalho desenvolvido.

Logo, o material adotado pode ser utilizado durante aquele período, ou seja, para os próximos quatro anos. A rede de educação local, municipal ou estadual é responsável por definir uma modalidade de escolha dos livros que irá utilizar (Brasil, 2017). Melo e Urbanetz (2008) informam que:

Infelizmente, em muitas situações escolares, o livro didático acaba realizando todo o planejamento do professor, fazendo com que ele setransforme em uma “amarra” do processo pedagógico. É claro que existem excelentes livros, mas também existem os ruins. Temos que nos preocupar com essa questão, visto que grande parcela da população brasileira tem somente acesso a esse tipo de livro [...]. Isso requer da escola um trabalho maior de escolha dos melhores livros para que o trabalho pedagógico seja enriquecido com mais esse material (Melo; Urbanetz, 2008, p. 93-94).

A escolha dos livros didáticos para as escolas públicas no Brasil segue um processo regulamentado e coordenado pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, realizado por meio do Programa Nacional

do Livro e do Material Didático (PNLD), desde 1929. Nesse sentido, o processo de escolha dos livros didáticos segue algumas etapas principais. Em primeiro lugar, o MEC elabora um edital estabelecendo as diretrizes, critérios e prazos para a seleção dos livros didáticos.

Após a divulgação do material, as editoras interessadas em participar do PNLD devem se inscrever de acordo com as especificações do edital, apresentando as obras que desejam submeter à avaliação. A partir disso, as obras inscritas são submetidas a uma avaliação pedagógica e técnica, realizada por especialistas e professores indicados pelo MEC, com base em critérios de adequação ao currículo nacional, de qualidade do conteúdo, da abordagem pedagógica, da linguagem utilizada, da qualidade do material impresso, da adequação às normas técnicas e da acessibilidade para alunos com deficiência (Brasil, 2017). Por fim, o MEC divulga um Guia do Livro Didático contendo as obras recomendadas para cada ano e disciplina. Depois dessa escolha, haverá a compra e distribuição dos materiais de responsabilidade do FNDE:

Com relação à compra e à distribuição dos materiais e livros didáticos selecionados pelo Ministério da Educação, no âmbito da Secretaria de Educação Básica (SEB), é importante ressaltar que são de responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), cabendo a este órgão também a logística do provimento e do remanejamento dos materiais didáticos para todas as escolas públicas do país cadastradas no censo escolar (Brasil, 2017).

Logo, os professores e gestores das escolas públicas têm a autonomia para selecionar, dentro das opções recomendadas e publicadas, os livros didáticos que melhor atendem as necessidades de sua instituição. Um livro didático de qualidade apresenta conteúdos atualizados, organizados de forma didática e progressiva, que atendam aos objetivos educacionais e às diretrizes curriculares, fornecendo uma base sólida para o processo de ensino-aprendizagem e auxiliando na transmissão de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e no estímulo ao pensamento crítico dos alunos.

O livro didático também proporciona exemplos práticos, exercícios, ilustrações e propostas de reflexão, facilitando a compreensão e assimilação dos conceitos abordados. Por fim, a escolha do livro didático nas escolas públicas é importante para garantir o igual acesso ao conhecimento e a qualidade da educação oferecida, contribuindo para a padronização do ensino, assegurando que todos os alunos tenham acesso aos mesmos conteúdos e oportunidades de aprendizagem, independentemente de sua origem social ou econômica.

Portanto, a escolha de um livro didático de melhor qualidade é essencial para o sucesso

do processo educativo nas escolas públicas, pois pode influenciar diretamente a qualidade das aulas, a aprendizagem dos alunos e a formação cidadã dos estudantes, mais importante ainda, a formação crítica dos docentes.

2.4 A inclusão do livro didático de Artes no PNLD

Conforme o Guia do Livro Didático (2004, p. 10), o livro didático brasileiro, ainda hoje, “é uma das principais formas de documentação e consulta empregadas por professores e alunos, sendo fundamental sua presença no espaço escolar”. Os materiais didáticos desempenham papel fundamental na documentação do conteúdo ensinado e das atividades realizadas na sala de aula, representando uma maneira de registrar informações e conhecimentos, o que é essencial para avaliações, revisões e acompanhamento do progresso do aluno ao longo do tempo. Eles também permitem que os alunos revisem o conteúdo aprendido e que os professores planejem suas aulas de acordo com os objetivos de ensino. Ter acesso a materiais didáticos confiáveis e completos facilita o processo de aprendizagem e é importante salientar que a qualidade e a relevância dos materiais didáticos desempenham papel crítico em seu impacto na educação. Os materiais desatualizados, imprecisos ou inadequados, podem prejudicar o processo de ensino-aprendizagem.

Destarte, a escolha do livro, seu desenvolvimento e a atualização dos materiais didáticos devem ser cuidadosamente considerados pelas instituições educacionais e pelos educadores. Os materiais didáticos são essenciais no contexto educacional, destacando seu papel na documentação, consulta, padronização e apoio ao ensino-aprendizagem, a qualidade e a relevância desses materiais desempenham um papel crítico no sucesso da educação.

Quanto à disciplina de Artes, foram incluídas no PNLD, em 2015, as coleções didáticas de Artes para o segmento Ensino Fundamental anos finais, e no PNLD de 2016, para os anos iniciais do Ensino Fundamental e, a partir desse momento, a arte foi inserida em uma política pública que já atendia a quase todas as demais disciplinas do currículo escolar. Assim, trazemos mais informações sobre as obras inscritas e aprovadas pelo PNLD desde a inclusão da disciplina de Artes no Programa (Ver Quadro 1):

Quadro 1- Coleções de Artes inscritas e aprovadas pelo PNLD.

Ano Segmento	Coleção Inscrita Artes	Total	Coleções Aprovadas	Total
2015 Ensino Médio (EM)	2	2	2	2
2016 Ensino Fundamental	3	3	3	3

(EF Anos Iniciais)				
2017 (EF Anos Finais)	2	2	2	2
2018 (EM)	5	5	5	5
2019 (EF Anos Finais)	7	7	7	7

Fonte: Guia de Livros Didáticos (2020) elaborado pela autora

Os dados contidos no Quadro 1 demonstram que não há uma constância nas inscrições das coleções de acordo com cada segmento, e que o número de coleções inscritas vem crescendo a cada novo edital do PNLD. Os critérios gerais e específicos de aprovação ou reprovação das coleções são disponibilizados nos editais de chamada de cada PNLD, expostos no Guia de Livro Didático (GLD) e publicados a cada ano em que há chamadas de inscrição dos livros didáticos. O GLD é proposto em formato de diálogo com o professor, para que este faça a escolha mais adequada ao seu contexto escolar. Ele é composto por uma apresentação digital, na qual se registra o fundamento orientador do processo, os dados quantitativos pertinentes às obras inscritas e aprovadas no PNLD. Além disso, há uma síntese dos critérios de eliminação comuns e específicos a todas as áreas do componente curricular, tratando dos modelos de arte, resenhas de artes, referentes às coleções aprovadas, e as fichas de avaliação que apontam os critérios gerais e específicos para a aprovação das obras, utilizados pelos avaliadores.

Segundo o PNLD de Arte de 2017, na avaliação e na seleção de conteúdo em um livro didático de Artes, é crucial considerar a diversidade de temas e como eles estabelecem conexões entre os diferentes repertórios culturais e as atividades propostas, levando em conta as experiências reais dos alunos. Os conteúdos devem ter significado e, mesmo quando abordam obras e culturas de épocas passadas, devem se relacionar com a vida dos estudantes.

Esses conteúdos precisam sintetizar eventos, movimentos e convenções historiográficas que ajudem os alunos a compreenderem as situações vividas e a apreciar as criações culturais que os cercam, sempre de modo interdisciplinar com disciplinas como Artes, Geografia, e outras. A preservação do patrimônio não deve ser baseada em proibições ou imposições morais, mas, sim, na valorização das diferentes tendências, estilos e eventos que enriquecem nossa herança cultural.

Os critérios de eliminação para a escolha do livro didático na disciplina de Artes, segundo o PNLD 2018, seguem algumas percepções. Esse tipo de critério vai observar, por exemplo, as concepções de arte que devem ser abertas às multiplicidades de compreensões do que venha a ser arte, dialogando e se contrapondo a conceitos universais e a contextualizações locais sobre o que é considerado arte – contemplando elementos das Artes Audiovisuais e

Visuais, Dança, Música e Teatro, e até outras possíveis manifestações, tais como moda e mídias diversas. Observa-se, também, as manifestações sincréticas das expressões artísticas, dando ênfase a eventos e criações para além dos limites das disciplinas tomadas como artísticas e das classificações excessivamente rígidas entre arte, artesanato, artefato cultural e outras expressões como funk, coletivos de artistas, *body-art*, *game art*, rap, arte de rua, *land-art*, ambiências, *quiz*, performances, make-up, happenings, sticker-art, grafite. São importantes as diversidades de expressões que mostram o multiculturalismo e a miscigenação, de modo a trazer obras e artefatos que problematizem as fronteiras das identidades urbanas, étnicas, raciais, religiosas, de gênero, de orientação sexual e territorial, contemplando grupos marginalizados, comunidades silenciadas e sujeitos apagados pela sociedade, valorizando seus traços, suas singularidades e diferenças.

Entre os critérios de eliminação dos livros, ainda é são analisadas as relações interpessoais nos processos artísticos propostos, buscando trazer referências às ações, experiências e outras formas de arte participativa, relacional e colaborativa que permitam que o fruidor faça parte do processo e leve em consideração as relações sociais que se intensificam no decorrer de suas histórias. Prioriza-se a aquisição de códigos a fim de que produções culturais dos mais diversos tipos possam ser compreendidas dentro de seus contextos espaciais, temporais e em relação a toda gama de saberes que, por exemplo, uma peça, um filme, um quadro, uma casa e uma canção podem comportar. Conforme o PNLD (2018), a apreensão desses códigos poderia partir da realidade e dos referenciais do estudante, de modo que os interesses da faixa etária sejam observados na elaboração do material didático.

Conforme o PNLD (2018), as reflexões críticas também são consideradas no que tange à apropriação dos referenciais das grandes mídias e de outras produções culturais massivas, procurando instigar o pensamento sobre as razões de determinados produtos, de modo a exercitar a autonomia e a autoria no seu pensar. Assim como a contextualização de obras, artistas, movimentos e culturas plenos de sentido para os estudantes, apresentando dados pertinentes, incluindo fontes, acessos e créditos fidedignos. Segundo o PNLD (2019), exige-se a sensibilização exploratória de diferentes mídias e materiais – instrumentos, suportes, técnicas, jogos dramáticos e corporais, e modos de fruir e experimentar a si, ao outro e ao mundo em amplas e diversificadas criações –, bem como a sustentabilidade dos modos de vida e das relações interpessoais, na abordagem de obras e ações que propiciem o pertencimento à Terra e a valorização de suas forças, mostrando diversificados tipos de culto e práticas junto à natureza, que promovam o respeito aos seres vivos.

A partir de tais concepções, a avaliação valoriza interativamente obras didáticas em um

processo contínuo que inclui referências e suportes que não se subsomem no livro didático (Brasil, PNLD, 2015, p. 3). É válido perceber que houve um aumento em relação ao número de coleções inscritas para o segmento Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio (Ver Quadro I), entre o PNLD 2015 e o PNLD 2019, totalizando cinco coleções inscritas a mais.

2.5 Histórico das coleções aprovadas

Desde sua implementação, em 2015, o componente Artes teve cinco editais de chamada no PNLD. No entanto, os Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio só tiveram dois editais, conforme mencionamos anteriormente. O quadro 2 reúne uma síntese das Coleções de Livros Didáticos de Artes aprovadas, bem como os autores responsáveis e suas editoras. Ademais, o nome da coleção e o ano do PNLD em que foi aprovada também estão devidamente sinalizadas.

Quadro 2 - Coleções de Livros Didáticos aprovadas para a disciplina de Artes.

Ano/Segmento	Coleção	Autor(es)/ editor(es) responsável	Editadora
2015 (EM)	Arte em Interação	Hugo Luiz Barbosa Bozzano, Perla Frenda e Tatiane Cristina Gusmão.	Editadora IBEP
	Por Toda Parte	Solange Utuari, Daniela Libâneo, Fábio Sardoe Pascoal Ferrari.	Editadora FTD
2016 (EF Anos Iniciais)	Ápis – Arte	Eliana Pougy.	Editadora Ática
	Projeto Presente – Arte	Rosa Iavelberg, Tarcísio Tatit Sapienza e Luciana Mourão Arslan.	Editadora Moderna
	Porta Aberta: Arte	Solange Utari, Simone Luiz e Pascoal Ferrari.	Editadora FTD
2017 (EF Anos Finais)	Projeto Mosaico – Arte	Beá Meira, Rafael Presto, Ricardo Elia e Silvia Soter.	Editadora Scipione
	Por Toda Parte	Bruno Fischer, Carlos Kater, Pascoal Ferrari e Solange Utuari.	Editadora FTD

2018 (EM)	Todas as Artes	André Vilela E Eliana Pougy.	Editora Ática
	Percursos da Arte	Beá Meira, Rafael Presto E Silvia Soter.	Editora Scipione
	Arte em Interação	Perla Frenda, Hugo B. Bozzano E Tatiane Gusmão.	Editora IBEP
	Arte Por Toda Parte	Daniela Libâneo, Fábio Sardo, Pascoal Ferrari E Solange Utuar.	Editora FTD
	Arte de Perto	Mariana Lima Muniz, Maurilio Andrade Rocha, Juliana Azoubel e Rodrigo Vivas.	Editora LEYA
2019 (EF Anos Finais)	Rumos da Arte	Ana Cristina Carvalho Pereira, Mariana De Lima E Muniz, Maurilio Andrade Rocha, Rodrigo Vivas Andrade.	EDITORA SM
	Por Toda Parte	Solange Dos Santos Utuari Ferrari, Bruno Fischer Dimarch, Pascoal Fernando Ferrari, Carlos Elias Kater.	EDITORA FTD
	Janelas da Arte	Perla Frenda, Tatiane Cristina Gusmao, Hugo Luis Barbosa Bozzano.	Editora IBEP
	Apoema - Arte	Auber Silvino Bettinelli, Camila Carrascoza Bomfim, Stella Ramos Santos, Talita Alcalá Vinagre, Tiago Luz De Oliveira.	Editora do Brasil
	Se Liga na Arte	Arthur Iraçu Amaral Fuscaldo, Camila Davanco Bronizeski, Christiane De Souza Coutinho Orloski, Luiz Paulo Pimentel De Souza, Rejane Galvão Coutinho.	Editora Moderna
	Teláris Arte	Eliana Gomes Pereira Pougy, André Luís Vilela.	Editora Ática
	Mosaico Arte	Maria Beatriz Alves Meira, Silvia Câmara Soter Da Silveira, Rafael Vicente Ferreira, Ricardo Elia De Almeida Magalhaes, Taiana De Araújo Machado	Editora Scipione

Fonte: Guia do Livro Didático (2020) elaborado pela autora

Pode se notar no quadro 2, que algumas coleções foram aprovadas em variados anos do PNLD. Para o Ensino Fundamental, foram aprovados o “Projeto Mosaico” em 2017 e 2019, e o material “Por Toda Parte” nos anos de 2015 e 2019. No Ensino Médio, as coleções “Por toda Parte”, em 2015, e “Arte por Toda Parte”, em 2019. É possível observar que algumas editoras

se repetem ao longo dos anos, aprovando coleções, como a Editora Ática, SM, Editora do Brasil, Scipione, Moderna, FTD e Leya⁵.

Percebe-se, também, a recorrência de alguns autores responsáveis pelas coleções. Isso se dá por dois motivos: o primeiro é o fato de uma coleção ser aprovada em diferentes anos do PNLD, tanto no Ensino Fundamental como no Médio, sob a responsabilidade da mesma equipe e/ou editor responsável; o segundo ponto é que os autores puderam compor equipes de coleções diferentes e de editoras diferentes ao longo dos anos do PNLD.

Ao que parece, ser de uma ou outra editora não impede a rotatividade dos autores descrita acima, tornando a aprovação e a consequente venda das coleções fatores mais oportunos para as referidas editoras. Apesar de não ser foco deste estudo, é interessante observar o entendimento de Cassiano que aponta uma crescente formação de um oligopólio das grandes editoras⁶, em que essas comprem as editoras menores e ambas aprovam coleções didáticas (Cassiano, 2007, p. 36).

Segundo a autora, mesmo com cautela, as editoras e os autores poderiam estar se adaptando aos moldes do que seria um livro didático correspondendo ao que é exigido pelo PNLD, a fim de terem suas coleções vendidas nesse nicho de mercado. Mesmo quando adquiridos para uso nas instituições de ensino públicas, os livros didáticos são frequentemente tratados como produtos comerciais, o que pode trazer consequências negativas para a qualidade da educação. O foco passa a ser a venda e a competitividade do mercado editorial, o que pode levar a uma produção massificada, com conteúdo simplificado e padronizado, que não considera adequadamente a diversidade de contextos e a real necessidade dos alunos e professores. Diante disso, essa visão mercadológica pode influenciar o processo de seleção dos livros didáticos, muitas vezes levando a escolha daqueles que são mais populares ou mais bem-sucedidos comercialmente, em vez de considerar sua adequação aos objetivos educacionais e às características específicas da escola e dos estudantes.

Outro problema relacionado à visão mercadológica dos livros didáticos é o impacto nos preços e na disponibilidade desses materiais. A demanda por livros didáticos é alta, especialmente nas escolas públicas, que atendem a muitos estudantes. Esse cenário pode levar ao aumento dos preços dos livros, dificultando o acesso das escolas com recursos limitados a materiais de qualidade. Ademais, a quantidade e distribuição dos livros, muitas vezes, não são

⁵ Para ver mais sobre isso, consultar os guias do livro didático disponíveis no site: https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/Livro_Didatico_PNLD/Guias

⁶ O capítulo 7 do trabalho de Cassiano (2007), intitulado “O mercado editorial brasileiro dos livros escolares do século XXI: Oligopólio dos grandes grupos”, detalha a formação dos oligopólios das editoras no Brasil no século XXI.

adequadas, o que pode resultar na falta de exemplares para todos os alunos e o excesso de livros em algumas instituições. Para enfrentar esses problemas, é fundamental priorizar a qualidade pedagógica e a adequação dos materiais aos objetivos educacionais, promovendo a participação de mais educadores no processo de seleção e avaliação dos livros.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica (Brasil, BNCC 2017). Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LNDDB), Lei nº 9.394/1996, a BNCC tem como objetivo criar e formular a base para os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, bem como as propostas pedagógicas das escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio (Brasil, 1996). A Base estabelece um rol de conhecimentos que devem estar inclusos no currículo das diversas etapas, e espera que determinadas competências e habilidades sejam desenvolvidas ao longo da escolaridade básica. Logo, orientando-se pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação completa e para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

Infelizmente, o formalismo da BNCC pode levar a uma padronização excessiva do ensino, reduzindo a autonomia dos professores e a diversidade de abordagens pedagógicas, tendo em vista que os professores devem estar sempre seguindo as normas ali estabelecidas. A BNCC enfatiza o uso da avaliação, o que pode criar uma cultura de ensino voltada para a preparação de alunos para exames, isso pode restringir o ensino a um conjunto limitado de habilidades e conhecimentos, negligenciando o desenvolvimento do pensamento crítico e a resolução de problemas.

A legislação brasileira também se refere a uniformização do ensino, conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LNDDB), Lei nº 9.394/1996, artigo 9º, inciso V, cabe à União:

V - Estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o Ensino Fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum; [...] (Brasil, 1996).

A partir disso, a BNCC, em todo o seu desenvolvimento, foi orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação

Básica, com o propósito de direcionar a educação brasileira para a formação integral e para a democratização da educação e a construção de uma sociedade justa e inclusiva (Brasil, 2017). Entretanto, essa formação básica comum e integral pode ser um tanto perigosa, levando os estudantes a compreenderem seu contexto de forma generalizada. Somos “programados para aprender e impossibilitados de viver sem a referência de um amanhã, onde quer que haja mulheres e homens há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender” (Freire, 2000, p. 85).

Estruturalmente, a BNCC dispõe de competências e habilidades gerais, dentre elas, destacam-se a mobilização de conhecimentos, conceitos, procedimentos, habilidades práticas, cognitivas, socioemocionais, e os valores que o educando precisa desenvolver, devendo garantir, também, aos estudantes, o desenvolvimento pleno da sua cidadania. A BNCC busca promover a formação de um repertório completo, para que o aluno possa ser crítico e criativo, também com um olhar para o patrimônio cultural, para reconhecê-lo e se sensibilizar com ele. “Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural” (Brasil, 2017).

2.6 BNCC – Componente Curricular de Artes

“O livro didático é um material fundamental na sala de aula para auxiliar na aplicação das competências e habilidades propostas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na disciplina de artes” (Schlichta; Romanelli; Teuber, 2018, p. 4). No Ensino Fundamental, o componente curricular de Arte está centrado no estudo das Artes Visuais, Dança, Música e Teatro de modo integral ao decorrer das unidades. “Essas linguagens articulam saberes referentes a produtos e fenômenos artísticos e envolvem as práticas de criar, ler, produzir, construir, exteriorizar e refletir sobre formas artísticas” (Brasil, 2017). Além disso, os diferentes elementos curriculares desempenham um papel fundamental ao promoverem a interação crítica dos estudantes com a complexidade do mundo, ao mesmo tempo em que incentivam o respeito pelas diferenças e fomentam o diálogo intercultural, pluriétnico e plurilíngue, esses aspectos são essenciais para o desenvolvimento da cidadania e permitem que os alunos compreendam e se engajem de forma significativa na sociedade em que estão inseridos.

Para facilitar o ensino e o aprendizado da disciplina de Artes, o recomendado é que as dimensões do conhecimento da linguagem artística sejam articulados de modo igualitário, sem necessidade de ordem obrigatória, mas sempre buscando perpassar os contextos sociais e culturais dos estudantes. Conforme a BNCC (Brasil, 2017), as dimensões são: **criação**, a qual

se refere ao fazer artístico – quando os sujeitos criam, produzem e constroem. Essa dimensão trata do apreender o que está em jogo durante o fazer artístico, processo permeado por tomadas de decisão, entraves, desafios, conflitos, negociações e inquietações. Outra dimensão é a **crítica**, a qual refere-se “às impressões que impulsionam os sujeitos em direção a novas compreensões do espaço em que vivem, com base no estabelecimento de relações e por meio do estudo e da pesquisa, entre as diversas experiências e manifestações artísticas e culturais vividas e conhecidas” (Brasil, 2017, p. 12). A outra dimensão é a **estesia**, isto é, a capacidade de perceber sensações, a qual “está conectada à experiência sensível dos sujeitos em relação ao espaço, ao tempo, ao som, à ação, às imagens, ao próprio corpo e aos diferentes materiais” (Brasil, 2017, p. 12). Isso não se confunde com a outra dimensão que é a **expressão**, que “relaciona-se com as possibilidades de exteriorizar e manifestar as criações subjetivas por meio de procedimentos artísticos, tanto em âmbito individual quanto coletivo” (Brasil, 2017, p. 12). A dimensão da **fruição** é a “que concerne ao deleite, ao prazer, ao estranhamento e à abertura para se sensibilizar durante a participação em práticas artísticas e culturais” (Brasil, 2017, p.12). E, por fim, tem-se a **reflexão** que trata do processo de construir argumentos e ponderações sobre as fruções, as experiências e os processos criativos, artísticos e culturais.

Ao propor um "trânsito criativo, fluido e desfragmentado" entre as linguagens artísticas, observa-se que é necessário criar espaços e oportunidades para que os estudantes possam explorar e experimentar a relação entre música, dança, teatro, artes visuais e literatura. Essa abordagem multidisciplinar estimula a criatividade, a expressão pessoal e a aptidão de comunicação dos alunos, além de contribuir para uma compreensão mais ampla e profunda das diversas formas de expressão artística. Ressalta-se que essas atividades também podem estabelecer conexões com outros componentes curriculares, ou seja, com outras disciplinas. Isso significa que a arte pode ser vista como uma ferramenta transversal, capaz de enriquecer o processo de aprendizagem em diferentes áreas do conhecimento. Ao integrar a arte ao currículo de forma interdisciplinar, é possível proporcionar uma educação mais abrangente e significativa, estimulando a criatividade, o pensamento crítico e a sensibilidade estética dos estudantes.

O componente Arte no Ensino Fundamental é um combinado de conteúdos que envolvem expressões culturais de tempos e espaços diversos, com enfoque no entorno dos alunos e as produções artísticas e culturais que lhes são contemporâneas. Porém, apesar de estar presente na BNCC, o componente curricular de Artes nem sempre é integralmente respeitado. Nesse sentido, as habilidades são organizadas em blocos, o primeiro é do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, e o segundo, do 6º ao 9º ano, também do Ensino Fundamental, com o intuito de

permitir que os sistemas e as redes de ensino, as escolas e os professores organizem seus currículos e suas propostas pedagógicas com a devida adequação aos seus contextos.

Conseqüentemente, durante os anos de estudos, os alunos conseguem perceber que a arte propicia a troca entre culturas e favorece o reconhecimento de semelhanças e diferenças entre elas, compreendendo uma série de conceitos que em conjunto facilitarão a compreensão do extenso e complexo tema que é o Patrimônio Cultural. A nível nacional, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o Patrimônio Cultural já será introduzido nas unidades das Artes Integradas com as experiências e vivências artísticas centradas nos interesses das crianças e nas culturas infantis, inclusive são diversas as habilidades a serem desenvolvidas mas destaca-se para os devidos fins:

(EF15AR24) Caracterizar e experimentar brinquedos, brincadeiras, jogos, danças, canções e histórias de diferentes matrizes estéticas e culturais.

(EF15AR25) Conhecer e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo-se suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas (Brasil, 2017).

Já nos anos finais do Ensino Fundamental, a BNCC afirma que é preciso assegurar aos alunos a ampliação de suas interações com exteriorizações artísticas e culturais nacionais e internacionais, de diferentes épocas e contextos. Essas práticas podem ocupar os mais diversos espaços da escola, espraiando-se para o seu entorno e favorecendo as relações com a comunidade (Brasil, 2017). Logo, é possível inferir que esse momento é crucial para o desenvolvimento do que era apenas uma noção do patrimônio cultural material e imaterial, compreendendo, assim, a sua importância, a partir de experiências mais diversificadas em relação a cada linguagem, considerando as culturas juvenis, revelando os ideais de identidade, de memória e pertencimento dos estudantes.

Desse modo, espera-se que o componente Arte contribua com o aprofundamento das aprendizagens nas diferentes linguagens, com vistas a possibilitar aos estudantes maior autonomia nas experiências e vivências artísticas. Diante disso, as habilidades e competências propostas pela BNCC serão desenvolvidas pelos estudantes, destacando também objetos de conhecimento que dialogam com o Patrimônio Cultural:

(EF15AR03) Reconhecer e analisar a influência de distintas matrizes estéticas e culturais das artes visuais nas manifestações artísticas das culturas locais, regionais e nacionais.

(EF15AR07) Reconhecer algumas categorias do sistema das artes visuais (museus, galerias, instituições, artistas, artesãos, curadores etc.).

(EF69AR01) Pesquisar, apreciar e analisar formas distintas das artes visuais

tradicionais e contemporâneas, em obras de artistas brasileiros e estrangeiros de diferentes épocas e em diferentes matrizes estéticas e culturais, de modo a ampliar a experiência com diferentes contextos e práticas artístico-visuais e cultivar a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório imagético.

(EF69AR31) Relacionar as práticas artísticas às diferentes dimensões da vida social, cultural, política, histórica, econômica, estética e ética (Brasil, 2017).

Assim, quando se trata das unidades das Artes Integradas, como ocorre no anos iniciais, as habilidades abordam a preservação e a apropriação identitária, os estudantes também serão capazes de:

(EF69AR33) Analisar aspectos históricos, sociais e políticos da produção artística, problematizando as narrativas eurocêntricas e as diversas categorizações da arte (arte, artesanato, folclore, design etc.).

(EF69AR34) Analisar e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, e favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas.

(EF69AR35) Identificar e manipular diferentes tecnologias e recursos digitais para acessar, apreciar, produzir, registrar e compartilhar práticas e repertórios artísticos, de modo reflexivo, ético e responsável (Brasil, 2017).

Está claro que a BNCC enfatiza o desenvolvimento do pensamento crítico, da criatividade, da apreciação estética, da expressão e da reflexão sobre a cultura e sobre as manifestações artísticas, dentre outras competências e habilidades. Em resumo, a BNCC de Artes desempenha papel fundamental ao estabelecer os objetivos, os conteúdos e as competências que devem ser trabalhados no ensino dessa disciplina, contribuindo para uma educação mais inclusiva e enriquecedora, que valorize a expressão artística e cultural dos estudantes.

CAPÍTULO III

3. O LIVRO DIDÁTICO NO COTIDIANO

Este capítulo descreve a metodologia utilizada para esta pesquisa, explicando como os dados foram coletados, os instrumentos de pesquisa empregados e a análise adotada – também são apresentadas as etapas de coleta de dados, análise e interpretação. Além disso, faz-se o detalhamento da análise dos livros didáticos, que é parte fundamental da pesquisa, descrevendo os critérios e indicadores usados para avaliar a abordagem dos livros didáticos em relação à educação patrimonial e à arte. No final do capítulo, apresentam-se os resultados da análise dos livros didáticos e uma discussão sobre as descobertas, englobando os pontos fortes e as limitações dos livros em relação à promoção da educação patrimonial e da reflexão sobre a cultura.

A partir de uma análise crítica do livro didático de Arte adotado pela escola Municipal Fidelcina Carvalho Santos, consideram-se seus aspectos teóricos, conceituais, práticos e metodológicos. Investigam-se como o livro aborda os conteúdos propostos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as disposições do Guia do Livro Didático do PNLD, bem como promove a interação entre os saberes artísticos e culturais do Patrimônio Cultural brasileiro.

Nesse contexto, analisa-se, neste capítulo, as estratégias e recursos utilizados pelo livro para o desenvolvimento das habilidades e competências dos estudantes, bem como sua adequação às necessidades e realidades da comunidade escolar. A análise do livro didático de Arte permite identificar possíveis potencialidades, limitações e desafios presentes na obra e, de modo específico, a abordagem sobre o patrimônio cultural. A observação dos livros didáticos tem como elemento norteador o documento da BNCC e os elementos propostos pelo Guia do Livro Didático do PLND, já citado anteriormente. A partir disso, será possível definir critérios de observação e análise:

(EF69AR34) Analisar e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas (Brasil, 2018).

Assim, a abordagem específica sobre o Patrimônio Cultural está alinhada ao objetivo de analisar e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, com ênfase na brasileira e nas suas matrizes indígenas, africanas e europeias. A inclusão desses elementos

contribui não apenas para o enriquecimento do repertório dos estudantes, mas também para a promoção da diversidade cultural e a construção de um entendimento mais profundo sobre as diferentes linguagens artísticas. Ao adotar critérios orientados pela BNCC e pelo Guia do Livro Didático do PLND, estabelece-se essa possibilidade de análise e de identificação de potencialidades das limitações e dos desafios presentes na obra, fornecendo subsídios para aprimoramentos e adequações necessárias. Dessa forma, o processo de ensino e aprendizagem em Arte se torna mais alinhado às necessidades e realidades da comunidade escolar, promovendo uma educação artística mais inclusiva, sensível às expressões culturais, e, sobretudo, capaz de formar cidadãos conscientes sobre esse assunto, fazendo com que os sujeitos entendam a importância do engajamento em relação ao reconhecimento do patrimônio e de sua conservação e preservação.

3.1 Técnicas de investigação

A abordagem escolhida para esta pesquisa foi a do tipo qualitativa, que é uma abordagem metodológica que busca compreender e interpretar fenômenos complexos e socialmente construídos, valorizando o significado e o contexto em que eles ocorrem. Uma das principais características da pesquisa qualitativa é o seu foco na subjetividade e na compreensão dos significados que os indivíduos atribuem aos seus comportamentos, relações sociais e experiências.

Minayo (1994) explica que a pesquisa qualitativa responde a questões particulares, enfoca um nível de realidade que não pode ser quantificado e trabalha com um universo de múltiplos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Assim, fica claro que a autora defende que qualquer investigação social deveria contemplar uma característica básica de seu objeto, que é o aspecto qualitativo. Ademais, Godoy (1995), também destaca as características da pesquisa qualitativa:

A abordagem qualitativa não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, permite que a imaginação e criatividade levem os investigadores a proporem trabalhos, os quais explorem novos enfoques (Godoy, 1995, p. 21).

Partindo desse pressuposto, busca-se, com esta pesquisa, a coleta de diversos materiais relacionados ao tema proposto para, a partir disso, analisá-los e escrever a seu respeito. Quanto à abordagem exploratória, Gil afirma que:

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (Gil, 2019, p. 41).

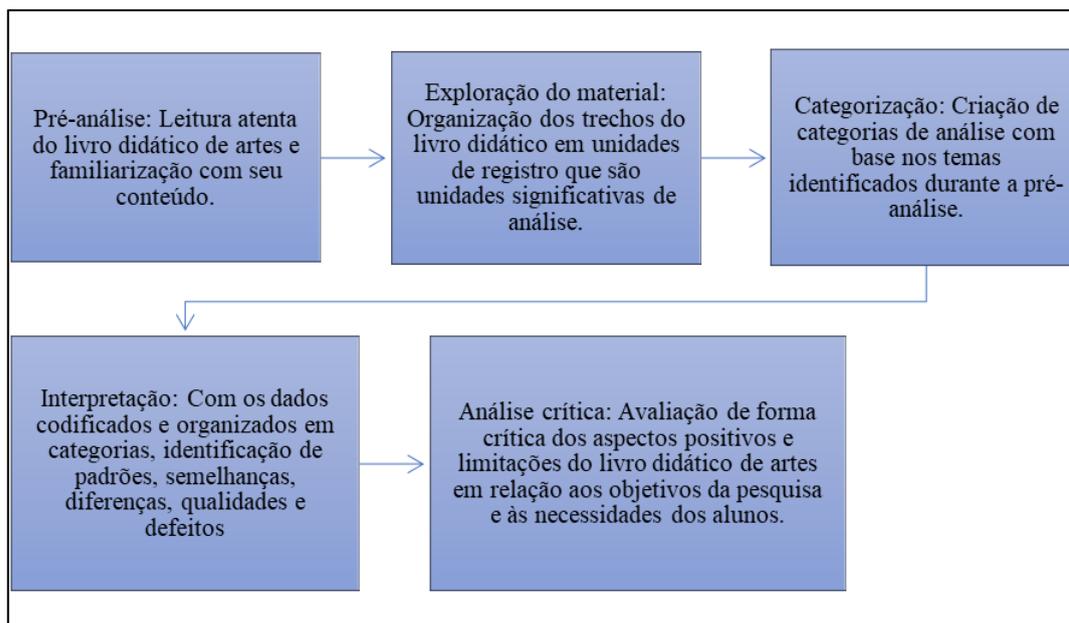
Devido a esse planejamento flexível, geralmente essas pesquisas realizam o levantamento bibliográfico e a análise de exemplos que “estimulem a compreensão do conteúdo” (Selltiz, 1967, p. 63). Com isso, cabe explicar que, inicialmente, esta pesquisa seguiu uma abordagem exploratória com objetivo de apresentar um tema geral e explorá-lo minuciosamente, tendo como o primeiro passo a seleção de palavras-chave do tema as quais se referem a conceitos amplos, como Patrimônio Cultural, Artes e Livro Didático, e, a partir disso, realizar um levantamento bibliográfico de obras relacionadas a esse assunto.

3.2 Interpretação dos dados

A técnica utilizada neste estudo foi a da análise de conteúdo de Bardin (1977). Por meio dela, buscamos explorar e interpretar os dados textuais coletados, a fim de identificar padrões, temas e significados relacionados ao ensino de Arte e de Educação Patrimonial. Com uma abordagem documental e bibliográfica, recorre-se a uma extensa revisão da literatura relacionada ao tema da educação patrimonial e ao uso de livros didáticos. Este tipo de pesquisa envolve a análise e interpretação de documentos existentes, neste caso, obras acadêmicas, artigos, e outros materiais escritos que abordam a temática em questão. O uso de diversas fontes bibliográficas sugere uma abordagem abrangente, buscando uma compreensão profunda do assunto.

Seguindo as etapas propostas por Bardin (1977), realiza-se uma pré-análise para estabelecer os objetivos da pesquisa e define-se as unidades de análise pertinentes ao estudo. Em seguida, há a exploração e categorização dos dados textuais, codificando-os em categorias relevantes que surgiram durante o processo. A partir disso, com base nas categorias identificadas, passa-se para a análise propriamente dita, interpretando os dados coletados e buscando compreender os significados subjacentes. O quadro a seguir apresenta formas de melhor compreensão em relação a todo esse processo.

Quadro 3 - Análise de dados conforme Bardin.



Fonte: elaborado pela autora (2023)

Assim, essa análise permitirá identificar conexões que contribuirão para responder à pergunta de pesquisa sobre o impacto do livro didático de arte na criação de um senso de proteção e preservação do patrimônio cultural nos alunos.

3.3 Os livros disponíveis – uma (re)visão

A primeira etapa desta análise foi a seleção das coleções de livros didáticos de Arte, aprovadas no PNLD 2020/2023, que somam um total de sete. São elas: “Telaris Arte” da Editora Ática, “Apoema Arte” da Editora do Brasil, “Mosaico Arte” da Editora Scipione, “Rumos da Arte” da Editora SM, “Por toda parte” da Editora FTD, “Janelas da Arte” da Editora IBEP e “Se liga na arte” da Editora Moderna.

As coleções são destinadas aos estudantes e aos professores das escolas públicas nos anos finais do Ensino Fundamental e contemplam os conhecimentos em artes visuais, dança, música e teatro e as correlações entre essas áreas, denominadas artes integradas. Estão compostas por quatro volumes, cada um direcionado a um ano específico - 6º, 7º, 8º e 9º anos. Em todos os volumes, há um Livro do Estudante (LE) acompanhado de um CD de áudio, um Manual do Professor (MP) e um Manual do Professor Digital (MPD). Todos buscam enfatizar a figura do/da docente como interlocutor(a), e, complementares ao LE e ao MP, há áudios e audiovisuais e o Material Digital do Professor.

A **Coleção Telaris Artes, da Editora Ática**, é organizada em projetos de trabalho

distribuídos em quatro volumes, sendo temas que dão visibilidade à diversidade cultural e artística do Brasil. Os conteúdos e atividades abordadas apresentam coerência e pertinência em relação à abordagem teórico-metodológica, que está fundamentada na Cultura Visual, a qual dialoga com a Abordagem Triangular de Ana Mae Barbosa e com o Círculo de Cultura de Paulo Freire. A coleção oferece, também, uma fundamentação de cada linguagem que a compõe: visual e audiovisual, musical, teatral, corporal e linguagens integradas. Aborda a produção artístico-cultural dos períodos e autores representativos, inserindo-os em seu contexto histórico-social.

A Coleção Apoema Arte, da Editora do Brasil, traz uma proposta dialogada entre o material didático e o professor de Artes. De acordo o Guia Nacional do Livro Didático de 2020, os livros têm um papel significativo na proposição de práticas que contribuem ao processo de ensino-aprendizagem, apresentando uma diversidade de práticas que, não enaltecendo uma linguagem em relação às demais, lida com as quatro linguagens da Arte de forma potente para a formação do conhecimento do estudante. A coleção, em sua metodologia, propõe que o professor e seus alunos percorram o universo da arte passando por locais que favoreçam o aprendizado e incentivem o protagonismo.

A Coleção Mosaico Arte, da Editora Scipione, está estruturada em quatro temáticas universais e transdisciplinares, que possibilitam confluências entre as linguagens artísticas nos campos da identidade, cidadania, meio ambiente e diversidade cultural. No entanto, apesar de ser baseada em temas contemporâneos, a coleção ainda está muito presa a concepções de artes eurocêntricas ou focadas na região sudeste do país, deixando de aprofundar no patrimônio cultural das outras regiões. Para abordar de forma mais ampla o patrimônio cultural das outras regiões do Brasil, a coleção poderia incluir mais obras de arte e artistas de diferentes regiões do país, valorizando a diversidade cultural brasileira. A conformação didático-pedagógica de cada seção que compõe os volumes propõe objetivos de ensino-aprendizagem específicos, e a introdução de cada volume procura estabelecer um diálogo entre os questionamentos apontados em cada tópico com o tema geral e com as competências gerais, de linguagem e específicas da Arte da BNCC, sobretudo no que tange a duas das dimensões do conhecimento em Arte: Reflexão e Fruição. A coleção relaciona-se de forma rigorosa e aprofundada com a BNCC e apresenta uma proposta pedagógica calcada na interculturalidade crítica e na transdisciplinaridade, atualizada com as principais teorias contemporâneas do ensino de arte.

A coleção Rumos da Arte, da Editora SM, tem uma proposta metodológica do ensino de Arte adotada na coleção baseada na Abordagem Triangular, em uma perspectiva dialógica com as diversas linguagens artísticas, como Artes visuais, Música, Dança, Teatro e Artes

integradas. A coleção articula-se com as seis dimensões do conhecimento em Arte estabelecidas pela BNCC: criação, crítica, estesia, expressão, fruição e reflexão. As unidades de cada volume do livro do estudante são conectadas por meio de temas, conteúdos e atividades, possibilitando uma fluidez de pensamento e na aprendizagem. Além disso, as unidades são ricamente ilustradas por fotografias ou outros tipos de imagens, criando uma simbiose entre imagem e texto. A disposição dos elementos textuais e gráficos possibilita a identificação das conexões entre temas, conteúdos e atividades, principalmente entre as unidades de cada volume, o que é possibilitado pelo tema atravessador e pelo objeto de conhecimento definido para cada ano de escolaridade.

A coleção "Por toda parte", da Editora FTD, é uma das mais bem avaliadas no PNLD, pois contempla as diferentes linguagens da Arte, como dança, teatro, artes visuais, música e artes integradas. A coleção está estruturada em pressupostos metodológicos e teóricos que possibilitam desde o estudo de campos conceituais até a apreciação e a vivência artística, ela também viabiliza diálogos interdisciplinares entre as diferentes linguagens da Arte, bem como com os demais componentes disciplinares do Ensino Fundamental. Os conhecimentos gerados propiciam a valorização integral do sujeito, independentemente de sua etnia, classe social, gênero ou com qualquer necessidade especial. As imagens, textos e demais referências audiovisuais são expostas com a finalidade de propiciar ao aluno maior reflexão diante de problemas específicos e gerais da sociedade, como individual/coletivo, econômicos, humanos, ambientais, territoriais, de discriminação racial, cultural e religiosa e/ou de gênero, assim como o respeito aos idosos. A coleção relaciona-se de forma rigorosa e aprofundada com a BNCC e apresenta uma proposta pedagógica pautada na interculturalidade crítica e na transdisciplinaridade, atualizada com as principais teorias contemporâneas do ensino de arte.

A coleção "Janelas da Arte", da Editora IBEP, é uma das mais bem avaliadas no Guia do Livro Didático de 2020, pois os pressupostos teórico-metodológicos da coleção se orientam e se complementam na Abordagem Triangular com articulações metodológicas e propostas da arte como expressão e cultura na sala de aula. A coleção evidencia a fruição, a contextualização, a expressão e a criação artística através da diversidade de referências apresentadas em seus capítulos e temas. A coleção respeita as especificidades de cada linguagem, bem como seu vocabulário específico de forma interdisciplinar, ao não privilegiar uma modalidade artística mais do que outra em suas proposições. As linguagens artísticas estão articuladas com base em um mesmo tema, que estabelece um eixo em torno do qual todo o capítulo se desenrola, com particularidades nas diferentes linguagens, mas com relações entre seus conteúdos e os objetos de conhecimento. A coleção se relaciona de forma rigorosa e

aprofundada com a BNCC e apresenta uma proposta pedagógica calcada na interculturalidade crítica e na transdisciplinaridade, atualizada com as principais teorias contemporâneas do ensino de arte.

Por fim, destacamos **a coleção “Se liga na arte”, da Editora Moderna**, escolhida para ser objeto desta análise. A coleção foi adotada pela rede municipal de Vitória da Conquista, pela pertinência temática e por ser coerente com a Abordagem Triangular apresentada como proposta teórico-metodológica, considera os aspectos éticos e os marcos legais em todo o material, pois respeita integralmente os direitos humanos, não disponibilizando textos e atividades de caráter excludente, sobre nenhuma condição humana de acordo ao PNL (2019). Esta coleção apresenta uma proposta simples e clara, com o mesmo visual em todos os volumes, em equilíbrio com os textos principais e complementares e as diversas imagens estão com dimensionamentos diferentes ao longo dos livros. A tipologia da fonte, seu tamanho e o espaçamento entre linhas estão de acordo com os preceitos tipográficos, para atender às condições correspondentes aos anos finais do Ensino Fundamental. As imagens disponíveis são claras, precisas e adequadas, dialogando com os textos e propostas de atividades, com dimensionamentos diversos, mas apropriados nas páginas, com cores definidas, explorando as múltiplas funções como desenhos, figuras, fotografias e reproduções de pinturas, possibilitando o exercício da leitura por meio da linguagem não verbal.

As imagens que reproduzem obras de arte promovem a identificação das características das diferentes escolas artísticas, favorecendo a reflexão sobre as diversas dimensões da vida social, cultural, política, histórica, econômica, estética e ética e fomentando o fazer artístico, estabelecendo relação do que está sendo estudado com o repertório do aluno, oferecendo possibilidades de novas proposições temáticas. A coleção relaciona-se de forma rigorosa e aprofundada com a BNCC e apresenta uma proposta pedagógica considerando a interculturalidade crítica e a transdisciplinaridade, atualizada com as principais teorias contemporâneas do ensino e aprendizagem de arte.

3.4 A articulação entre o local e o livro

Ao examinar o local e as comunidades onde as escolas estão inseridas, é possível observar como os espaços estão estruturados ou dispostos, incluindo arquitetura, equipamentos e mobiliário. Essa análise permite avaliar se essa configuração é efetivamente adequada e utilizada no processo de aprendizagem mediado pelo livro didático. Em seguida, é importante

considerar possibilidades para aproveitar todos esses elementos no processo educativo, especialmente os recursos audiovisuais e os espaços físicos. Além disso, é fundamental ressaltar a importância da organização espacial nos processos educacionais, especialmente na área de Arte para o apropriado desenvolvimento dos estudantes.

3.4.1 A Articulação entre Livro e uma Escola no Interior da Bahia: A Escola Municipal Professora Fidelcina Carvalho Santos, em Vitória Da Conquista.

A articulação entre o livro e a escola que o adota é parte fundamental para a garantia da educação, especialmente em instituições municipais que enfrentam desafios e defasagens. O livro didático, como recurso pedagógico essencial, estabelece uma ponte entre o conhecimento sistematizado e os estudantes, oferecendo uma base sólida para o ensino e a aprendizagem. No contexto específico de escolas municipais, que muitas vezes se deparam com recursos limitados e falta de acesso a materiais educacionais atualizados, a presença de livros didáticos se torna ainda mais significativa.

Essa parceria entre o livro e a escola pode contribuir para superar as deficiências educacionais, oferecendo conteúdos relevantes, promovendo a interação entre os alunos e o conhecimento, além de auxiliar os professores na condução das aulas de forma mais eficiente e eficaz. A escolha dessa escola no interior do estado da Bahia foi realizada com base em critérios como localização, disponibilidade de informações, relevância para o tema de pesquisa e acessibilidade para a realização do estudo de caso.

A escola municipal Professora Fidelcina Carvalho Santos, reconhecida pela Resolução do CME nº 002/1995 e 003/2008, está localizada na cidade de Vitória da Conquista, Bahia, no Largo Área Verde, S/N no Bairro Urbis VI, zona Sul. Vitória da Conquista é uma cidade localizada no Estado da Bahia, no Nordeste do Brasil. A cidade está situada na região Centro Sul do Estado, a cerca de 509 km da capital. Com uma altitude média de 923 metros, está situada em uma região de planaltos e serras. De acordo com a estimativa mais recente, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2021, a população de Vitória da Conquista é de aproximadamente 343.000 habitantes. Quanto aos aspectos históricos, Vitória da Conquista tem sua origem em uma aldeia indígena, que mais tarde se tornou um centro de comércio para a região. A cidade foi fundada em 1783, com o nome de Vila de Vitória, durante o período colonial brasileiro. Mais tarde, em 1891, a cidade foi rebatizada como Vitória da Conquista..

Figura 1 - Fachada atual da escola



Fonte: Fotografia tirada pela autora (2023).

Figura 2 - Entrada da Escola Municipal Fidelcina Carvalho Santos



Fonte: Elaboração da autora (2023).

A cidade se torna um cenário envolvente para ser pesquisado e estudado, indo além da

mera observação e descrição de suas ruas, praças e edifícios. É essencial também perceber “as relações entre as dimensões de seu espaço e os eventos do passado” (Calvino, 1990, p. 7). Em seu livro “As Cidades Invisíveis”, Calvino (1990) sugere que a descrição de uma cidade deve abarcar não somente o que é perceptível no presente, mas também seu passado, pois a cidade não apenas conta histórias do passado, ela as abriga. Tuan (1980, p. 114) também nos ajuda nesta compreensão ao afirmar que “a consciência do passado é um elemento vital no amor pelo lugar”. Seguindo essa lógica, Freire ressalta que “a cidade guarda nosso passado, registra o presente em construção e preservará as narrativas para as gerações futuras” (Freire, 2001, p. 13). Além disso, a cidade também protege o conhecimento das raízes, memórias e experiências de determinada população.

Conforme Nora (1993, p. 9) destaca, “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”. Esses aspectos ricos da cidade encontram-se presentes no entorno da Escola Municipal Fidelcina Carvalho Santos, em Vitória da Conquista. Ao estudar e compreender o passado e as histórias contidas nesse espaço, os estudantes têm a oportunidade de se conectar mais profundamente com sua identidade local, enriquecendo sua relação afetiva com a cidade que os acolhe e auxiliando no desenvolvimento de uma compreensão mais abrangente de seu próprio lugar no mundo. O bairro Urbis VI, também conhecido como Conquista VI, está localizado às margens do Anel Rodoviário de Vitória da Conquista, próximo à saída para a Serra do Marçal, para Anagé e para Salvador. Próximo dos bairros Renato Magalhães e Vila Elisa, o bairro Urbis VI é composto por muitas ruas estreitas, conhecidas como caminhos, e casas muito próximas, e tem suas ruas principais caracterizadas por pontos comerciais.

Mesmo que a cidade esteja em constante mudança, conforme menciona Halbwachs (1968), os hábitos locais resistem às transformações, e “essa resistência permite perceber a relevância das imagens espaciais como ponto de apoio para a memória coletiva desses grupos, de fato, ao longo da história, as cidades se metamorfoseiam”, como observado por Halbwachs (1968, p. 136). Para esse autor, a cidade é uma reprodução que surge da conexão de espaços com diferentes tempos, dando origem a formas de apropriação que refletem a cultura de sua população. Nos cantos das cidades, moradores vivem suas vidas e histórias, cada qual com sua própria percepção sobre o que ocorreu naqueles locais. Nesse contexto, “compreender o lugar em que se vive nos direciona para conhecer a história do local e, assim, buscar compreender o que ali acontece” (Callai, 2005, p. 236).

No entorno da escola, há um pequeno centro comercial, uma quadra poliesportiva com pista de *skate*, há igrejas, um centro comunitário, salões de beleza, academias, feira livre etc.

Como assevera Halbwachs (1968, p. 138) “por detrás das novas fachadas, ao lado das avenidas ocupadas por casas construídas recentemente, nas alamedas, nas ruas, a vida popular de outrora se abriga e recua pouco a pouco”. Os elementos que compõem a história do bairro Urbis VI e do município de Vitória da Conquista são simbólicos e fazem parte das memórias dos moradores locais, que os representam em poesias, casos, músicas e pinturas.

A escola é uma instituição estruturada e constituída de processos, normas, valores, significados, rituais e pensamentos, possuindo formas de ação e de razão construídas ao longo da sua história. Os sujeitos que dão vida à cultura escolar são os estudantes, professores e familiares, além dos discursos, as linguagens, a organização escolar, o sistema educativo e as práticas (Silva, 2006). Como grande parte das escolas públicas do país, a estrutura da Escola Municipal Prof. Fidelcina Carvalho Santos carece de cuidados e atenção por parte do poder público, visto que o espaço atual da escola não comporta mais a quantidade de alunos, necessitando de expansões para acolher melhor os estudantes. Apesar das dificuldades, o corpo diretor busca alternativas para otimizar os recursos e oportunizar um ambiente adequado para a comunidade escolar.

A Escola Municipal Professora Fidelcina Carvalho Santos é composta por 10 (dez) salas de aula, sala de leitura, sala de professores, direção, coordenação, cozinha, banheiros, secretaria e sala multifuncional em construção para implementação até o final do último semestre de 2023, e, ainda, mais duas salas de aula que funcionam em uma extensão alugada pelo colégio. Além disso, dispõe de uma despensa e pátio coberto. Quando necessário, os alunos utilizam a quadra municipal ao lado da escola para a realização de atividades físicas. Quanto à organização e funcionamento, corroboram com o bom funcionamento da instituição 69 funcionários municipais envolvidos diretamente, temos professores, diretor e vice-diretor, coordenadores, secretárias, merendeiras, auxiliares de serviços gerais, porteiro, monitor de pátio e cuidadores para os alunos com deficiência.

No contexto educacional, a valorização da cultura local e da identidade dos estudantes assume relevância significativa. É fundamental “refletir e despertar os sentimentos de pertencimento, de identificação com o lugar, a valorização das culturas, das histórias locais” (Weinstein; Trindade, 2022, p. 18). Isso significa reconhecer a importância de inserir o cotidiano dos alunos, em geral, no processo de aprendizagem, tornando-o mais significativo e conectado à sua realidade. O livro didático exerce papel crucial no cotidiano escolar, complementando o ensino, fornecendo informações adicionais e contextuais sobre a cultura local e a história da região em que os estudantes vivem. É importante, também, que “os docentes promovam a inclusão cultural” (Weinstein; Trindade, 2022, p. 18) e incentivem os alunos a pesquisarem

suas próprias histórias e memórias.

Os professores da disciplina de Artes, e dizemos artes em respeito ao objeto dessa pesquisa, precisam desenvolver atividades diferenciadas e diversificadas como, por exemplo, visitar e explorar locais importantes para a cultura da cidade de Vitória da Conquista. Além disso, também podem ser aproveitados estudos voltados à investigação da própria escola, o bairro e a própria casa. Fomentar um aprendizado prático e experiencial é essencial para o desenvolvimento dos estudantes, propondo atividades como oficinas, registros escritos e fotográficos, que envolvam os alunos de forma mais ativa.

Embora o livro didático seja uma fonte valiosa de informações teóricas, ele pode não proporcionar a mesma experiência prática. No entanto, os professores podem usar o livro como ponto de partida e, em seguida, criar atividades práticas que permitam aos alunos aplicarem o conhecimento de forma concreta. Outro aspecto relevante é “respeitar os conhecimentos culturais do cotidiano dos alunos” (Weinstein; Trindade, 2022, p. 18). Isso implica reconhecer que os estudantes já possuem um conjunto de experiências e saberes. O livro didático pode ser adaptado para incluir exemplos e casos que se relacionem com a cultura local dos alunos, tornando o conteúdo mais relevante e relacionado ao seu cotidiano.

Ademais, desenvolver habilidades críticas é uma parte crucial da educação. É possível fomentar o pensamento crítico, a criatividade e o protagonismo dos estudantes, pois o livro didático é um elemento primordial ao fornecer material para discussão e análise crítica. Os professores podem utilizar o livro como base para estimular debates e reflexões, incentivando os alunos a questionarem e analisarem o conteúdo de forma crítica. Em suma, a disciplina de Artes é fundamental no ensino da Educação Patrimonial nas escolas, tanto particulares, quanto federais, estaduais e municipais.

Por meio das artes, os estudantes têm a oportunidade de explorar, apreciar e compreender o patrimônio cultural de sua comunidade local e, assim, desenvolver um senso de pertencimento e valorização de sua herança cultural. Isso inclui a criação de obras de arte inspiradas na comunidade, o estudo de artistas locais, a participação em tradições culturais, projetos de intervenção urbana para melhorar esteticamente a comunidade e a colaboração com membros mais próximos. Essas atividades promovem não apenas a expressão individual, mas também cultivam um senso de pertencimento e valorização da herança cultural, contribuindo para uma compreensão mais profunda e significativa do patrimônio local. Além disso, a disciplina de Artes estimula a criatividade, a expressão pessoal e a sensibilidade estética – habilidades essenciais para a formação integral dos estudantes. Portanto, as escolas municipais têm uma grande oportunidade de atuarem ativamente no reconhecimento e no fortalecimento

da importância da disciplina de Artes e da Educação Patrimonial, por meio do livro didático e outras atividades, para promover uma educação de qualidade e uma maior valorização do Patrimônio Cultural brasileiro.

A Escola Municipal Professora Fidelcina Carvalho Santos, dentre as opções propostas do PNLD, decidiu utilizar o livro “Se Liga na Arte”, da Editora Moderna, elaborado pelos autores Arthur Fuscaldo, Camila Bronizeski, Christiane Coutinho, Luiz Pimentel e Rejane Galvão Coutinho. Assim, analisaremos mais detalhadamente esse livro didático e suas disposições sobre o patrimônio cultural. A coleção de livros "Se Liga na Arte", desenvolvida pela Editora Moderna, é uma contribuição para o ensino de Artes nas escolas brasileiras. Composta por materiais didáticos de boa qualidade, a coleção visa despertar o interesse dos estudantes pela arte e proporcionar uma experiência enriquecedora de aprendizado. Os quatro livros da coleção abrangem diversos aspectos da arte, desde a história e os movimentos artísticos até as técnicas e os processos criativos.

3.5 Coleção “Se liga na Arte”, editora Moderna

A proposta curricular do livro estrutura-se a partir da interrelação dos conhecimentos dos campos artísticos, respeitando cada uma das áreas de conhecimento e incluindo as artes integradas de proposições híbridas, apresentando, também, ações interdisciplinares como outros campos de conhecimento. Além disso, propõem estratégias de avaliações diagnósticas, processuais e finais ao longo de cada volume, instigando estudantes e professores a refletirem e se aproximarem do pensamento artístico e estético por meio das seções fixas e flutuantes. Logo na introdução, o livro já aponta que é baseado “na Abordagem Triangular de Arte, que pressupõe a leitura do mundo através das obras de artes, a contextualização das produções artísticas e muitas propostas e estímulos de produções para estudantes” (Moderna, 2020)., o que fica claro desde o primeiro capítulo de cada obra.

A coleção de materiais didáticos “Se Liga na Arte” é composta por cinco itens: o Livro do Estudante, o Manual do Professor, o Manual do Professor Digital, o Material de Audiovisual e o Material em Áudio. O Livro do Estudante é dividido em oito capítulos, enquanto o Manual do Professor traz o Livro do Estudante em tamanho menor, acompanhado de orientações nas laterais das páginas, fornecidas no formato U. Nessas orientações, é possível acessar outros materiais de apoio como *links* de vídeos, referências bibliográficas e artísticas, bem como sugestões para o possível desenvolvimento dos conteúdos. O Manual do Professor Digital oferece planos de desenvolvimento, sequências didáticas, projetos integradores e propostas de

acompanhamento da aprendizagem, ampliando e complementando o conhecimento em curso. O Material de Audiovisual dispõe de vídeos e áudios que complementam as aulas propostas, enquanto o Material em Áudio apresenta exemplos musicais para a compreensão da linguagem da Música.

Como ponto positivo dessa coleção temática é evidente o respeito à diversidade, à pluralidade e a contribuição das diferentes culturas, nacionais e internacionais, históricas e contemporâneas, incluindo as que deram origem ao povo brasileiro, como os indígenas, europeias, africanas e afro-brasileiras. Geralmente, as seções escolhidas para organizar os capítulos são classificadas a partir da seguinte combinação:

Quadro 4 - Seções e capítulos da Coleção “Se Liga na Arte”

SEÇÕES DE ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS – COLEÇÃO “SE LIGA NA ARTE”	
Abertura	Apresenta em duas páginas o tema do capítulo, com imagem e texto (seção fixa ⁷)
Sobrevo	Seção inicial, com uma apresentação ampla do tema que será estudado (seção fixa)
Foco em...	Faz um aprofundamento sobre um artista, grupo ou movimento artístico apresentado anteriormente (seção fixa)
Foco no conhecimento	Apresenta diferentes formas de expressão, conceitos, técnicas e procedimentos artísticos (seção fixa)
Processos de criação	Propostas de atividades práticas, individuais ou em grupo (seção fixa)
Para refletir	Apresenta questões para reflexão e compartilhamento de ideias sobre o conteúdo explorado (seção fixa)
Organizando as ideias	O conteúdo é retomado de forma sucinta e propõe algumas questões para revisão (seção fixa)
Para experimentar	Propõe atividades de livre-expressão (seção flutuante)
Para pesquisar	Sugere atividades de pesquisas (seção flutuante)
Foco na História	Contextualização histórica de algum tema artístico explorado no capítulo (seção flutuante)

Fonte: Guia do Livro Didático (2020) elaborado pela autora.

⁷ Seções fixas e flutuantes são termos usados para descrever a organização de um material didático. As seções fixas são aquelas que aparecem em todos os capítulos do material, independentemente do tema. Por exemplo, a seção de abertura, que apresenta o tema do capítulo, é uma seção fixa. Já as seções flutuantes são aquelas que aparecem em alguns capítulos, dependendo do tema exatamente. Por exemplo, a seção "Foco em..." faz um aprofundamento cronológico sobre algum assunto e é uma seção flutuante. A escolha das seções flutuantes depende do conteúdo compreendido em cada capítulo e pode variar de um material didático para outro.

Os volumes do Manual do Professor têm, em média, um acréscimo de 35 páginas em relação à versão entregue aos alunos. Essas páginas adicionais têm a função de elucidar os aspectos técnicos, uma abordagem pedagógica e o padrão de estrutura adotado para os capítulos. Além disso, serão apresentadas, de forma simplificada, as Competências e Habilidades da BNCC. No total, são nove seções com dicas e informações destinadas a facilitar o uso da coleção em sala de aula pelo professor ou professora.

Os conteúdos complementares, disponibilizados nos formatos de som, vídeo e arquivos digitais, são acompanhados com arquivos textuais que trazem sugestões para que cada tipo de conteúdo seja utilizado em consonância com as atividades propostas pelo Livro do Estudante/Manual do Professor. A maioria dos arquivos em som traz depoimentos e narrativas sobre questões pertinentes aos principais assuntos tratados nos capítulos. Os arquivos em vídeo foram produzidos em alta qualidade, apresentam legendas e imagens; já os complementares, disponibilizados aos professores, podem ser acessados no Manual do Professor Digital. Esse material oferece planos de desenvolvimento, sequências didáticas, projetos integradores e propostas de acompanhamento da aprendizagem, ampliando e complementando o conhecimento em curso. Os conteúdos complementares disponibilizados nos formatos de som, vídeo e arquivos digitais são acompanhados com arquivos textuais que trazem sugestões para que cada tipo de conteúdo seja utilizado em consonância com as atividades propostas pelo Livro do Estudante/Manual do Professor.

A organização do Manual do Professor, em seções fixas e flutuantes, permite que o professor/professora tenha acesso a informações relevantes e dicas úteis para o uso da coleção em sala de aula. As seções fixas são as mesmas em todos os capítulos, enquanto as seções flutuantes variam de acordo com o tema exatamente em cada capítulo. Já os volumes da coleção foram organizados em torno de um eixo temático baseado em uma questão principal, assim, cada capítulo recebeu um tema específico a ser desenvolvido com características diferenciadas, transitando entre a inovação, a historicidade, o contemporâneo, o transversal e interdisciplinar, sendo pertinentes ao contexto do segundo segmento escolar. Essa organização permite que os temas sejam observados de forma mais ampla e integrada, permitindo uma aprendizagem mais significativa e contextualizada.

Conforme Coutinho (2018, p. 18), “na escolha dos eixos temáticos que orientam cada volume da coleção, consideramos questões sociais, psicológicas e epistemológicas envolvidas no contexto dos estudantes do Ensino Fundamental e do Componente Curricular de arte”. Observa-se a organização de cada capítulo dos livros da coleção a seguir:

Quadro 5 - Organização geral da Coleção “Se Liga na Arte”

6º ano - Onde está a arte na vida?		
Capítulo	Linguagem artística	Título
1	Artes visuais, dança, música e teatro	Onde está a arte na vida?
2	Música	Escutando a vida
3	Dança	O que nos move?
4	Dança e Música	Improvisação: experimentando o corpo e o som
5	Teatro	Brincar de ser
6	Artes Visuais	O que eu vejo quando me vejo?

7	Artes Visuais e Teatro	Intervenções no mundo?
8	Artes visuais, dança, música e teatro	Arte, infância e juventude
7º ano – Como as artes leem, representam e interagem com as paisagens?		
Capítulos	Linguagens	Títulos
1	Artes visuais, dança, música e teatro	O lugar da arte
2	Artes Visuais	Paisagem construída
3	Música	Como a música interage com a paisagem
4	Artes visuais e música	Arte e natureza
5	Dança	Coreografia e espaço
6	Teatro	Espaço cênico: entre o real e o imaginário
7	Dança e Música	O corpo no espaço e o espaço no corpo
8	Artes visuais, dança, música e teatro	Paisagens em sons e imagens
8º ano – Como as artes se relacionam com o sagrado, com as religiões, com as tradições, com a ancestralidade?		
Capítulos	Linguagens	Títulos
1	Artes visuais, dança, música e teatro	A arte e o mundo imaterial
2	Artes Visuais	A arte e o sagrado
3	Música	O imaterial na música

4	Artes visuais e música	Mitologias e arte
5	Dança	Tradição e aprendizado
6	Teatro	Oralidade, memória e invenção
7	Dança e teatro	Tornar-se o outro: o corpo e a transfiguração
8	Artes visuais, dança, música e teatro	Festas e celebrações
9º ano – Como as artes transformam as realidades e são transformadas nesta relação?		
Capítulos	Linguagens	Títulos
1	Artes visuais, dança, música e teatro	Arte e vida coletiva
2	Artes visuais e dança	Transformações individuais, reflexo no coletivo
3	Dança	Dançar e pensar a sociedade
4	Artes Visuais	Arte que difunde ideias
5	Teatro	Coletividades que transformam: o teatro de grupo
6	Música	Música e vida em transformação
7	Música e teatro	Entre a indústria cultural e transformação social
8	Artes visuais, dança, música e teatro	Práticas para estar juntos

Fonte: Coutinho *et al.* (2018), elaboração da autora.

Cada livro da coleção é composto por oito capítulos, sendo que o primeiro e o último trabalham com as linguagens das artes integradas. Quatro capítulos apresentam as linguagens individualmente, “Dançar e pensar a sociedade”; “Arte que difunde ideias”; “Coletividades que transformam: o teatro de grupo”; “Música e vida em transformação”, e dois capítulos fazem a conexão de pelo menos duas linguagens, revelando o caráter interdisciplinar da

coleção no que se refere aos campos artísticos. Além disso, há momentos em que são levados em conta os conhecimentos de outros campos do saber, como a geografia, a língua portuguesa, a matemática e outros, sempre acompanhados de sugestões de aproximação entre docentes e os campos de conhecimento.

A coleção apresenta atividades de diversas naturezas, desde perguntas que suscitam respostas escritas ou um diálogo verbal entre a turma a processos de criação de objetos estéticos, como instalação, desenho, coreografia, trilha sonora, encenação, improvisação de movimento, produção de vídeo, dentre outras possibilidades (Brasil, 2020). Ainda propõe passagens por questões históricas em livros ou internet, entrevistas com mestres, entre outras. As atividades são participativas e visam estimular a criatividade e a participação ativas dos alunos, promovendo uma aprendizagem mais significativa e contextualizada.

3.5.1 Abordagem Triangular da coleção “Se Liga na Arte” e o patrimônio cultural no livro do 8º ano

A Abordagem Triangular é uma proposta pedagógica para o ensino de arte desenvolvido por Ana Mae Barbosa (1991). Essa abordagem propõe que o ensino de Arte seja realizado a partir de três núcleos principais: **fazer arte, conhecer arte e refletir sobre a arte**. São interdependentes e se complementam, permitindo que o aluno tenha uma experiência mais completa e significativa com a arte, como registra o próprio livro estudado:

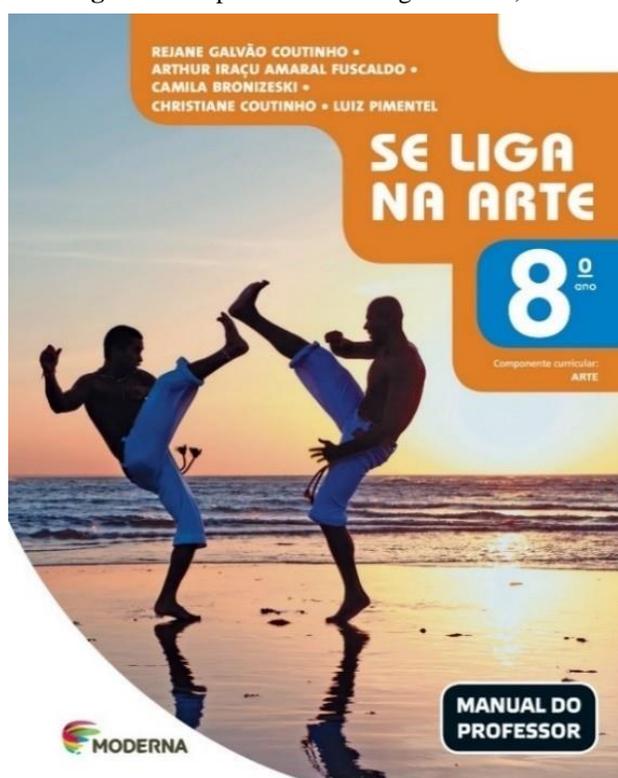
É importante perceber que a articulação das três dimensões, leitura, contextualização e produção, não pressupõe uma sequência ou hierarquia entre elas, mas uma interdependência em que a contextualização pode ser entendida como o fio que tece as relações. É o que pode ser percebido ao longo de cada capítulo dos volumes desta coleção, com as leituras das obras, as sugestões de experimentação, de pesquisa e de reflexão, assim como as propostas de criação tecidas pelas contextualizações (Coutinho, 2018, p. 10).

A seguir, uma explicação mais detalhada de cada um dos núcleos. O “Fazer arte” se refere à prática artística em si, ou seja, à criação de obras de arte pelos estudantes. A proposta é que os estudantes tenham a oportunidade de experimentar diferentes técnicas e materiais, desenvolvendo a sua criatividade e expressividade. Em seguida, o “Conhecer arte” se refere ao estudo da história da arte e à atmosfera de obras de arte. Aqui, os estudantes devem conhecer os diferentes movimentos artísticos, artistas e obras de arte, desenvolvendo a sua capacidade de análise e interpretação. Por fim, tem-se o “Refletir sobre a arte”, que se refere à reflexão crítica sobre a arte e sua relação com a sociedade. Assim, os alunos podem discutir questões

relacionadas à arte, como sua função social, sua relação com outras áreas do conhecimento e sua importância para a formação humana. A Abordagem Triangular propõe que esses três núcleos sejam trabalhados de forma integrada, permitindo que os alunos tenham uma visão mais ampla e complexa da arte. Além disso, a abordagem valoriza a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem, incentivando a criatividade, a autonomia e a reflexão crítica, sendo uma proposta amplamente utilizada no ensino de Arte no Brasil e em outros países, sendo considerada uma referência na área.

De acordo aos autores da obra, o livro “Se liga na arte” demonstra ser uma coleção que atende aos requisitos de acordo com a Abordagem Triangular apresentada como proposta teórico-metodológica. No início de todos os capítulos no Manual do Professor há uma explicação de como e porque o conteúdo se adequa a BNCC e seus principais objetivos. Tendo em vista que o MEC afirma que “os aspectos éticos e os marcos legais são considerados em todo o material, pois respeitam integralmente os direitos humanos, não disponibilizando textos e atividades de caráter excludente, sobre nenhuma condição humana” (Brasil, 2020). A análise do material que realizamos, a partir da proposta triangular de Ana Mae Barbosa, se inicia pelo repertório imagético apresentado no volume 3, que se refere ao Livro Didático do 8º ano e suas relações com o patrimônio cultural, bem como o incentivo à sua proteção e manutenção. Segue a capa do livro para visualização:

Figura 3 - Capa do livro “Se liga na arte”, do 8º ano.



Fonte: Editora Moderna (2018).

Assim, busca-se observar quais elementos constituem o repertório visual apresentado pelo livro, bem como a sua diversidade e possibilidades que apresenta, os quais serão comentados a seguir. As fotos e imagens que representam o nosso patrimônio cultural, aparecem de diversas maneiras como, por exemplo, obras de arte, paisagens, conjuntos arquitetônicos, prédios de instituições nacionais e internacionais, espetáculos, entre outros. Essas imagens representam o tempo, a maneira como eram feitas e/ou produzidas e pelas pessoas que a realizavam. Posteriormente, serão apontadas as imagens apresentadas no livro digital que são relacionadas ao patrimônio cultural, presentes nas últimas folhas dos capítulos:

Figura 4: Imagem disponível na página 21 do livro “Se liga na arte”, do 8º ano



Fonte: Editora Moderna (2018).

O conjunto de imagens acima está presente no capítulo “A arte e o mundo imaterial”, apresentando a Arte Kusiwa⁸, apontando como as artes se relacionam com o sagrado, com as religiões e tradições e destacando a ancestralidade e as narrativas orais que ela proporciona ao povo indígena. Por meio dessas imagens, o livro didático apresenta diferentes manifestações artísticas e culturais, estimulando, assim, os estudantes a reconhecerem a riqueza e diversidade do patrimônio cultural, articulando as linguagens artísticas com o mundo imaterial. Ademais, isso se relaciona a ideia também de contextualização proposta por Ana Mae Barbosa, visto que “contextualizar é estabelecer relações”, como citado anteriormente, indicando, ainda, que a

⁸ Arte Kusiwa é um sistema de representação gráfica própria dos povos indígenas Wajãpi, do Amapá, que sintetiza seu modo particular de conhecer. A Arte Kusiwa é um patrimônio cultural brasileiro, revalidada pelo IPHAN em 2017. (IPHAN, 2017). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4097/arte-kusiwa-e-revalidada-como-patrimonio-cultural-do-brasil> > Acesso em: 03/07/2023.

contextualização “é a porta aberta para a interdisciplinaridade” (Barbosa, 1998, p. 38).

Há capítulos em que o contexto é escultórico, o livro, então, apresenta a produção de esculturas em madeira como, por exemplo, a do artista José Santos Bezerra. Muitas dessas esculturas estão relacionadas ao sagrado, são artes visuais e imateriais. O sagrado na arte é uma temática que se relaciona com o patrimônio cultural, pois muitas obras de arte sacra são consideradas patrimônio cultural de uma sociedade⁷. A arte sacra é um exemplo de como o sagrado pode ser representado na arte, seja por meio de pinturas, esculturas, arquitetura, entre outras formas. A relação entre o sagrado na arte e o patrimônio cultural se dá pelo fato de que muitas obras de arte sacra são consideradas patrimônio cultural de uma sociedade, por sua importância histórica, artística e religiosa. A preservação dessas obras é fundamental para a manutenção da memória e da identidade de uma sociedade, além de ser uma forma de valorizar a diversidade cultural.

A obra busca trazer, ainda, exemplos de linguagens artísticas, materialidade e imaterialidade, a partir de objetos, esculturas, pinturas e instalações. A temática ou motivação para a construção é de ordem imaterial; a temporalidade é usada como exemplos de patrimônio material e auxiliam na concepção de patrimônio cultural, segundo o Manual de Educação Patrimonial do IPHAN (2012). As imagens a seguir trazem obras de períodos que tem o sagrado como motivação para sua produção, principalmente a Arte Barroca, que se desenvolveu no Brasil e na Europa.

Figura 5: Interior da Basílica de São Pedro, no Vaticano, com destaque para o baldaquino em bronzecriado por Bernini no século XVII, imagem presente na página 26 do “Se liga na Arte”, 8º ano.



Fonte: Jaluska (2017). Editora Moderna

Figura 6 - Santuário do Bom Jesus de Mastosinhos, em Congonhas/MG, imagem presente na página 36 do “Se liga na Arte”, 8º ano.



Fonte: Editora Moderna, 2018.

Essa imagem apresenta o Santuário do Bom Jesus do Mastosinho, em Congonhas, Minas Gerais. O projeto é de Antônio Francisco Lisboa, mais conhecido como Aleijadinho⁹, representando o barroco brasileiro e a outra, o barroco europeu. Ainda no mesmo capítulo, há representações de outras obras como a Venus de Milo (150-125 a.c), Vitória de Samotracia (200 a.c), as pirâmides da Necrópole de Gizé, Davi de Bernini, Caravaggio, Michelangelo Merisi, as quais representam também as influências europeias no Brasil, explicando o percurso que envolveu a observação de obras artísticas que lidam com o sagrado e a arte demonstrando ainda o passado e presente.

⁹ Antônio Francisco Lisboa, filho de uma mulher escravizada e um imigrante português, sempre desenvolveu seu trabalho em Minas Gerais, onde começou como artesão, chegando posteriormente ao reconhecimento como arquiteto e escultor. Ele ficou conhecido como Aleijadinho devido a uma doença que o acometeu após os 40 anos de idade que fez com que seus membros fossem se deformando, dificultando seu trabalho manual. Mesmo após a enfermidade, ele seguiu produzindo com a ajuda de seus aprendizes e de homens escravizados, pois era um mestre de ofício. Sua produção foi tão expressiva na região que seu nome é visto quase como um sinônimo do Barroco em Minas Gerais e, de certa forma, no Brasil colonial. (Moderna, 2018).

Figura 7: Formas antigas de registro musical, imagem presente na página 59 do “Se liga na arte”, 8ºano.



Fonte: Editora Moderna (2018).

O livro também representa o “imaterial” na música. Ele apresenta o registro musical de formas antigas, explicando sobre o significado que alguns sons podem ter em determinados locais, épocas ou culturas.

Figura 8 - Arte e mitologia, imagem presente na página 79 do “Se liga na Arte”, 8º ano.



Fonte: Editora Moderna (2018).

A obra, no capítulo “Mitologia e arte”, traz relações com a arte e a mitologia, e como ambas estão próximas de todas as pessoas. As imagens do capítulo trazem pinturas, esculturas, cinema, literatura, histórias em quadrinhos, entre outras.

Figura 9 – Danças de tradição e danças cênicas, imagem presente na página 97 do “Se liga na arte”, 8ºano.



Fonte: Editora Moderna (2018).

Esse compilado de imagens, presente no capítulo 5 da obra, está relacionado às danças e suas ligações com a transmissão de tradições. As danças cênicas envolvem a herança cultural e a memória dos aprendizados e ancestralidade.

Figura 10 - Narrativas de memória e invenção de novos mundos, imagem presente na página 115 do “Se liga na Arte”, 8º ano.



Fonte: Editora Moderna (2018).

Esse conjunto de fotografias trata da oralidade, memórias e invenções as quais se aproximam da linguagem teatral de narrativas de memória ou de invenção de novos mundos.

Figura 11 - Figuras mascaradas, imagem presente na página 131 do “Se liga na arte”, 8º ano.



Fonte: Editora Moderna (2018).

Essas imagens estão voltadas às transformações do corpo; o corpo como suporte para indumentárias e máscaras, viabilizando processos de transfiguração e propagação da cultura e tradições.

Figura 12 - Elementos estéticos e aspectos imateriais, imagem presente na página 145 do “Se liga na Arte”, 8º ano.



Fonte: Editora Moderna (2018).

Por fim, no último capítulo, o livro aborda festas e celebrações, apresentando diferentes tipos de manifestações artísticas e seus elementos estéticos, bem como a representação de aspectos imateriais em cada uma delas. Em um panorama geral, voltado ao repertório imagético da obra, observa-se que, apesar de trazer imagens e questões pontuais sobre o patrimônio cultural brasileiro, como exemplos de dança e manifestações indígenas, o livro didático “Se Liga na Arte”, do 8º ano, ainda está muito preso a concepções de artes eurocêntricas ou focadas na região sudeste do país, deixando de aprofundar no patrimônio cultural das outras regiões brasileiras, o que de certo modo, contradiz a apresentação e o resumo da coleção

disponibilizados pelo PNL D. Um exemplo disso é a imagem do interior da Basílica de São Pedro, no Vaticano na página 26, que poderia vir acompanhada, por exemplo, de uma imagem da Igreja Nossa Senhora do Rosário Homens dos Pretos, em Salvador, na Bahia, criando um comparativo entre elas e demonstrando aos alunos uma correspondência mais próxima, aproveitando inclusive para destacar a importância histórica e a congruência entre cultos diversificados, envolvendo, aí, a Igreja Católica e o Candomblé, em conjunto, nas suas missas.

Para abordar de forma mais ampla o patrimônio cultural das outras regiões do Brasil, o livro didático poderia incluir mais obras de arte e artistas de distintas regiões do país, valorizando a diversidade cultural brasileira. Poderia propor, também, atividades que estimulem a reflexão sobre a importância do patrimônio cultural de diferentes regiões do país, ao sugerir a criação de projetos de conservação ou preservação de bens culturais específicos de uma região, ou até mesmo um material mais focado nas cidades que escolhem os livros para serem utilizados em suas redes municipais e estaduais. Ademais, poderia abordar a relação entre patrimônio cultural e renda, mostrando como a preservação do patrimônio cultural pode ser importante para o desenvolvimento econômico e social de diferentes regiões do país. Seria interessante, também, incluir a temática da diversidade cultural brasileira em um possivelmente exclusivo capítulo do livro, mostrando como a diversidade cultural é um aspecto importante do patrimônio cultural brasileiro.

Quanto às concepções, isto é, quanto ao conhecimento da arte, a obra escolhida da coleção é dedicada a explicar a temática do patrimônio cultural, porém, sem suficientes aprofundamentos. Os textos do livro dialogam com os estudantes e professores para que estes atentem ao que está ao seu redor e busquem os elementos culturais mais próximos geograficamente. O livro sugere, ainda, que as famílias e o entorno social do aluno estejam envolvidos em diversas atividades propostas ao longo da obra, no entanto, não há direcionamento de como a participação dessas pessoas pode estimular a valorização do patrimônio cultural local pelo aluno. Compreender o por quê daquela atividade ser realizada em sua comunidade é importante e leva o aluno a valorizar e a preservar o patrimônio local.

No boxe presente na página 13, seção Foco na História, do exemplar, intitulado “Cultura imaterial e Patrimônio”, há uma definição do que é o Patrimônio Cultural Imaterial a partir do conceito dado pelo IPHAN:

“Segundo o Iphan, para ser considerada um patrimônio cultural imaterial, uma manifestação precisa representar o modo pelo qual um determinado povo ou comunidade vê e pensa o mundo; ser transmitida de geração em geração e ser uma prática social. No que se refere ao patrimônio da humanidade, essa definição é feita, desde 1972, pela Unesco (Organização das Nações Unidas

para a Educação, a Ciência e a Cultura), da qual participam a maior parte dos países do mundo. Nesse caso, as manifestações de cultura imaterial recebem a denominação de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.” (Coutinho, p.13, 2018)

No entanto, mais uma vez, há falta de exemplos claros de bens imateriais registrados, os quais respaldariam o entendimento do aluno guiando-o ao domínio e conhecimento, ampliando o seu repertório imagético, promovendo uma reflexão sobre bens imateriais da sua própria cultura e o desenvolvimento do senso de responsabilidade em relação à preservação. Após isso, o tema patrimônio cultural somente volta a ser discutido explicitamente na página 89, ao tratar da “Ginga para além da roda”, explicando o samba de roda e a capoeira, visto que essa última, hoje, é reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, e o ofício de mestre de capoeira que faz parte desse patrimônio – o valor de seu conhecimento é reconhecido e seu trabalho, assegurado por lei.

Diante disso, com referência às competências específicas da área de Linguagens, é possível constatar um alinhamento da coleção com os seis itens elencados na BNCC. O quinto item que se refere ao componente curricular Arte propõe:

Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas (Brasil, 2018, p. 65).

O livro “Se Liga na Arte” do 8º ano, da Editora Moderna, apresenta diversas correlações com o patrimônio cultural brasileiro, como pode ser observado no Guia PNL D 2020 de Arte. No entanto, apesar desse alinhamento, é necessário que exista um aprofundamento muito maior com relação ao desenvolvimento do reconhecimento das manifestações artísticas e culturais no âmbito local. Fica claro que o livro aborda a temática do patrimônio cultural brasileiro em diversos momentos, mas ainda faz referência muito maior e traz mais riqueza de detalhes ao trabalho dos artistas europeus. No capítulo 2 intitulado Arte e o Sagrado, trata-se principalmente sobre arte barroca, vemos diversas abordagens sobre Gian Lorenzo Bernini, Rafael Sanzio, Caravaggio, Johannes Vermeer e outros a partir da página 24 e a referência ao artista brasileiro Aleijadinho e estilo Rococó vão ser tratados rapidamente apenas na página 30 e 31. Era importante que o livro falasse primeiramente sobre o barroco brasileiro, apenas depois explicasse sobre a origem europeia, pois assim, o aluno reconhece primeiro o seu local e a sua cultura e pode a partir disso, valorizar seu entorno e o patrimônio do seu país.

O capítulo 4, “Arte e Mitologia” na página 62, trata rapidamente sobre os indígenas Kaxinawá e o resto do capítulo é completamente voltado a obras estrangeiras:

“Na história contada pelo escritor estadunidense Thomas Bulfinch (1796-1867), em Livro de Ouro da Mitologia, Zeus foi salvo por sua mãe de ser devorado por Cronos (o Tempo), que já tinha feito isso com seus irmãos. Cronos, após beber uma poção, vomita todos os filhos que tinha devorado e, então, Zeus acaba por destroná-lo e passa a imperar nos céus, dominando a chuva, os raios e os trovões. Em geral, as histórias desses mitos são metáforas para algum ensinamento e não devem ser entendidas no sentido literal” (Coutinho, p.69, 2018)

Apesar disso, o livro também apresenta atividades que propõem uma reflexão sobre a importância do patrimônio cultural brasileiro e sua preservação, na página 94 os estudantes são responsáveis por pesquisar “uma dança entrevistando um mestre que ensina sua tradição de geração em geração”. A atividade contempla as habilidades (EF69AR09), (EF69AR13) e (EF69AR15) da BNCC. Porém, pode ser muito difícil encontrar um mestre disponível para realizar a tarefa, então o professor precisaria apresentar alternativas como a pesquisa sobre o samba, a capoeira ou o *jazz dance*. Todavia, espera-se que o livro didático estimule a conscientização, a identificação, o reconhecimento, a compreensão e a ressignificação de aspectos históricos culturais, o que é satisfatoriamente feito pelo “Se liga na arte” desde que o professor também atue de modo a apontar uma valorização maior do patrimônio cultural local.

Quanto ao fazer artístico, a obra valoriza as diferentes manifestações culturais presentes no país, sendo uma forma de estimular a preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro e garantir sua continuidade, como a atividade da página 20 que propõe a criação de uma música, desenho, pintura ou escultura inspirada na arte indígena. Logo no primeiro capítulo, na página 12, as atividades estimulam os alunos a investigar e compartilhar o patrimônio cultural material e imaterial presente em suas comunidades por meio de uma feira de trocas. Ao final do capítulo 1, na página 21, os alunos são convidados a rever e refletir o que aprenderam.

Figura 13 - Atividade da página 21 do livro “Se liga na Arte”, do 8º ano.

Chegamos ao final do primeiro *Sobrevoos* sobre os temas que o acompanharão neste livro. Ao longo deste capítulo, você viu e pesquisou como elementos da cultura imaterial estão presentes em nosso cotidiano, além de entrar em contato com alguns exemplos de linguagens artísticas que se articulam com o mundo imaterial.

Para concluir, converse com os colegas e com o professor a respeito das seguintes questões. *Respostas pessoais.*

- 1 Como a proposta da feira de trocas, as experimentações de ensinar e aprender algo e de compartilhar sonhos colaboraram para o entendimento sobre o imaterial, discutido neste capítulo?
- 2 Depois desse estudo, quais outros elementos artísticos imateriais você identifica em sua própria experiência de vida?
- 3 Quais descobertas você fez ao longo deste capítulo? O que você gostaria de continuar aprofundando?

Fonte: Editora Moderna (2018).

A ideia é que com a realização da atividade da página 21 é provável que os estudantes possam reconhecer diversas maneiras como os elementos imateriais interferem em sua vida promovendo mais reflexões sobre o Patrimônio Cultural.

O Patrimônio Cultural e o Fazer Artístico também estão presentes nas atividades escolares por meio de diversas manifestações, tais como música, dança e teatro, como nos capítulos “A arte e o mundo imaterial”; “Tradição e aprendizado”; “Festas e celebrações” e “Tornar-se outro: corpo e transguração”. Além disso, os autores abordam aspectos culturais brasileiros, como manifestações folclóricas, ritos indígenas, festas sincréticas, cinema, fotografias e arte sacra. Apesar da preferência em tratar da arte europeia diminuindo o espaço da arte brasileira na obra, a variedade de conteúdos utilizada pelo livro em questão enriquece a experiência educacional ao integrar diferentes expressões culturais e artísticas.

Os materiais produzidos pelos alunos ou utilizados nas atividades educacionais propostas pelo livro refletem elementos do Patrimônio Cultural e do Fazer Artístico. É recomendada a utilização da observação prática, bem como materiais produzidos pelos estudantes ou utilizados no contexto escolar como fontes para compreender e exemplificar a presença do Patrimônio Cultural e do Fazer Artístico nas atividades educacionais. Essa abordagem, além de enriquecer a pesquisa, contribui para uma compreensão contextualizada e aplicada sobre cultura e arte dentro do ambiente escolar.

3.5.2 *O que o livro ensina, e o que o local possibilita*

Examinar o ambiente escolar e as comunidades onde as escolas estão inseridas, incluindo a organização dos espaços físicos, equipamentos e mobiliários, permite perceber se

e como esses elementos são utilizados na prática, no processo de aprendizagem, mediado pelo livro didático. A partir disso, é possível pensar em possibilidades para utilizar todos esses recursos à serviço do processo educativo, especialmente os recursos audiovisuais e os espaços físicos disponíveis.

Ao investigar a relação entre o livro didático e os alunos da rede pública, que consomem o livro “Se liga na arte” e observam seus comandos, é possível identificar como os recursos disponíveis, incluindo os espaços físicos e os recursos audiovisuais, podem ser utilizados de forma efetiva no processo educativo. A valorização do patrimônio cultural local e a integração da arte no ensino aprendizagem contribuem para o desenvolvimento dos alunos, permitindo que eles se tornem cidadãos ativos e conscientes da importância da preservação do patrimônio cultural brasileiro.

A análise do livro didático “Se liga na arte” permite compreender como os conteúdos, as abordagens e metodologias presentes no material podem contribuir para a educação artística e cultural dos alunos dessa escola. Ao promover a conexão entre o que é ensinado nos livros e o ambiente em que os alunos estão inseridos, o livro busca incentivar uma também a capacidade de aplicar os conhecimentos adquiridos para a vida cotidiana. Dessa forma, os estudantes não apenas absorvem o conteúdo, mas também são encorajados a refletir sobre como podem utilizá-lo de forma positiva, contribuindo, inclusive, com a comunidade.

É importante que os conteúdos apresentados no livro didático estejam relacionados com a realidade dos alunos, de forma que possam contribuir para que compreendam a importância da arte em suas vidas e em seu contexto social. Destarte, é muito importante nesse processo a o professor, porque por melhor que seja a versão do livro didático, por mais completo que este seja, ele não pode substituir esses profissionais. A mediação se refere à intervenção do professor no processo educacional – ele desempenha um papel crucial ao orientar, explicar, facilitar a compreensão, despertar o interesse e promover a interação dos alunos com o conteúdo do livro didático, logo, essa mediação envolve a habilidade do professor em tornar o material didático mais acessível e relevante para os estudantes.

A estratégia de apresentação do livro didático diz respeito à maneira como o professor introduz e explora o conteúdo do livro didático em sala de aula. Isso pode incluir a escolha de abordagens pedagógicas, os métodos de ensino, as dinâmicas de grupo, dentre outras ações. A estratégia de apresentação visa otimizar o envolvimento dos alunos e promover uma compreensão mais profunda do material disponível. Portanto, o sucesso na utilização do livro didático e o aproveitamento dos alunos dependem significativamente da atuação do professor, que atua como mediador, e das estratégias adotadas para apresentar o conteúdo do livro. A

forma como o professor conduz essa mediação e apresentação pode impactar diretamente na eficácia do material didático e no engajamento dos estudantes.

Os livros didáticos podem ser recursos poderosos no processo de ensino de artes, mas sua eficácia depende de sua adequação de planejamento e uso. No “Guia de Livros Didáticos – Arte 2017” o Ministério da Educação sugere que:

O livro didático não se constitui como um manual a ser seguido à risca por professoras, professores e estudantes, mas como um importante material a dar suporte aos estudos, às práticas e às investigações teóricas, éticas, estéticas e poéticas a respeito de produções artísticas e do pensamento que as acompanha e as integra. (Brasil, 2017).

Além da formação continuada, é fundamental que os professores conheçam o livro didático e suas recomendações, bem como os componentes do livro didático e os “manuais do professor” do acervo, pois essas apostilas vão muito além do que, como muitos consideram, um “livro de respostas” para explicar as ideias pedagógicas que inspiraram a obra e suas bases teóricas. Os professores ficam a par dessa informação e podem decidir de forma mais segura e apropriada como usarão os livros de forma adequada, estimulando a reflexão crítica e a criatividade dos alunos, contribuindo, também, para a formação de uma sociedade mais sensível às questões culturais e artísticas. O livro didático ainda pode integrar visões e versões de mundo e, de certa forma, o professor será essencial para definir quais os valores e conteúdos programáticos que serão apresentados e receberão mais destaque e quais serão apenas pincelados.

A capacitação constante dos professores de Arte é fundamental para que eles possam desenvolver atividades que estimulem a criatividade, a capacidade de interpretação e a expressão dos alunos. Além disso, a falta de conhecimento específico pode levar a uma abordagem superficial da disciplina, limitando a compreensão dos alunos sobre a arte e sua importância na sociedade. Isso é um problema recorrente na educação brasileira e, muitas vezes, os professores de outras áreas são chamados para suprir essa lacuna.

No entanto, é importante ressaltar que a formação específica é fundamental para o desenvolvimento de atividades pedagógicas efetivas e para a valorização da disciplina. É sabido que o livro didático por si só não dá conta de aplicar integralmente a tríade proposta por Ana Mae Barbosa e, nesse sentido, Loyola (2016) alerta para a relevância de se planejar os procedimentos na experiência educativa com coerência:

É importante que o Professor escolha temas e procedimentos que estimulem os alunos a criarem o próprio trabalho, estabelecendo relações com a história

da arte, com proposições de correntes estéticas diversas e com trabalhos e ideias de artistas. Se o Professor vai pensar material didático-pedagógico para uma aula ou projeto, e a proposta se baseia em uma obra do artista Hélio Oiticica, por exemplo, na qual ele propõe o uso da cor e a intervenção no espaço de um ambiente, não será, provavelmente, apenas a apresentação de imagens no livro impresso que se provocará nos alunos o desejo de engajamento nas proposições estéticas do artista. É preciso ir além e pensar e abordar também o espaço no qual acontece a aula ou experiência (Loyola, 2016 p. 16).

A melhoria da qualidade da educação nacional requer vontade coletiva e compromisso, portanto, valorizar as vozes, experiências e opiniões de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem parece ser o elemento vital para alcançar esse fim. Nesse sentido, os livros didáticos de Arte se mostram como um bom suporte para gerar movimentos de compartilhamentos culturais com os alunos, com seus pares e com a comunidade.

Ao trazer a discussão para a importância de ensinar a valorização do patrimônio cultural dentro da disciplina de Artes, a situação se complica ainda mais, junto ao fato de não haver livros didáticos suficientes para todos os alunos, o que pode ser observado na plataforma do próprio PNL D. Há também desinteresse dos professores em realizar atividades mais complexas, e isso decorre de uma desvalorização da profissão que enfrentam diversos problemas, como por exemplo, ministrar disciplinas que não são de sua área de especialização e, conseqüentemente, o conteúdo é abordado de uma maneira muito superficial para os estudantes.

O momento em que os alunos realmente têm uma aproximação maior com o Patrimônio Histórico e Cultural da cidade de Vitória da Conquista na Bahia é no projeto “Diário de uma cidade”, que comemora o aniversário da cidade no dia 9 de novembro. Nesse projeto, os professores da Escola Municipal Fidelcina Carvalho Santos fazem uma aula expositiva com imagens de Vitória da Conquista, mostrando casas, ruas antigas e monumentos importantes. A partir disso, há uma discussão interdisciplinar do conteúdo com abordagens sobre o espaço geográfico, sobre escritas e manifestações artísticas. Ao fim do projeto, os estudantes realizam a produção de um jornal chamado “Fidel News”, escrito em inglês devido ao caráter interdisciplinar do projeto, em que constam entrevistas com a população local, curiosidades da cidade, notícias do esporte, desenhos dos alunos e a exposição de uma mostra fotográfica na escola de como era a cidade antigamente.

Figura 14 - Jornal “Fidel News”.



Fonte: Fotografia feita pela autora (2023).

Figura 15 – Mostra fotográfica na Escola Municipal Professora Fidelcina Carvalho Santos.



Fonte: Fotografia feita pela autora (2023).

Assim, um projeto interdisciplinar que trata do patrimônio histórico e cultural de uma cidade, no caso, de Vitória da Conquista e do próprio bairro em que residem os alunos é de extrema importância para a valorização da história e cultura local, bem como para o desenvolvimento de habilidades interdisciplinares, o estímulo à criatividade e expressão, a promoção da cidadania e o estímulo ao reconhecimento cultural.

O projeto permite que os alunos conheçam e valorizem a história e a cultura da cidade e do próprio bairro, compreendendo a importância do patrimônio histórico e cultural para a identidade e memória da sociedade. Devido à interdisciplinaridade, eles desenvolvem habilidades em diferentes áreas do conhecimento, como história, geografia, arte, dentre outras,

integrando os conteúdos e promovendo uma aprendizagem mais abrangente, crítica e articulada. Inclusive, futuramente, o projeto poderá envolver ações de preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural local, estimulando o senso de responsabilidade dos alunos em relação ao patrimônio existente no seu entorno.

Por fim, compreende-se que o conteúdo que aborda o patrimônio cultural é visto de maneira superficial pelos estudantes, pela falta de qualificação e interesse dos professores em se aprofundar nos conteúdos de Artes e até mesmo pela falta de uma real utilização do livro didático adotado pela escola, o “Se liga na Arte”. No entanto, essa situação pode ser facilmente revertida para que mais projetos como o “Diário de uma Cidade” possam ser realizados e despertem o interesse dos alunos na preservação do patrimônio cultural. Diante disso, esperamos que haja o manuseio do livro como material didático e que os professores também atualizem seus métodos e metodologias, para que as escolas e as propostas educativas ampliem os debates sobre suas responsabilidades em promover o acesso à cultura, proteção e valorização do patrimônio local, aproveitando todo o suporte oferecido pelos materiais pedagógicos e não apenas a continuidade das referências das culturas hegemônicas já perpetuadas.

A coleção está coerente com a Abordagem Triangular apresentada como proposta teórico-metodológica, considerando os aspectos éticos e os marcos legais em todo o material, pois respeitam integralmente os direitos humanos, não disponibilizando textos e atividades de caráter excludente, sobre nenhuma condição humana. A coleção apresenta uma proposta simples e clara, com o mesmo visual em todos os volumes, em equilíbrio com os textos principais e complementares e as diversas imagens com dimensionamentos diferentes ao longo dos livros. A fonte tipográfica, o tamanho e o espaçamento entre linhas atendem aos anos finais do Ensino Fundamental.

As imagens disponíveis são claras, precisas e adequadas, dialogando com os textos e as propostas de atividades, com dimensionamentos diversos, mas apropriados nas páginas, com cores definidas, explorando as múltiplas funções como desenhos, figuras, fotografias e reproduções de pinturas, possibilitando o exercício da leitura por meio linguagem não verbal. As imagens que reproduzem obras de arte promovem a identificação das características das diferentes escolas artísticas, além de favorecer a reflexão sobre as diversas dimensões da vida social, cultural, política, histórica, econômica, estética e ética e fomentar o fazer artístico, estabelecendo relação entre o que está sendo estudado e o repertório do aluno, oferecendo possibilidades de novas proposições temáticas. A coleção relaciona-se de forma rigorosa e aprofundada com a BNCC e apresenta uma proposta pedagógica calcada na interculturalidade crítica e na transdisciplinaridade, atualizada com as principais teorias contemporâneas do

ensino de arte.

Como consequência, o mencionado livro não aborda de maneira satisfatória o patrimônio cultural material e imaterial regional e local. Essa ênfase no eurocentrismo perpetua a desigualdade de reconhecimento entre as obras europeias e as brasileiras, consolidando essa lógica na cultura escolar e na sociedade. Dessa forma, a obra não se alinha de maneira adequada às suas especificidades, sendo associada a produções simbólicas dominantes que tratam superficialmente o referencial regional e local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encerrar esta dissertação, é possível traçar conclusões fundamentais que emergem das análises aprofundadas sobre a relação entre o patrimônio cultural, o fazer artístico e a plataforma do livro na educação contemporânea. Os objetivos iniciais que guiaram esta pesquisa foram cuidadosamente explorados. Um dos objetivos centrais era compreender como o patrimônio cultural local e a arte estão integrados às atividades educacionais, especialmente aquelas mediadas pelo livro didático. A análise revelou que o livro didático desempenha um papel importante na incorporação do patrimônio cultural, abrangendo desde manifestações folclóricas brasileiras até ritos indígenas, festas sincréticas, cinema, fotografias e artes sacras, apresentando, entretanto, uma falta de aprofundamento no reconhecimento do patrimônio cultural local. A escola, como espaço privilegiado para a construção de saberes, emerge como um lugar onde tais elementos se entrelaçam, enriquecendo o processo educacional.

Com base nas análises e discussões apresentadas ao longo desta dissertação, é possível destacar algumas conclusões que emergem do estudo. Os objetivos inicialmente delineados foram integralmente abordados, proporcionando uma compreensão mais profunda sobre a interseção entre educação patrimonial, livro didático e arte no contexto do Ensino Fundamental. A pesquisa evidenciou que a presença da Educação Patrimonial nos livros didáticos de Arte, destinados ao Ensino Fundamental no Brasil, é variada, com diferentes abordagens e níveis de aprofundamento. As políticas públicas educacionais, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), são essenciais na configuração desse cenário, influenciando diretamente a maneira como o patrimônio cultural é apresentado aos estudantes. Além disso, a análise dos documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), revelou a importância atribuída à inserção de conteúdos patrimoniais no processo educativo. No entanto, observou-se uma necessidade de maior alinhamento e efetiva implementação dessas diretrizes nas práticas pedagógicas cotidianas.

A compreensão da educação patrimonial como um instrumento potente para a formação cidadã e o desenvolvimento do senso crítico dos estudantes foi um tópico muito reforçado ao longo desta dissertação. A abordagem interdisciplinar, incorporando elementos da cultura local, contribui para uma aprendizagem mais significativa e conectada com a realidade dos educandos. Por isso, evidencia-se a relevância de fortalecer as políticas educacionais voltadas para uma educação patrimonial, buscando uma integração mais efetiva nos currículos escolares, especialmente no âmbito do ensino de Arte no Ensino Fundamental.

O entendimento da cultura e do patrimônio como elementos fundamentais no processo

educativo visa não apenas transmitir conhecimentos, mas, também, formar cidadãos conscientes e comprometidos com a preservação da diversidade cultural e histórica do Brasil. As conclusões extraídas não apenas respondem aos objetivos iniciais, mas lançam luz sobre novas questões, estimulando a contínua reflexão e pesquisa no campo educacional.

Este estudo teve como enfoque contribuir com os conhecimentos sobre livro didático de Arte e sua potência como impulsionador de processos de ensino aprendizagem. Para tanto, o caminho ao longo da pesquisa passa por três núcleos: uma breve contextualização historiográfica da presença dos livros didáticos no ambiente escolar; apresentação da coleção de livros utilizada e dos espaços escolares analisados; e, por fim, a discussão sobre importância do professor na mediação do livro didático e a recepção dos alunos frente a essa mediação. Esse percurso foi escolhido por se levar em conta que esta é a primeira edição de livros didáticos públicos do componente Arte, disponibilizados em todo o país, para anos finais do Ensino Fundamental.

A pesquisa sobre o ensino de Arte e Educação Patrimonial, com foco na análise do livro didático utilizado na Escola Municipal Professora Fidelcina Carvalho Santos em Vitória da Conquista, Bahia, proporcionou uma visão crítica e reflexiva sobre a abordagem do patrimônio cultural e a relação entre arte e educação patrimonial no contexto escolar. Ao longo deste estudo, foram explorados conceitos fundamentais, incluindo o significado do patrimônio cultural e o papel crucial da educação patrimonial na formação dos estudantes. É fundamental estabelecer um processo de ensino e aprendizagem que permita discussões sobre a realidade vigente, incluindo os conteúdos presentes nos livros didáticos de artes. Embasados em autores como Paulo Freire e Ana Mae Barbosa, que enfatizam a importância da arte como instrumento de educação, nossa pesquisa buscou avaliar o livro didático "Se Liga na Arte", do 8º ano, da editora Moderna, em relação a esses aspectos. A análise do livro considerou critérios específicos, como a presença de conteúdos relacionados ao patrimônio cultural, a inclusão de atividades que promovem a reflexão sobre a importância do patrimônio cultural e a valorização da diversidade cultural brasileira.

Os resultados da pesquisa indicam que, em geral, o livro didático apresenta uma abordagem satisfatória desses temas, contribuindo para a conscientização dos estudantes sobre a riqueza do patrimônio cultural brasileiro e estimulando uma reflexão crítica sobre a nossa realidade cultural. Entretanto, é importante mencionar que a pesquisa também identificou algumas ressalvas no livro didático, sugerindo áreas em que melhorias poderiam ser feitas para aprimorar ainda mais a abordagem do patrimônio cultural e da relação entre arte e educação patrimonial. Essas ressalvas, no entanto, não diminuem o valor do livro como material relevante

e eficaz para o ensino de Arte e Educação Patrimonial.

Em síntese, percebe-se uma superficial compreensão do conteúdo do patrimônio cultural pelos estudantes, influenciada pela falta de qualificação e interesse dos professores em aprofundar os temas de artes, além da subutilização do livro didático adotado, o "Se Liga na Arte". Entretanto, é possível reverter essa situação para fomentar projetos como o "Diário de uma Cidade", despertando o interesse dos alunos para a preservação do patrimônio cultural. Promover a inclusão e a diversidade também é fundamental para valorizar todas as expressões culturais dentro de uma sociedade. Isso significa reconhecer e respeitar as diferentes culturas e tradições que coexistem em uma comunidade. Ademais, tornar o patrimônio cultural acessível a todos é essencial, o que envolve a criação de espaços culturais, museus, bibliotecas e atividades culturais que estejam disponíveis para todas as camadas da sociedade.

Em suma, a valorização das expressões culturais envolvem a educação, a conscientização, a inclusão, a participação comunitária, políticas públicas eficazes e o reconhecimento da importância da cultura em todos os aspectos da vida cotidiana. É um processo contínuo que requer o compromisso de indivíduos, comunidades e governos, a fim de garantir que a riqueza do patrimônio cultural seja preservada e apreciada por gerações futuras. Para o reconhecimento do patrimônio cultural integrado ao cotidiano dos estudantes da educação básica, não basta que os museus estejam abertos e com entrada gratuita, mas que promovam ações difusoras em todas as camadas da sociedade, para que as pessoas se sintam parte da cultura local (Canclini, 2019).

Nesse sentido, espera-se que haja uma utilização mais efetiva do livro como material didático, acompanhada pela atualização dos métodos e metodologias dos professores. Isso permitirá que as escolas ampliem os debates sobre suas responsabilidades na promoção do acesso à cultura, na proteção e valorização do patrimônio local, aproveitando todo o suporte oferecido pelos materiais pedagógicos, e não apenas reproduzindo referências culturais hegemônicas.

A coleção em análise demonstra coerência considerando aspectos éticos e marcos legais em todo o material, respeitando integralmente os direitos humanos e evitando conteúdos excludentes. O material apresenta uma proposta clara e equilibrada em todos os volumes, com visual consistente, adequado aos anos finais do Ensino Fundamental. As imagens são precisas, claras e adequadas, promovendo a leitura por meio da linguagem não verbal. As reproduções de obras de arte favorecem a identificação das características das diferentes escolas artísticas, estimulando a reflexão sobre diversas dimensões da vida social, cultural, política, histórica, econômica, estética e ética, além de fomentar a expressão artística.

Contudo, é crucial destacar que o livro didático de arte do Ensino Fundamental II, intitulado “Se Liga na Arte”, evidencia uma inclinação para reafirmar um referencial europeu, dificultando a identificação do referencial brasileiro regional e local. A persistente influência do pensamento eurocentrado no ensino de arte no país, resultado das estruturas de poder do sistema moderno capitalista, reflete na preferência pela abordagem científica em detrimento de conteúdos regionais e locais. Isso resulta na abordagem insatisfatória do patrimônio cultural material e imaterial brasileiro, perpetuando desigualdades na valorização entre obras europeias e brasileiras. Assim, a obra não se alinha de forma adequada às especificidades locais, associando-se a produções simbólicas dominantes que superficialmente tratam o referencial regional e local. Essa constatação aponta para a necessidade de revisão e adaptação do material, visando uma representação mais equitativa e contextualizada do patrimônio cultural brasileiro.

Esta pesquisa proporcionou uma visão abrangente e crítica da abordagem do patrimônio cultural e da educação patrimonial em um contexto educacional específico. Esperamos que os resultados deste estudo possam contribuir para a melhoria contínua do ensino de Arte e Educação Patrimonial, incentivando uma apreciação mais profunda e significativa da cultura brasileira e do nosso rico patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

- ADELINO, P. R; FONSECA, M. da C.F. R. **Livros didáticos de matemática na educação de jovens e adultos e o ensino de frações**. In: Simpósio Internacional “Livro Didático: Educação e História”. 2007, São Paulo. Anais... São Paulo: Centro de Memória da Faculdade de Educação da USP, 2007.
- BARBOSA, A. M. 1982. **Recorte e Colagem. influência de John Dewey no ensino da arte no Brasil**. São Paulo: Autores Associados; Cortez. 136 pg.
- _____. **Arte-educação no Brasil**. São Paulo. Editora Perspectiva. São Paulo. 2002.
- _____. **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRASIL. **Decreto nº 25 de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 09 jan 2023.
- _____. Ministério da Educação, (1997). **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF.
- _____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Brasília Presidência da República**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 jan 2023.
- _____. **Guia digital - PNLD**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/PNLD/guia-do-PNLD/item/13410-guia-PNLD-2020>. Acesso em: 09 jan 2023.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Guia de livros didáticos: PNLD 2014: Artes: Ensino Fundamental: Anos Iniciais e Finais**.
- _____. **Lei 9394/96 – Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm
- _____. MEC. **Base Nacional Comum Curricular (2017)**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 mar 2023.
- _____. IPHAN, 2011. **Educação Patrimonial no Programa Mais Educação – Fascículo 1**, 2011. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicação/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducação_fas1-m.pdf. Acesso em: 09 nov 2022.
- _____. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Patrimônio Material**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276> Acesso em 31 nov. 2022.
- _____. **Guia de Implementação da Base Nacional Comum Curricular: orientações para o processo de implementação da BNCC**, 2018. Disponível em: <https://implementacaobncc.com.br/wp-content/uploads/2018/06/guia-de-implementacao-da>

bnc_2018.pdf>. Acesso em: 31 nov. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. 2017c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2017-pdf/79631-rcp002-17-pdf/file>. Acesso em: 15 mai 2022.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Guia de Livros Didáticos PNLD 2020**. Brasília: MEC/SEB, 2020. Disponível em: <https://PNLD.nees.ufal.br/PNLD_2020/componente-curricular/PNLD2020-arte>. Acesso em: 07 de jul 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (1981). **O que é educação?**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BUFREM, Leilah Santiago; GARCIA, Tânia Maria Braga; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Os manuais destinados a professores como fontes para a História das formas de ensinar**. REVISTA HISTEDBR, Campinas, n.22, pg. 120 –130, jun. 2006. In: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art09_22.pdf. Acesso em 20/05/2023.

CANCLINI, N.G. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**. 4.ed. 8. Reimp. Trad. CINTRÃO, Heloísa Pezza; LESSA, Ana Regina. – São Paulo: editora da Universidade São Paulo, 2019. 385 pg.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. 2007. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007, 123pg. Inclui bibliografia. 1. Espaço 2. Cidade 3.Lugar.

CASSIANO, C.C. F.;. **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)**. 2007. 252 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CASTRO, C. . **Sábado Divertido: uma manhã de lazer com crianças e adolescentes em Santa Cruz do Sul- RS**. In: Jornada de Iniciação Científica da Educação Física - UNISC, 2003, Santa Cruz do Sul- RS. Jornada de Iniciação Científica da Educação Física - UNISC, 2003.

CALLAI, H.C. **Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. Cadernos CEDES [online]. 2005, v. 25.

CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. Tradução: Diogo Mainardi – 2ª ed.- São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 71pg. CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**. 4.ed. 8. Reimp. Trad. CINTRÃO, Heloísa Pezza; Lessa, Ana Regina. – São Paulo: editora da Universidade São Paulo, 2019. 385 pg.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. Capítulo VI. São Paulo, UNESPG. 2001, ppg.205-258.

_____. *O patrimônio em questão: antologia para um combate*. 2011. – Belo Horizonte –

MG: Fino traço.

COUTINHO, S. G.; FREIRE, V. E. C. (2006). **Design para Educação: uma avaliação do uso da imagem nos livros infantis de Língua Portuguesa**. Anais do 15º Encontro Nacional da ANPAP – arte: limites e contaminações. Salvador: ANPAPG. Disponível em: <www.anpapg.org.br>. Acesso em: 22 mar. 2023.

DAHER, D. C. **Um exame de prática discursiva do trabalho de seleção de professores de línguas estrangeiras para o sistema público de ensino básico**. In: Revista Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 49, n. 3, pg. 306-316, jul./set. 2014.

DAHER, D. C.; SANT'ANNA, V. L. de A. 2016. **O que se pensa e o que se diz com o que se faz e o que se é**. Reflexões sobre linguagem, trabalho, ética e pesquisa.

DE CERTEAU, M. **A invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998. 316pg.

FAVA; MARTINS; LARA. **Educação Patrimonial: Estudo de Caso em uma Escola Municipal de Dourados/MS (2017)**. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3526.pdf>>. Acesso em: 25 mai 2023.

FARIA, N. D. M; WOORTMANN, E. F. (2009). **A educação patrimonial como elemento de socialização para jovens em situação de risco**. Revista Hospitalidade, 6(2), 49–72. Recuperado de <https://www.revhospg.org/hospitalidade/article/view/302>; Acesso em: 09 abr 2023.

FERRAZ, M. H. C. de T.; FUSARI, M. F. de R. **Arte na Educação Escolar**. São Paulo: Cortez, 2009.

FLORÊNCIA, S. R. *Et al.* IPHAN. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicação/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf>. Acesso em: 09 abr 2023.

FRANCO, F. C. **Educação, patrimônio e cultura local: concepções e perspectivas pedagógicas** / Francisco Carlos Franco – Curitiba: CRV, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra LTDA, 1996.

_____. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Extensão ou comunicação?**. Paz e Terra;. ISBN 978-85-219-0427-4; 2001.

FREITAG, B. **O livro didático em questão**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de**

preservação no Brasil. UFRJ-IPHAN. 1997.

FORQUIN, J. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.** Tradução: Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FUNARI, P; PELLEGRINI, S. **Patrimônio Histórico e Cultural.** 2.c. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2009.

FURTADO, A. G.; OGAWA, M. N. 2012. **Políticas públicas do livro didático e o Banco Mundial.** Seminário De Pesquisa Em Educação Da Região Sul.

FUKS, R. **Quem foi Paulo Freire e porque a sua pedagogia foi tão importante.** 2021. Disponível em: https://www.ebiografia.com/quem_foi_paulo_freire_pedagogia/>. Acesso em: 09 abr 2023.

GABRELON, A. **O território do brasil e os brasileiros dos livros didáticos de geografia.** 2016.

GUYVER, R. (ed.). **Teaching history and the changing nation state: transnational and intranational perspectives.** London: Bloomsbury, 2016.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12ª Edição. 2ª reimpr. ed. Lamparina, Rio de Janeiro, 2019. 64pg.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade Stuart Hall.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** Traduzido do original francês. Tradução de Beatriz Sidou. LA MÉMOIRE COLLECTIVE (2.ª ed.) Presses Universitaires de France. Paris, França, 1968.

HORTA, M. L. P; GRUNBERG, E; MONTEIRO, A.Q. **Guia básico de Educação Patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação Patrimonial: Inventários participativos.** (org.) Sônia Florêncio *et al.* Brasília-DF: Iphan, 2016. Disponível em:<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21_web.pdf>. Acesso em: 21 abr 2021.

Manual de atividades práticas de Educação Patrimonial (org.). GRUNBERG, Evelina. Brasília, DF: Iphan, 2007. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio15x21web.pdf>>. Acesso em: 21 abr 2021.

JALUSKA, T. T. (2017). **Arte sacra em espaços sagrados: o patrimônio artístico-religioso como instrumento para a educação cristã.** Revista Ciências Da Religião - História E Sociedade, 14.

LAJOLO, M. **A formação do leitor no Brasil.** São Paulo: Ática, 1996, pg. 28.São Paulo:

Ática, 1966.

LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D; SANFELICE, J. L. **Capitalismo, trabalho e educação**. 2008. pg. 136.

LOYOLA, G. F. **PROFESSOR-ARTISTA-PROFESSOR: Materiais didático-pedagógicos e ensino-aprendizagem em Arte**. Tese (Doutorado em Artes) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

LIMA, E. H. de M. **A arte-educação no processo de ensino-aprendizagem através da cultura popular** (2005) Disponível em:
<http://www.gedest.unesc.net/seilacs/arteduca_eduardolima.pdf> Acesso em: 25 fev 2022;

MBEMBE, A. **Brutalismo**. 2021. N-1 Edições. 1ª ED. (2021).

MELO, A. de; URBANETZ, S. T. **Fundamentos da Didática**. Curitiba: Ibpe, 2008.

MINAYO, M. C. S. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciênc. Saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, pg. 621-626, Mar. 2012.

MODERNA. **Se liga na arte**. Artes PNLD. 2020. Disponível em:
<<https://PNLD.moderna.com.br/colecao/fundamental-2/artes/se-liga-na-arte-2/>>. Acesso 26 de jul 2023.

NORA. P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Prge História, São Paulo, n.10, dez p7-28, 1993.

PEREIRA, K. R. S.; PINA M. C. D. **Cultura escolar e livro didático de história: análise de imagens das mulheres do período colonial**. Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional, Vol. 8, No 11 (2021).

PINTO, H. **A educação patrimonial num mundo em mudança**. 2021. Dossiê Identidades, patrimônios e educação em perspectiva internacional: questões para o século XXI. educ. soc. 43. 2022. Universidade do Porto – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” – Porto, Portugal. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/es/a/rn7z7jtnh3rx7kksLvHrjmf/#>> . Acesso em: 10 mai 2023.

ROJO, R. H. R; BATISTA, A. A. G. (Orgs.) **Livro didático de Língua Portuguesa, letramento e cultura da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

ROMANATTO, M. C. 2009. **O Livro Didático: alcances e limites**. Disponível em
<http://www.sbempaulista.org.br/epem/anais/mesas_redondas/mr19-Mauro.doc>. Acesso em 13 abr 2023.

SEIXAS, P.G. **History and heritage: what’s the difference?** Canadian Issues/Thèmes Canadiens, Montréal, pg. 12-16. 2014.

SELLTIZ, C. Et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1967.

SCHLICHTA, C.A.B.D.; ROMANELLI, G.G.B.; TEUBER, M. **Livros didáticos para o**

ensino da arte: não peça a eles o que eles não podem te dar. - Revista GEARTE, 2018.

SILVA, F. de C. T.. **Cultura Escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa.** Revista: Educar. Curitiba: Editora UFPR. n.28. 2006. pg.101-119. Disponível em: <cielo.br/j/er/a/w6kJ5hdSGVRnhRWTVP68D3PG>. Acesso 26 de jul 2023.

SILVA, E. T. **Livro didático: do ritual de passagem à ultrapassagem.** *In:* Em Aberto – O livro didático e qualidade de ensino. Brasília: INEP, nº 69, ano 16, jan./fev., 1996.

TUAN, Y.F. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980. 298pg.

WEINSTEIN, M; TRINDADE, L. **CULTURAS COTIDIANAS: análise de experiências com educação patrimonial em escolas baianas.** Revista do departamento de educação da UNIFESP. Revista OLHARES, v. 10, n. 1 – Guarulhos, 2022.

WEINSTEIN, M. **O espaço do patrimônio em meio à profusão de notícias.** *In:* La Infoxicación en el complejo entorno de la sociedad, 2013, Sevilha. I Congreso Internacional Infoxicación Mercado de la Información Y Psique. Sevilha: Fénix Editora, 2013. pg. 97-97;

_____. **Revisitando a relação entre museu e comunicação.** *In:* Cadernos de Sociologia v. 53n.9, 2017. Disponível em <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5892>>. Acesso em: 17 mar 2023.

ZILLI, G. **A arte contemporânea como patrimônio cultural.** Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, 2017. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/cccss/2017/02/arte-cultura.html>>. Acesso em: 07 mai 2023.